

# **Evolução da PAC e da Agricultura Portuguesa no período 1998-2015: o caso das principais culturas na região do Alentejo**

**António Pedro Caldeira de Quadros e Costa**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Engenharia Agronómica**

Orientador: Doutor Francisco Ramos Lopes Gomes da Silva

## **Júri:**

Presidente: Doutora Cristina Maria Moniz Simões Oliveira, Professora Associada com Agregação do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa.

Vogais: Doutor Francisco Ramos Lopes Gomes da Silva, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, orientador;

Doutor Pedro Arnaldo de Sousa e Silva Reis, Professor Auxiliar Convidado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa.

## **Agradecimentos**

Esta dissertação teve o contributo indispensável de várias pessoas, a quem não posso deixar de agradecer.

Ao meu orientador, Professor Francisco Gomes da Silva, pela proposta do tema e por toda a ajuda no delineamento, elaboração e conclusão deste trabalho. Por toda a amizade, dedicação e paciência que tem tido comigo no último ano e meio.

Ao Professor Francisco Avillez pela ajuda na proposta do tema e dos aspectos relevantes a serem tratados, e pelos dados e bibliografia disponibilizada.

À Agro.Ges, pelos dados, bibliografia e contas culturas facultadas, em especial à Sra. D. Filipa Espírito Santo, pela simpatia e paciência com que sempre me tem tratado.

A todas as associações, cooperativas e empresas privadas que prontamente me disponibilizaram dados e conhecimentos importantes para a realização desta dissertação. Não querendo esquecer ninguém, um agradecimento especial à Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches na pessoa do Eng. José Miguel Ribeiro, à Casa do Azeite na pessoa da Eng.<sup>a</sup> Mariana Matos, à Sociedade Agrícola do Pigeiro, na pessoa do meu amigo Afonso Bulhão Martins e à Anpromis, na pessoa do Eng. Tiago Silva Pinto. Pela ajuda prestada no delineamento dos itinerários técnicos, nas quantidades e preços de alguns fitofármacos, agradeço a ajuda dos meus amigos João Maria Cano, José Miguel Falcão, Jorge Nobre, e da minha sócia e amiga Josefa Ferreira.

Ao INE e ao IFAP, pela prontidão nas respostas a dúvidas que surgiram durante a pesquisa e tratamento dos dados.

Aos meus amigos, aos que já tinha e aos que fiz durante o Mestrado, em especial os meus amigos e colegas do ISA que levo para a vida e que não preciso de enumerar, a quem estou eternamente grato, e com quem passei tempos inesquecíveis. Um agradecimento especial aos meus grandes amigos Francisco Medeiro, Francisco Silva Marques e António Lourenço pela amizade e ajuda incondicional, sem a qual a realização deste Mestrado não teria sido possível. Ao Rodrigo Chaves, por estar sempre presente, pela sua amizade e incentivo.

Aos Professores que tive no ISA, a quem devo muitos ensinamentos e amizade, pela forma como me marcaram para sempre. Lembro especialmente o Professor Pedro Aguiar Pinto, pelas lições que me deu como agrónomo, mas particularmente como homem, que jamais esquecerei.

Por fim, e acima de tudo, aos meus pais e ao meu irmão Bento, pelo amor incondicional com que norteiam as suas vidas em função da minha.

## **Resumo**

Nos últimos dezoito anos têm-se observado diversas mudanças no sector agrícola português. O rendimento agrícola e o produto agrícola têm apresentado períodos de relativa estagnação, outros com uma evolução negativa, e outros, principalmente no fim do período aqui estudado (1998-2015), de recuperação e crescimento. Pensamos ser importante pensar-se e conhecer, quais os factores que influenciaram cada um desses períodos e dessas inflexões. Para isto, dedicamos um capítulo ao estudo dos principais indicadores económicos, em que percebemos a forte marca que a Reforma da PAC de 2003 teve na tomada de decisão dos agricultores. Outra parte, às estruturas das explorações, em que identificámos também alguns pontos de mudança e até de um progressivo abandono com esta mesma reforma.

À primeira vista poderíamos dizer, que o principal factor é a PAC e as suas sucessivas reformas. Como tal, dedicamos outro capítulo a uma retrospectiva da PAC desde a sua criação, com especial destaque para o período pós-1992, e à aplicação das medidas das sucessivas reformas em Portugal.

Por fim, fizemos um foco numa região portuguesa, a NUT Alentejo, onde por sua vez seleccionámos algumas culturas importantes da região, onde tentámos perceber quais as culturas que mais têm contribuído para as mudanças da agricultura portuguesa e variações do produto agrícola português, e quais os factores que têm contribuído para essas mudanças, que foi não apenas a Reforma de 2003, mas também evoluções muitas vezes desproporcionadas dos preços dos factores de produção e dos produtos agrícolas, custos da mão-de-obra, ganhos ou perdas nas produtividades, como é óbvio as medidas e subsídios atribuídos a cada cultura, o desligamento ou ligamento desses subsídios, e mudanças estruturais importantes provocadas por medidas regionais ou obras públicas importantes, como é o caso do surgimento do perímetros de rega do Alqueva no Alentejo.

**Palavras-chave:** Rendimento Agrícola; Produto Agrícola; PAC; Reforma de 2003; NUT Alentejo

## **Abstract**

In the last eighteen years, there have been several changes in the agriculture sector in Portugal. In these years, agricultural yield and agricultural product have performed different paths over the time, there were periods where both indicators remained relatively static, while, in other periods, they behaved negatively. On the other hand, there also were moments of recovery and growth, these were essentially at the end of the analyzed period (1998-2015).

According our view, it is crucial to think and to know which are the main factors that have influenced each of these periods and inflections. Therefore, we devoted a chapter to the study of the main economic indicators, in which we realized the strong impact that the 2003 CAP (Common Agricultural Policy) Reform had in the decision-making of farmers. In addition, we also focused on the structures of the farms, where we identified some points of change as well as a progressive abandonment with this same reform.

At the first sight, we could say that the main factor is the CAP and all its successive reforms. As such, we dedicate another chapter to a retrospective of the CAP since its inception, with emphasis on the post-1992 period, and the implementation of measures of successive reforms in Portugal.

Finally, we focused on a Portuguese region, NUT Alentejo, in that stage we selected some important crops in the region, where we tried to understand which crops have contributed most to the changes in Portuguese agriculture and on variations of the Portuguese agricultural product. We looked for which factors contributed to these changes beyond the 2003 Reform, among which the main ones were: the disproportionate developments in the prices of inputs and outputs; labor costs; productivity gains or losses; the measures and subsidies attributed to each crop, as well as its connections; and structural changes caused by regional measures or important public works, as is the case of the emergence of Alqueva irrigation perimeters in the Alentejo.

**Key-words:** Agricultural Yield; Agricultural Product; CAP; 2003 Reform; NUT Alentejo

## Índice Geral

|  |            |
|--|------------|
| <b>Agradecimentos .....</b>  | <b>i</b>   |
| <b>Resumo .....</b>  | <b>ii</b>  |
| <b>Abstract .....</b>  | <b>iii</b> |
| <b>Índice Geral .....</b>  | <b>iv</b>  |
| <b>Índice de Figuras .....</b>   | <b>vii</b> |
| <b>Índice de Quadros .....</b>   | <b>vii</b> |
| <b>Lista de abreviaturas .....</b>   | <b>ix</b>  |
| <b>1. Introdução e Objectivos.....</b>   | <b>1</b>   |
| <b>2. Metodologia .....</b>  | <b>3</b>   |
| 2.1 Indicadores analisados no capítulo 3 .....   | 3          |
| 2.2 Retrospectiva da PAC, com ênfase no período 1998-2015 .....  | 4          |
| 2.3 Análise das principais culturas na NUT II – Alentejo .....   | 4          |
| <b>3 Evolução geral da agricultura portuguesa no período 1999-2015 .....</b>                           | <b>7</b>   |
| 3.1 Evolução do rendimento e produto da agricultura portuguesa.....                                    | 7          |
| 3.2 Evolução da viabilidade, competitividade e produtividade económica da agricultura portuguesa ..... | 12         |
| 3.3 Evolução dos preços agrícolas.....   | 14         |
| 3.4 Evolução dos pagamentos directos aos produtores .....  | 16         |
| 3.5 Evolução das estruturas das explorações agrícolas .....  | 18         |
| 3.6 Evolução da Produtividade dos factores de produção agrícola .....                                  | 21         |
| <b>4 Evolução da PAC no período 1999-2015.....</b>   | <b>23</b>  |
| 4.1. Política Agrícola Comum: Origem e evolução .....  | 23         |
| 4.1.1 Criação e objectivos da PAC .....  | 23         |
| 4.1.2 – A primeira tentativa de reforma da PAC: o Plano Mansholt .....                                 | 24         |
| 4.1.3 – Anos 70 e 80 – O acentuar do problema e primeiros instrumentos de limitação da produção .....  | 25         |
| 4.1.4 – A Reforma de 1992.....   | 25         |
| 4.1.5 A Agenda 2000 .....  | 28         |
| 4.1.6 A Reforma da PAC de Junho de 2003 .....  | 29         |
| 4.1.7 A Política de Desenvolvimento Rural para 2007-2013 .....   | 31         |
| 4.1.8 A Reforma de 2013.....   | 32         |
| 4.2 A PAC em Portugal no período 1999-2015 .....   | 34         |

|  |           |
|--|-----------|
| 4.2.1 “1999” – “2005” – Aplicação da PAC em Portugal .....   | 34        |
| 4.2.2 Aplicação da Reforma de 2003 em Portugal .....   | 37        |
| 4.2.3 A Reforma de 2013 em Portugal .....  | 38        |
| <b>5 Dinâmica das principais culturas de regadio na NUT II – Alentejo.....</b>                           | <b>41</b> |
| 5.1. O milho .....   | 42        |
| 5.1.1 Evolução da área e da produção de milho na NUT Alentejo .....                                      | 42        |
| 5.1.2 A Evolução do rendimento associado ao milho de regadio .....                                       | 45        |
| 5.2. O tomate para indústria .....   | 46        |
| 5.2.1 Evolução da área e da produção de tomate indústria na NUT Alentejo .....                           | 46        |
| 5.2.2 A Evolução do rendimento associado ao tomate indústria .....                                       | 49        |
| 5.3 O arroz.....   | 50        |
| 5.3.1 Evolução da área e da produção de arroz na NUT Alentejo.....                                       | 50        |
| 5.3.2 A Evolução do rendimento associado ao arroz .....  | 52        |
| 5.4 O olival .....   | 54        |
| 5.4.1 Evolução da área e da produção de olival na NUT Alentejo .....                                     | 54        |
| 5.4.2 A Evolução do rendimento associado ao olival .....   | 56        |
| 5.5 A Vinha .....  | 58        |
| 5.5.1 Evolução da área e da produção de vinha na NUT Alentejo .....                                      | 58        |
| 5.5.2 Evolução do rendimento associado à vinha .....   | 60        |
| 5.6 As pastagens permanentes .....   | 62        |
| 5.6.1 Evolução da área de pastagens permanentes na NUT Alentejo .....                                    | 62        |
| 5.6.2 Evolução das ajudas aos prados e pastagens permanentes .....                                       | 64        |
| 5.6.3 Evolução do rendimento associado às pastagens permanentes .....                                    | 66        |
| <b>6 Conclusão .....</b>   | <b>68</b> |
| <b>Bibliografia.....</b>   | <b>74</b> |
| <b>Anexos .....</b>  | <b>77</b> |
| Anexo I – Evolução do Nº de Exploração, UTA, SAU e SAC entre 1999 e 2013 em Portugal e por NUTs II ..... | i         |
| Anexo II – Ocupação da SAU e respectivas variações entre 1999 e 2013.....                                | ii        |
| Anexo III – Evolução do efectivo pecuário entre 1999 e 2013.....   | iii       |
| Anexo IV – Evolução do Rácio capital/trabalho entre “1999” e “2014” .....                                | iv        |
| Anexo V – Evolução da Produtividade da terra entre “1999” e “2014” .....                                 | iv        |
| Anexo VI – Evolução da Produtividade dos factores intermédios entre “1999” e “2014” .....                | v         |
| Anexo VII – Conta cultura do milho para o triénio “2014”, “2005” e “1999” .....                          | vi        |
| Anexo VIII – Conta cultura do tomate para o triénio “2014”, “2005” e “1999” .....                        | xi        |
| Anexo IX – Conta cultura do arroz para o triénio “2014”, “2005” e “1999” .....                           | xv        |

|  |     |
|--|-----|
| Anexo X – Conta cultura do olival para o triénio “2014”, “2005” e “1999” .....       | xx  |
| Anexo XI – Conta cultura da vinha para o triénio “2014”, “2005” e “1999” .....       | xxv |
| Anexo XII – Conta cultura das pastagens para o triénio “2014”, “2005” e “1999” ..... | xxx |

## Índice de Figuras

|  |    |
|--|----|
| Figura 1. Evolução do Produto e Rendimento Agrícola .....  | 7  |
| Figura 2. Evolução da Viabilidade, Competitividade e Produtividade .....                           | 13 |
| Figura 3. Evolução dos preços e termos de troca agrícolas .....                                    | 15 |
| Figura 4. Pagamentos directos aos produtores (M€/ano) .....  | 16 |
| Figura 5. Evolução da área, da produção e da produtividade do milho no Alentejo .....              | 43 |
| Figura 6. Ajudas ligadas do milho .....  | 44 |
| Figura 7. Evolução da Área, Produção e Produtividade do Tomate Indústria .....                     | 47 |
| Figura 8. Evolução das ajudas ligadas à produção do tomate .....                                   | 48 |
| Figura 9. Evolução da Área, Produção e Produtividade do Arroz .....                                | 51 |
| Figura 10. Evolução das Ajudas Ligadas à Produção do Arroz .....                                   | 52 |
| Figura 11. Evolução da Área, Produção e Produtividade do Olival no Alentejo .....                  | 55 |
| Figura 12. Evolução das Ajudas ligadas ao azeite .....   | 56 |
| Figura 13. Evolução da Área, Produção e Produtividade da vinha para uva de vinho no Alentejo ..... | 59 |
| Figura 14. Evolução das ajudas agro-ambientais da vinha .....                                      | 60 |
| Figura 15. Pastagens em terra limpa e sob-coberto .....  | 63 |
| Figura 16. Pastagens melhoradas e pobres .....   | 63 |
| Figura 17. Ajudas ligadas e agroambientais das pastagens .....                                     | 65 |

## Índice de Quadros

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1. Taxa de Crescimento Médio Anual do Produto e Rendimento Agrícola .....       | 8  |
| Quadro 2. Peso do Produto Agrícola no PIB .....  | 9  |
| Quadro 3. Taxa de Crescimento Médio Anual do PIB e do Produto Agrícola .....           | 10 |
| Quadro 4. Composição e variação do Produto Agrícola por NUT II .....                   | 11 |
| Quadro 5. Viabilidade, competitividade e produtividade da agricultura .....            | 13 |
| Quadro 6. Taxa de Crescimento Médio Anual dos Preços e Termos de troca agrícolas ..... | 15 |
| Quadro 7. Taxa de suporte e nível de apoio ao rendimento agrícola .....                | 16 |
| Quadro 8. Evolução dos principais indicadores estruturais .....                        | 20 |
| Quadro 9. Distribuição dos Apoios aos Produtores Agrícolas .....                       | 35 |
| Quadro 10. Ajuda Co-Financiada por campanha .....                                      | 35 |
| Quadro 11. Preço de intervenção e armazenagem da carne de bovino .....                 | 36 |
| Quadro 12. Ajudas directas à Carne de Bovino .....                                     | 36 |
| Quadro 13. Valor médio do RPB em 2015 e 2016 (€/ha) .....                              | 38 |
| Quadro 14. Valor médio do Greening em 2015 e 2016 .....                                | 39 |
| Quadro 15. Pagamentos Ligados à Produção (PAC pós 2013) .....                          | 40 |
| Quadro 16. Área de Milho em Portugal e no Alentejo .....                               | 42 |



|   |    |
|---|----|
| Quadro 17. Preço Médio do Milho .....                               | 44 |
| Quadro 18. Resultados das Contas Culturas do milho .....            | 45 |
| Quadro 19. Área de Tomate Indústria em Portugal e no Alentejo ..... | 47 |
| Quadro 20. Preço médio do Tomate Indústria .....                    | 48 |
| Quadro 21. Resultados das contas cultura do Tomate .....            | 49 |
| Quadro 22. Área de Arroz em Portugal e no Alentejo .....            | 50 |
| Quadro 23. Preço médio do Arroz .....                               | 51 |
| Quadro 24. Resultados das Contas Cultura do Arroz .....             | 53 |
| Quadro 25. Área de Olival em Portugal e no Alentejo .....           | 54 |
| Quadro 26. Preço médio do Azeite .....                              | 55 |
| Quadro 27. Resultados das Contas Cultura do Olival.....             | 57 |
| Quadro 28. Área de vinha para vinho em Portugal e no Alentejo ..... | 58 |
| Quadro 29. Preço médio da uva para vinho .....                      | 59 |
| Quadro 30. Resultados das contas cultura da vinha .....             | 61 |
| Quadro 31. Área de prados e pastagens permanentes .....             | 62 |
| Quadro 32. Preço da Carne de Bovino .....                           | 66 |
| Quadro 33. Resultado das contas cultura das pastagens.....          | 67 |

## **Lista de abreviaturas**

AJA – Apoio aos Jovens Agricultores

ANPROMIS – Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo

APA – Apoio Específico à Pequena Agricultura

CAP – Common Agricultural Policy

CCF – Consumo de Capital Fixo

CEA – Contas Económicas da Agricultura

CE – Comunidades Europeias

CEE – Comunidade Económica Europeia

CI – Consumos Intermédios

CT – Custos Totais

ECU – European Currency Unit

EFMA – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva

EM – Estados Membros

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia

FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

GATT - General Agreement on Tariffs and Trade

IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

INE – Instituto Nacional de Estatística

IP – Índice de preços

IP CCF – Índice de preços implícito no Consumo de Capital Fixo

IP CI – Índice de preços implícito nos Consumos Intermédios

IP VP – Índice de Preços implícito no Valor de Produção

LEADER – Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural

NUT – Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas

OCM – Organização Comum de Mercados

OMC – Organização Mundial do Comércio

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OP – Organização de Produtores

P. Constantes – Preços no Produtor Constantes

P. Correntes – Preços no Produtor Correntes

P. Reais – Preços no Produtor Reais

PAC – Política Agrícola Comum

PB – Pagamento Base

PDP – Pagamentos Directos aos Produtores

PDR – Programa de Desenvolvimento Rural

PIB – Produto Interno Bruto

PLP – Pagamentos Ligados à Produção

PSP – Pagamentos Separados da Produção

QMG – Quantidades Máximas Garantidas

RF – Rendimento dos Factores

RFE – Rendimento Fundiário e Empresarial

RPB – Regime de Pagamento Base

RT – Receitas Totais

SAC – Superfície Agrícola Cultivada

SANU – Superfície Agrícola Não Utilizada

SAU – Superfície Agrícola Utilizada

UE – União Europeia

UTA – Unidade de Trabalho Ana Agrícola

VAB – Valor Acrescentado Bruto

VAB<sub>cf</sub> – Valor Acrescentado Bruto a Custo de Factores

VAB<sub>pprod</sub> – Valor Acrescentado Bruto a Preços no Produtor Correntes

VAB<sub>pprod</sub><sup>Const</sup> – Valor Acrescentado Bruto a Preços no Produtor Constantes

VAL – Valor Acrescentado Líquido

VAL<sub>pprod</sub> – Valor Acrescentado Líquido a Preços no Produtor

VP – Valor de Produção

## 1. Introdução e Objectivos

Esta dissertação, para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia Agronómica pelo Instituto Superior de Agronomia tem como título “Evolução da agricultura portuguesa no período 1998-2015: o caso das principais culturas na região do Alentejo”. O tema foi-me proposto pelo Professor Doutor Francisco Gomes da Silva, orientador desta dissertação, e pelo Professor Emérito Francisco Avillez.

Neste trabalho pretendemos estudar e compreender a evolução da agricultura portuguesa no período de 1998 até 2015. Estes 18 anos que se iniciam no período de plena aplicação das Reformas de 1992 e da Agenda 2000, iniciada em 1996, e que termina em 2004, compreendem todo o período de aplicação da Reforma da PAC de 2003, iniciada em 2005 e terminada em 2014, e o período de transição para Reforma da PAC para o período 2014-2020, cujo primeiro ano de aplicação foi 2015.

Ao longo destes dezoito anos, muitos têm sido os factores que têm influenciado o sector agrícola português, e portanto as decisões e a manutenção da actividade dos agricultores portugueses, o tipo de ocupação do solo e o ordenamento do território rural. Entre estes destacamos como é óbvio os objectivos, as directrizes e a exequibilidade da Política Agrícola Comum (PAC); as tendências dos mercados agrícolas e a sua relação com as políticas agrícolas; obras e reestruturações públicas com impacto regional e nacional como é o caso do surgimento do perímetro de rega de Alqueva e de outros mais pequenos; os avanços tecnológico-culturais que se verificaram em toda a actividade agrícola, com enfoque especial em algumas culturas; e por fim a interacção do sector agrícola com o resto da economia, nomeadamente o desencadeamento da crise financeira-económica no final da década passada.

Segundo Avillez (2014) um dos principais reptos que o nosso país terá no futuro a médio-longo prazo será o de crescer economicamente, com base no aumento das exportações substituindo assim as importações. Por diversos factores, nomeadamente o último enunciado no parágrafo anterior, é da opinião da sociedade portuguesa que o sector agro-alimentar será um dos pilares deste avanço económico de que necessitamos. Nesta linha, temos assistido nos últimos anos ao aparecimento de novos agricultores, alguns vindos dos grandes centros urbanos, e principalmente ao surgimento de grandes grupos empresariais de capitais nacionais e estrangeiros com grandes capacidades de investimento, substituindo os antigos lavradores em nome individual ou familiar, ligados à terra e com pouca capacidade de investimento.

Este trabalho tem como objectivo responder a algumas dessas perguntas, que caso no fim do trabalho não sejam alcançadas respostas, terá servido ao menos para levar o seu autor a colocá-las, a reflectir sobre elas e a aprender a arranjar os meios para as analisar:

- Em primeiro lugar qual tem sido de facto a evolução do sector agrícola português neste período, quais os momentos em que se verificaram mudanças significativas, qual a sua relação com o resto da economia e com os factores que pensamos poderem influenciar a actividade agrícola;

- Em segundo lugar, por sabermos ser o grande factor na tomada de decisão e também por ser aquele com o qual os nossos decisores podem em certa medida influenciar o caminho a ser seguido, qual a relação desta evolução do sector com a PAC e suas reformas;
- Por último, e tendo em conta uma Unidade Territorial para Fins Estatísticos, a NUT II Alentejo, analisando as principais culturas da região, perceber quais as que mais têm contribuído para a evolução do produto agrícola, e porquê, ou seja quais os factores que têm influenciado a tomada de decisão dos agricultores em relação a cada uma dessas culturas.

Como já foi escrito, este trabalho pretende ser mais um contributo à reflexão acerca do nosso passado e do (s) rumo (s) a seguir, e não um estudo com respostas únicas e absolutas sobre a agricultura portuguesa, sendo que, apesar das nossas interpretações serem feitas com base em dados disponibilizados por organismos públicos, todas as ideias aqui contidas são da única responsabilidade do autor.

## 2. Metodologia

Neste capítulo pretendemos explicar de uma maneira sucinta a metodologia usada em cada capítulo desta dissertação.

### 2.1 Indicadores analisados no capítulo 3

Em todo o capítulo 3, excepto no sub-capítulo 3.5, os dados analisados foram agregados em triénios de modo a conseguirmos minimizar oscilações pontuais inter-anuais nos dados usados, que dificultariam o nosso trabalho, que pretende ser uma análise global da evolução da agricultura portuguesa no período 1998 – 2015.

No capítulo 3.1 pretendemos estudar as várias componentes do rendimento da agricultura portuguesa. Este Rendimento Agrícola é medido através do Valor Acrescentado Bruto a Custo de Factores ( $VAB_{cf}$ ), que no fundo é a soma do Produto Agrícola em Valor (medido através do VAB a Preços no Produtor Correntes) com todos os pagamentos directos aos produtores, ligados e desligados da produção. Todos os indicadores estimados neste capítulo foram calculados com base em dados das Contas Económicas para a Agricultura do Eurostat, com excepção do Produto Interno Bruto (PIB) que foi retirado da base de dados PORDATA da Fundação Francisco Manuel dos Santos, que nos serviu para uma análise do peso e da contribuição da agricultura para a economia nacional e da relação que poderá existir entre a tendência evolutiva da economia como um todo e do sector agrícola em particular. Por último analisámos a distribuição do Produto Agrícola em quantidade pelas diferentes regiões portuguesas (NUTS) e a dinâmica que se tem verificado do produto de cada região e do peso e contribuição que cada região tem para o Produto Agrícola português.

A seguir a termos compreendido o que aconteceu em relação ao rendimento agrícola, tentaremos compreender o porquê dessa evolução. No capítulo 3.2 analisaremos a Viabilidade Económica da agricultura portuguesa, medida através do Rendimento dos Factores (RF) a Preços Reais por Unidade de Trabalho Ano Agrícola (UTA), a Competitividade Económica (calculada com base no VAL a preços no Produtor Reais por UTA, e a Produtividade Económica do Trabalho, medida através do VAL a Preços no Produtor Constantes por UTA. Continuando a tentar fazer o diagnóstico da evolução da agricultura portuguesa, no capítulo 3.3 analisamos a evolução dos preços agrícolas. Com base no Valor de Produção, dos Consumos Intermédios e dos Bens de Capital Fixo em cada ano a preços correntes e a preços constantes, foram calculados os respectivos Índices de Preços, sendo possível estimar as tendências dos preços agrícolas, bem como a relação entre a evolução dos preços dos produtos agrícolas e dos bens intermédios (Termos de Troca Agrícola Brutos), e a relação entre os preços dos produtos agrícolas e o preços dos consumos intermédios mais os consumos de capital fixo). Na mesma perspectiva, analisamos no sub-capítulo 3.4 a evolução dos pagamentos directos aos produtores, de uma forma bastante simples, tendo apenas em conta a evolução dos montantes globais destes pagamentos, a sua dinâmica entre pagamentos ligados e desligados e o seu peso no rendimento dos agricultores.

No sub-capítulo 3.5, analisamos aqueles que pensamos serem os principais indicadores estruturais das explorações agrícolas, tanto a nível nacional como ao nível de cada NUT II: a área das explorações, o número de explorações, a mão-de-obra agrícola, a evolução da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) e da Superfície Agrícola

Cultivada (SAC) que consideramos ser a SAU menos as áreas de pastagens permanentes pobres, as áreas ocupadas pelas principais culturas e a evolução dos efectivos pecuários. Ao contrário das restantes partes do capítulo 3, esta análise foi realizada com base em dados do INE, principalmente em dados resultantes dos recenseamentos agrícolas de 1999 e 2009 e no Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas de 2013. Por fim, no sub-capítulo 3.6, abordamos outro aspecto importante no rendimento agrícola, a evolução da produtividade dos factores de produção com excepção da mão-de-obra que já tinha sido abordada em 3.2: da terra, calculada com base no Valor de Produção a preços constantes por hectare de SAC, e dos bens intermédios medida através da razão entre o Valor de Produção e o Consumo Intermédio a preços constantes. Por ser uma análise feita com base nas Contas Económicas para a Agricultura do Eurostat, em que temos valores para todos os anos, a análise voltou a ser realizada por triénios.

## **2.2 Retrospectiva da PAC, com ênfase no período 1998-2015**

No capítulo 4 abordamos aquela que tem sido a história da PAC, as suas sucessivas reformas, um pouco das suas consequências, mas principalmente os motivos de cada reforma. O que nos interessa neste capítulo é percebermos de uma forma objectiva quais as medidas tomadas em cada reforma, e a sua aplicação em Portugal no período aqui estudado. No entanto, esta compreensão ficaria muito aquém, se não percebermos os motivos e a forma da criação da PAC e das sucessivas mudanças, mesmo antes de 1998.

Assim com base em livros e artigos escritos pelos principais economistas agrários portugueses e estrangeiros e em regulamentos e relatórios de alguns grupos de trabalho da Comissão Europeia, tentámos em todo o sub-capítulo 4.1 fazer este retrato da evolução global da PAC. No sub-capítulo 4.2, tendo mais por base bibliografia portuguesa, principalmente despachos, portarias, comunicações do IFAP e alguns artigos técnicos de economistas agrários portugueses, focámo-nos nas medidas concretas da aplicação de cada reforma da PAC em Portugal a partir de “1999”.

## **2.3 Análise das principais culturas na NUT II – Alentejo**

No capítulo 5 procedemos a uma análise mais detalhada de algumas culturas de regadio, analisando os vários componentes que pensamos influenciarem a tomada de decisão dos agricultores. As culturas analisadas foram: o milho, o tomate para indústria, o arroz, o olival, a vinha e as pastagens permanentes. Esta análise foi realizada apenas para a NUT Alentejo, por ser a maior região de Portugal (33% de Portugal Continental), por ser uma região com grande peso no Produto Agrícola Nacional (27% em volume) e por ser uma região em que o produto cresceu entre “1999” e “2014” cerca de 20%.

Em todas as culturas a evolução da área, da produção e da produtividade foi estimada com base em dados das Estatísticas de produção vegetal anuais do INE, com excepção das pastagens permanentes em que os dados têm por base os Recenseamentos Agrícolas (1999 e 2009) e os Inquéritos às Estruturas das Explorações (2003, 2005 e 2013). Foram também estimadas para todas as culturas três contas cultura diferentes, para os triénios “1999” por ser o início do período aqui estudado, “2005” por ser o primeiro triénio a seguir à aplicação da Reforma de 2003 e “2014” por ser o último triénio do período. Tanto as produtividades usadas nessas contas cultura como os preços de venda dos produtos são os mesmos que utilizámos na análise prévia desses mesmos factores em cada cultura. Pela dificuldade em conseguirmos os preços exactos dos factores de produção e da

mão-de-obra para os triénios “1999” e “2005”, o método que decidimos usar foi o de construirmos a conta cultura para o triénio “2014”, e depois tendo por base os índices de preços calculados por nós para cada tipo de bem e serviço, com base nas Contas Económicas da Agricultura do INE, estimámos o montante gasto por cada tipo de consumo intermédio para os restantes triénios. Salientamos também que para a construção das contas culturas atribuímos sempre um valor a cada operação cultural, com base em valores fornecidos por prestadores de serviços, e tanto o preço da água como o modelo de cálculo para os resultados económicos de cada cultura foram fornecidos pela Agro.Ges – Sociedade de Estudos e Projectos.

No que diz respeito ao milho, os preços analisados foram retirados da base de dados do Eurostat, do separador – “*Selling prices of crop products*” – onde retirámos os preços anuais em Portugal e as ajudas ligadas foram também retiradas das Contas Económicas para a Agricultura do Eurostat. No sub-capítulo 5.1.2 onde analisamos três contas de cultura do milho tanto o itinerário técnico da cultura, como os preços das sementes e agroquímicos usados foram fornecidos por técnicos de uma empresa de sementes de milho híbrido, de duas empresas de venda de agroquímicos e com base em conversas com produtores de milho do Alentejo.

Os preços apresentados para o tomate para indústria foram retirados do *site* do IFAP – Ajuda ao Sector do Tomate – para os anos 1998-2007, fornecidos pela Agro.Ges para os anos 2012-2015 e estimados por nós, com base nos índices de preços do tomate, para os restantes anos. O itinerário técnico, desde os agroquímicos usados, quantidades de aplicação e preço dos produtos foram fornecidos pela Agro.Ges, e revistos com um produtor de tomate para indústria.

Em relação à cultura do arroz, os preços analisados foram também retirados dos – “*Selling prices of crop products*” da base de dados do Eurostat, em preços por tonelada em Portugal. Os montantes das ajudas ligadas ao longo dos anos foram retirados das estatísticas do IFAP, tal como para as restantes culturas. O itinerário técnico foi realizado com base numa conta cultura para o arroz fornecida pela Agro.Ges, e revista com um produtor de arroz principalmente no que diz respeito às operações culturais e seu custo, e com técnico de uma empresa de venda de agroquímicos no que diz respeito aos custos desses mesmos produtos. Foi também considerado um custo fixo de amortização da construção dos canteiros com base em cálculos realizados pela Agro.Ges.

No caso do olival os preços do azeite foram fornecidos pela Eng.<sup>a</sup> Mariana Matos, Secretária-Geral da Casa do Azeite- Associação do Azeite de Portugal, e as ajudas ligadas foram analisadas com base nas estatísticas do IFAP. Todo o itinerário técnico do olival, as operações culturais e o seu preço, os produtos aplicados, doses de aplicação e preços foram fornecidos por uma empresa de consultoria agrícola do Alentejo – Contexto Rural Consultoria Agrícola, Lda.

Para a vinha, os preços praticados nos últimos anos foram-nos cedidos pela Sociedade Agrícola Herdade do Pigeiro, Lda e actualizados para os restantes anos segundo o Índice de preços para a Uva calculado por nós com base nas CEA do INE. Foram consideradas as ajudas agro-ambientais aplicáveis à vinha em cada ano e que considerámos serem as utilizadas pelos viticultores alentejanos. Quanto aos agroquímicos usados no itinerário técnico da vinha foram retirados de uma conta cultura para a vinha que nos foi fornecida pela Agro.Ges, e as operações culturais foram estimadas com base nas operações efectuadas nas vinhas da Sociedade Agrícola Herdade do Pigeiro, Lda no Alandroal.



As pastagens permanentes foram também analisadas neste capítulo, não com o objectivo de analisarmos o seu potencial, ou o seu contributo para o Produto Agrícola português, mas sim analisarmos a evolução deste tipo de exploração agro-pecuária extensiva, que nos poderá servir para compreendermos qual tem sido a evolução do abandono de formas de exploração mais intensivas e os motivos desse abandono. Assim analisámos as áreas de pastagens desagregadas em pastagens em terra limpa e em sob-coberto de matas e florestas por um lado, e por outro em pastagens melhoradas e pastagens pobres. Para estimarmos um rendimento associado às pastagens, partimos do princípio que a sua forma de exploração seria à base de bovinos em extensivo, pelo que os preços que apontamos nesta análise serão também os da carne de bovino. Estes preços foram retirados do SIMA – Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas – do GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, e as ajudas agro-ambientais com base nas estatísticas do IFAP, das ajudas que considerámos aplicáveis pelos agricultores alentejanos. Toda a metodologia utilizada incluído os encargos e os proveitos considerados estão explicados detalhadamente no sub-capítulo 5.6.3.

### 3 Evolução geral da agricultura portuguesa no período 1999-2015

Desde a adesão de Portugal às Comunidades Europeias (CE), e especialmente desde 1993, a evolução da agricultura portuguesa tem sido influenciada, entre outros factores, pelas das alterações introduzidas pelas sucessivas reformas da PAC. Estas mudanças consistiram quase sempre num dismantelamento parcial das medidas de suporte dos preços agrícolas, que desde a Reforma de 1992 até à Agenda de 2000 foram substituídas por pagamentos ligados à produção. A partir da reforma da PAC de 2003, continuou o processo de dismantelamento das medidas de suporte dos preços, com a consequente aproximação dos preços no produtor da comunidade aos preços mundiais. Assim, os pagamentos que em 2003 se baseavam nas quantidades produzidas e nas áreas cultivadas, foram substituídos pelo regime de pagamento único (RPU), que no fundo correspondia a um valor pago às explorações agrícolas correspondente à componente desligada dos pagamentos directos.

#### 3.1 Evolução do rendimento e produto da agricultura portuguesa

De facto, o rendimento da agricultura portuguesa tem evoluído nestes últimos 18 anos de maneiras muito diferentes. Numa primeira análise poderíamos dizer, que estas variações na evolução do rendimento estariam directamente ligadas às mudanças realizadas através das Reformas da PAC e acontecimentos macroeconómicos, de uma forma especial para este período, a crise financeira e económica mundial de 2008-2009, e a consequente crise das dívidas soberanas desencadeada a partir do final de 2009.

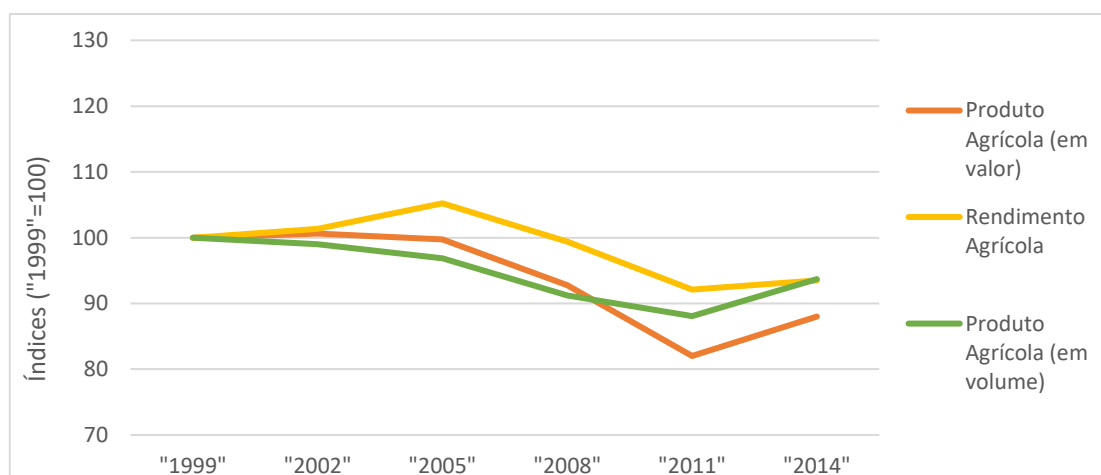


Figura 1. Evolução do Produto e Rendimento Agrícola

FONTE: DATABASE DO EUROSTAT

Entre os triénios “1999” e “2014” o rendimento agrícola, medido através do valor acrescentado bruto a custo de factores (VABcf), teve um decréscimo acumulado de 6%, o que correspondeu a uma taxa média de crescimento de -0.4%/ano.

Quadro 1. Taxa de Crescimento Médio Anual do Produto e Rendimento Agrícola

|  | "1999" -<br>"2005" | "2005"-<br>"2011" | "2011"-<br>"2014" | "1999" -<br>"2014" |
|--|--------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| Rendimento agrícola [VAB <sub>cf</sub> (P.Correntes)]            | 0,9                | -2,2              | 0,5               | -0,4               |
| Produto agrícola em valor [VAB <sub>Pprod</sub> (P.Correntes)]   | 0,0                | -3,2              | 2,4               | -0,8               |
| Produto agrícola em volume [VAB <sub>Pprod</sub> (P.Constantes)] | -0,5               | -1,6              | 2,1               | -0,4               |

Fonte: Database do Eurostat

No entanto, este comportamento do rendimento da agricultura portuguesa, apresentou ritmos de evolução um tanto ou quanto diferentes ao longo deste período, vejamos:

- Apresentou taxas de crescimento anual médias de 0,9%/ano entre “1999” e “2005”, período em que se encontravam em vigor as medidas referentes à Reforma da PAC de 1992 e da Agenda 2000, altura em que as medidas de suporte dos preços de mercado estavam gradualmente a ser desmanteladas e substituídas pelos pagamentos ligados à produção. No entanto é de realçar o crescimento mais acelerado que se verificou entre “2002” e “2005”, que foi na ordem de 1,3%/ano, e que não coincidiu com um aumento do produto agrícola, que até decresceu neste período, mas sim com um aumento dos pagamentos directos aos produtores, especialmente com o grande aumento dos pagamentos desligados da produção verificado a partir de 2005.
- Decréscimos de 2,2%/ano a partir de “2005”, correspondente aos primeiros anos de aplicação da Reforma da PAC de 2003, caracterizada pelo desligamento dos pagamentos directos aos produtores, e portanto pela introdução do Regime de Pagamento Único (RPU), até ao triénio de “2011”;
- Inflexão desta tendência a partir de “2011”, com crescimentos anuais de 0.5%/ano.

O produto agrícola nacional, em valor, medido através do valor acrescentado bruto a preços no produtor correntes (VAB<sub>Pprod</sub>), teve uma taxa de crescimento médio anual entre “1999” e “2014” de -0,8%/ano. O seu comportamento foi de certa forma semelhante ao do rendimento agrícola, se bem que a ritmos diferentes, que merecem a nossa análise:

- Entre “1999” e “2005”, a taxa média de crescimento do produto agrícola, em valor, foi de 0,0%/ano, o que significa, que o crescimento que verificámos no rendimento agrícola para o mesmo período, deveu-se ao crescimento dos pagamentos directos aos produtores, como veremos mais adiante;
- -3,2%/ano, entre “2005” e “2011”, período em que a taxa de crescimento do rendimento agrícola também foi negativa, no entanto com decréscimos mais atenuados do que o produto agrícola, devendo-se, tal como no período anterior, a um crescimento positivo dos pagamentos directos aos produtores;
- Uma taxa de crescimento médio anual de 2,4%/ano, entre “2011” e “2014”, muito superior à taxa de crescimento do rendimento agrícola do período homólogo (0,5%/ano), o que significa que pela primeira vez, desde 1998 pelo menos, o rendimento agrícola está a crescer, não à custa do crescimento dos pagamentos directos, mas como consequência do aumento do produto agrícola nacional.

Em relação ao produto agrícola nacional em volume, medido através do valor acrescentado bruto a preços no produtor constantes (VAB<sub>Pprod</sub><sup>Const</sup>), teve também um comportamento semelhante ao do produto agrícola

nacional em valor, com uma taxa de crescimento médio anual entre “1999” e “2014” de – 0,4%/ano, e com as seguintes variações:

- -0,5%/ano entre “1999” e “2005”, ou seja, entre estes dois triénios a agricultura portuguesa produziu menos quantidade, apesar do valor da taxa de crescimento do produto em valor para o mesmo período ter sido de 0,0%/ano, o que significa que houve uma evolução ligeiramente positiva do valor dos termos de troca (relação entre os preços dos produtos e dos factores intermédios agrícolas), como veremos mais adiante;
- -1,6%/ano entre os triénios “2005” e “2011”, dando continuidade à tendência de diminuição da produção agrícola em quantidade, no período de aplicação da Reforma de 2003. Contudo é de realçar, que esta diminuição foi menor, do que a da diminuição da produção agrícola em valor, o que nos indica de que a evolução dos termos de troca agrícolas neste período foi bastante desfavorável para os produtores;
- Entre “2011” e “2015”, a tendência do produto agrícola em volume acompanha a do produto agrícola em valor, no entanto, o valor de taxa de crescimento médio anual é um pouco mais baixo, 2,1%/ano, o que aponta para uma evolução favorável aos agricultores, dos termos de troca agrícola brutos.

De facto, as diferenças de comportamento observadas para o crescimento do produto agrícola em valor e em volume são essencialmente explicadas pela evolução das relações entre os preços dos produtos e dos factores intermédios (termos de troca agrícolas), que apresentaram a seguinte evolução:

- tiveram um efeito praticamente neutro de “1999” a “2005”;
- foram desfavoráveis para os produtores de “2005” a “2011”;
- evoluíram de forma favorável de “2011” a “2014”.

A agricultura é em Portugal, e em quase todos os países denominados desenvolvidos, uma actividade económica com pouco peso no PIB nacional. No entanto, nem sempre assim foi. Em 1950, por exemplo, o sector agrícola era responsável por mais de 30% do PIB. No primeiro triénio do período em análise, “1999”, o peso do VAB da Agricultura em volume no PIB nacional era de cerca de 1,6%. A tendência, tal como dissemos anteriormente, seria que este rácio fosse cada vez menor, e, portanto, que a economia nacional dependesse cada vez mais da indústria e dos serviços, e cada vez menos da agricultura.

*Quadro 2. Peso do Produto Agrícola no PIB*

|                            | "1999" | "2002" | "2005" | "2008" | "2011" | "2014" |
|----------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| VABprod/PIB (P.Constantes) | 1,65   | 1,54   | 1,47   | 1,34   | 1,33   | 1,47   |

Fonte: Database do Eurostat e PORDATA

Entre “1999” e “2014” o PIB nacional a preços constantes apresentou um crescimento acumulado de cerca de 5%, o que significa que teve uma taxa média de crescimento muito baixa, de cerca de 0.3%/ano. O produto agrícola em volume no mesmo período apresentou uma taxa média de crescimento ligeiramente

negativa (-0,8%/ano), e uma variação acumulada de cerca de -6,3%. Como tal, a contribuição do VAB do ramo agrícola para o PIB, teve neste mesmo período uma evolução negativa (-0,8%/ano em média).

*Quadro 3. Taxa de Crescimento Médio Anual do PIB e do Produto Agrícola*

|   | "1999" -<br>"2005" | "2005" -<br>"2011" | "2011" -<br>"2014" | "1999" -<br>"2014" |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| PIB a preços constantes (10 <sup>6</sup> €)                     | 1,4                | 0,0                | -1,1               | 0,3                |
| Produto agrícola em volume [VAB <sub>prod</sub> (P.Constantes)] | -0,5               | -1,6               | 2,1                | -0,4               |
| Peso do Produto agrícola no PIB (%)                             | -1,9               | -1,6               | 3,2                | -0,8               |

Fonte: Database do Eurostat e PORDATA

No entanto, este comportamento deficitário do peso da agricultura na economia, não foi constante ao longo do período, e principalmente não acompanhou a evolução do PIB, e como tal pensamos ser interessante destacar dois grandes aspectos:

- Por um lado, uma evolução negativa do produto agrícola, no período de crescimento e estagnação da economia, entre “1999” e “2005” e “2005” e “2011” respectivamente;
- E por outro, o crescimento muito relevante do produto agrícola entre os triénios “2011” e “2014”, com um crescimento médio de 2,1%/ano, período que em média foi recessivo para a economia portuguesa, resultando num aumento significativo do peso da agricultura na economia portuguesa, de 1,33% em “2011” para 1,47% em “2014” (que corresponde a um crescimento de 3,2%/ano do peso da Agricultura no PIB nacional), apesar de pouco ter contribuído para a mudança na evolução negativa do produto da economia nacional, devido ao peso pouco significativo que o VAB da Agricultura representa no PIB.

Entre as culturas cujo volume de produção tem aumentado (a preços no produtor) entre 2010 e 2015 destacamos as seguintes:

- Entre as culturas arvenses destaca-se a cevada com um aumento acumulado de 33%, apesar da queda entre 2011 e 2013, o milho grão (35%) e o arroz (18%);
- As plantas industriais que tiveram um aumento de produção em volume de 45%, com especial ênfase para as sementes e frutos oleaginosos que tiveram neste período um aumento acumulado de 180%;
- Os produtos hortícolas, com especial destaque para os hortícolas frescos, cuja produção aumentou cerca de 12%;
- Os frutos também registaram um aumento de 24% na sua produção em volume, mas este valor é mais elevado se tivermos em conta apenas os frutos frescos (34%), e a azeitona (68%);
- A produção animal registou um aumento acumulado de apenas 8%, e os sectores mais tradicionais da pecuária portuguesa, como os bovinos para carne e o leite, apresentaram aumentos de 6% e 3% respectivamente. Os ovinos e caprinos registaram um aumento de 35% nestes cinco anos, sendo que só no ano de 2013, este valor aumentou cerca de 21%.

Esta variação do produto agrícola em volume não tem sido linear ao longo dos anos, como já verificámos, mas também não tem apresentado homogeneidade em termos das diferentes regiões agrícolas do nosso país, que dividimos aqui em NUTS II.

Os dados que temos disponíveis permitem-nos tirar algumas ilações, em relação ao que tem sido a evolução de cada região nestes últimos 17 anos:

- O produto agrícola em volume cresceu nas regiões do Alentejo (20%), Algarve (10%), Açores (14%) e Madeira (41%);
- Decresceu mais que a média nacional nas regiões do Norte (-13%), Centro (-23%), e Lisboa (-17%).

*Quadro 4. Composição e variação do Produto Agrícola por NUT II*

| Regiões NUT II  | Composição do Produto Agrícola em Volume (%) |            |            |            |            |            | Variação em %<br>"1999"- "2014" | Variação em %<br>"2011"- "2014" |
|-----------------|--|------------|------------|------------|------------|------------|---------------------------------|---------------------------------|
|                 | "1999"                                       | "2002"     | "2005"     | "2008"     | "2011"     | "2014"     |                                 |                                 |
| Norte           | 28   | 30         | 28         | 28         | 28         | 26         | -13                             | -3                              |
| Centro          | 33   | 31         | 32         | 29         | 27         | 27         | -23                             | 6                               |
| Lisboa          | 7  | 6          | 7          | 8          | 6          | 6          | -17                             | 2                               |
| Alentejo        | 21   | 20         | 20         | 23         | 24         | 27         | 20                              | 20                              |
| Algarve         | 4  | 5          | 5          | 4          | 5          | 5          | 10                              | 13                              |
| Açores          | 6  | 6          | 6          | 7          | 7          | 7          | 14                              | 3                               |
| Madeira         | 1  | 2          | 2          | 2          | 3          | 2          | 41                              | -8                              |
| <b>Portugal</b> | <b>100</b>                                   | <b>100</b> | <b>100</b> | <b>100</b> | <b>100</b> | <b>100</b> | <b>-6</b>                       | <b>6</b>                        |

Fonte: Database do Eurostat

Podemos concluir, que das três regiões com maior peso no produto agrícola nacional, apenas a região do Alentejo teve um crescimento positivo, e portanto que tanto a região Norte como a região Centro, foram as que mais contribuíram para o comportamento recessivo, que em média a agricultura portuguesa apresentou de “1999” a “2014”.

No entanto, se analisarmos apenas o ainda recente período em que o produto agrícola nacional tem apresentado taxas de crescimento positivas, (“2011”-“2014”) registamos algumas diferenças em relação ao período “1999”-“2014”:

- Decresceu apenas no Norte (-3%) e na Madeira (-8%);
- Cresceu muito pouco em Lisboa (2%) e nos Açores (3%), e cresceu bastante no Alentejo (20%), no Algarve (13%), e 6% no Centro.

Assim sendo, concluímos que neste período de crescimento da agricultura portuguesa, das regiões com maior peso na produção, a região que tem contribuído mais para este crescimento, têm sido a NUT Alentejo, e de uma maneira menos relevante a região Centro. O Algarve e os Açores, apesar de até apresentarem variações mais elevadas do que o Centro no produto agrícola em volume, continuam a representar um valor mais pequeno em termos produtivos (5% e 7% respectivamente), e como tal a contribuição em termos absolutos não será tão elevada como a das regiões acima citadas.

Deste modo, e partindo da análise do rendimento e do produto agrícola em valor em volume, podemos concluir que a agricultura portuguesa tem mostrado desde 1998 até aos nossos dias um comportamento recessivo. No entanto, não podemos deixar de destacar dois períodos em particular, que nos parecem relevantes

para a compreensão não só do passado agrícola português, mas também do que poderemos esperar da Política Agrícola agora em vigor, e que aspectos deveremos começar a analisar no que diz respeito à PAC pós-2020:

- A evolução altamente desfavorável no período de aplicação da Reforma de 2003, caracterizado pelo desligamento dos pagamentos directos aos produtores, e do comportamento desfavorável do rácio de preços entre os produtos agrícolas e os factores intermédios;
- A mudança de comportamento a partir do triénio “2011”, de uma forma especial a partir de 2013, com o produto agrícola em volume e em valor a aumentar anualmente, os termos de troca agrícolas a evoluírem de forma favorável aos produtores, e o rendimento agrícola com uma evolução também positiva, mas com uma taxa de crescimento menor do que o produto agrícola, o que poderá significar que este aumento do rendimento é sustentado pelo aumento do produto e não por um aumento dos pagamentos directos aos produtores. Este período é coincidente com o período pós crise financeira, económica e social desencadeado em 2009, com os anos subsequentes ao período de intensificação (2007-2008) da crise alimentar a que temos assistido e consequente oscilação dos preços de mercado, com o alargamento das áreas de regadio, e com a Reforma e entrada em vigor da PAC de 2013.

Também é de realçar, a pouca importância da agricultura, em termos económicos, em relação aos restantes sectores. Mesmo neste período (“2011” – “2014”), em que constatamos que o PIB nacional decresceu em média 1,1%/ano, e o produto agrícola cresceu 2,1%/ano, e que a taxa média de crescimento do peso do VAB da agricultura no PIB foi de 3,2%/ano, este passou apenas de 1,3% para 1,5%. A diminuição do PIB nestes anos (3,4% entre “2011” e “2014”) em volume, corresponde a um valor de cerca de 5903,97 milhões de euros, enquanto o aumento do produto agrícola (11% no mesmo período) corresponde a cerca de 264,84 milhões de euros, correspondendo este aumento a cerca de 4,5% do valor que o PIB diminuiu.

### **3.2 Evolução da viabilidade, competitividade e produtividade económica da agricultura portuguesa**

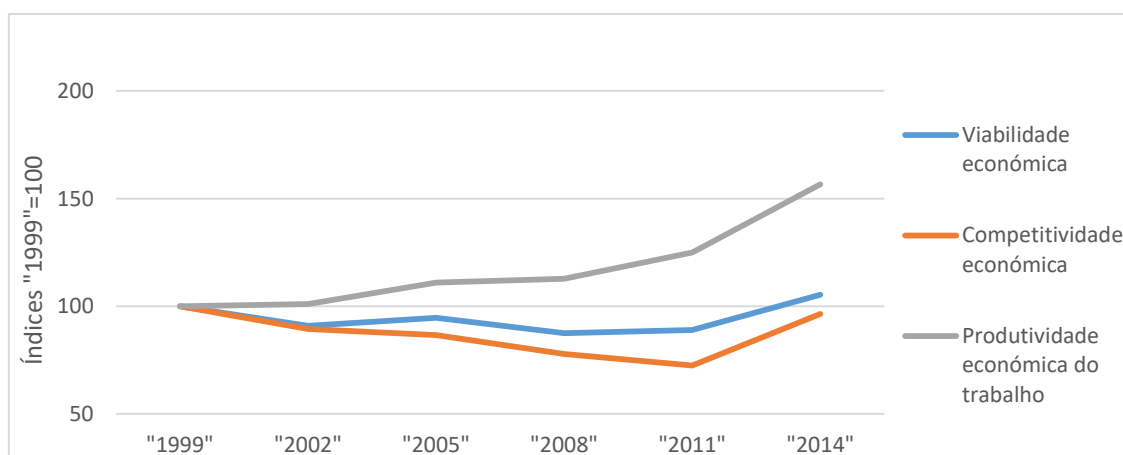
Ao longo destes 18 anos, compreendidos entre os triénios “1999” e “2014”, a viabilidade económica da agricultura portuguesa tem evoluído de maneira diferente. A viabilidade económica das explorações agrícolas portuguesas, além de depender do rendimento e do produto agrícola nacional, também é influenciado pela evolução do volume da mão-de-obra agrícola e pela relação entre os preços agrícolas e não-agrícolas. Em “1999”, este indicador, medido através do rendimento dos factores a preços reais por unidade trabalho ano agrícola, correspondia a cerca de 6127€/UTA, enquanto no fim do período em análise esse valor correspondia a cerca de 6459€/UTA, o que significa que ao longo deste período a viabilidade das explorações portuguesas verificou um aumento de cerca de 5,4%. No entanto, tal como também já tínhamos verificado em relação ao rendimento da agricultura, este valor que foi em média positivo, não foi regular ao longo dos anos. Entre “1999” e “2011”, este valor apresentou taxas médias de crescimento negativas (-1,0%/ano), verificando-se apenas um pequeno crescimento entre “2002” e “2005” (4,1%) e “2008” e “2011” (1,6%). Pelo contrário entre os triénios “2011” e “2014” a viabilidade económica das explorações cresceu em média cerca de 5,8%/ano, o que corresponde a um crescimento acumulado de 17,5%. O que é de

salientar da análise deste indicador, é que o decréscimo da viabilidade só não foi mais acentuado devido à diminuição que verificamos no volume de mão-de-obra agrícola, que em termos globais diminui cerca de 37% entre “1999” e “2014”. No entanto, e tal como já foi referido em relação ao peso do VAB da agricultura no PIB nacional, apesar de em termos relativos o decréscimo da mão-de-obra ter sido mais elevado do que o aumento do rendimento dos factores (terra, trabalho e capital utilizado), este registou pela primeira vez desde “1999” um crescimento positivo entre “2011” e “2014”, de cerca de 5,1% acumulado, que não é desvalorizável na importância que tem para o crescimento da viabilidade da agricultura portuguesa.

*Quadro 5. Viabilidade, competitividade e produtividade da agricultura*

|  | "1999" | "2005" | Valor em Euros/UTA |        |
|--|--------|--------|--------------------|--------|
|  |        |        | "2011"             | "2014" |
| Viabilidade económica [RF/UTA (P.Reais)]                                       | 6127,1 | 5799,6 | 5450,4             | 6458,7 |
| Competitividade económica [VAL <sub>Pprod</sub> /UTA (P.Reais)]                | 4472,4 | 3875,0 | 3244,6             | 4316,6 |
| Produtividade económica do trabalho [VAL <sub>Pprod</sub> /UTA (P.constantes)] | 4226,1 | 4691,6 | 5281,8             | 6617,9 |

Fonte: Database do Eurostat



*Figura 2. Evolução da Viabilidade, Competitividade e Produtividade*

FONTE: DATABASE DO EUROSTAT

A competitividade económica difere da viabilidade económica, por ser medida através do VAL da agricultura a preços reais no produtor por unidade de trabalho ano agrícola (VAL<sub>Pprod</sub>/UTA), e como tal não estão contemplados por este indicador quaisquer tipos de pagamentos directos aos produtores. Daqui compreendemos, a taxa de crescimento médio anual mais baixa em termos absolutos, entre “1999” e “2011”, do que a da viabilidade económica, pois os pagamentos directos cresceram a preços correntes neste período cerca de 28%, e por outro lado o crescimento mais acelerado da competitividade a partir de “2011”, devido à redução dos pagamentos directos de cerca de 9,4% entre “2011” e “2014”. Podemos apontar para uma possível correlação negativa entre o aumento dos pagamentos directos à agricultura e a sua competitividade económica, e vice-versa, principalmente no período em que os pagamentos ligados à produção foram substituídos por pagamentos desligados (“2005”). Também são os pagamentos directos aos produtores que explicam a diferença entre a taxa de crescimento médio anual negativa para a totalidade do período (-0,2%/ano) da competitividade da agricultura e positiva da viabilidade económica das explorações agrícolas (0,4%/ano).



Por outro lado, a produtividade económica do factor trabalho, medida através do valor acrescentado líquido a preços no produtor constantes por unidade de trabalho ano agrícola (VALPprod/UTA a P.constantes), teve um comportamento muito favorável entre “1999” e “2014”, com um crescimento acumulado de cerca de 57% e uma taxa média de crescimento de 3,0%/ano. No entanto, os crescimentos positivos que a produtividade económica do trabalho apresentou entre “1999” e “2011” devem-se exclusivamente à grande redução de mão-de-obra de que já falámos (-29%), dado que o VAL a preços constantes também apresentou para este período uma diminuição acumulada de 11%. No entanto, se incluirmos neste período os anos posteriores a “2011”, o VAL já apresenta um crescimento positivo de cerca de 8%, o que significa que entre “2011” e “2014” este valor cresceu cerca de 11% que conjugado com a seguimento da diminuição da mão-de-obra de -3,9%/ano possibilitou ganhos muito significativos na produtividade económica do trabalho, com um crescimento de 7,8%/ano. Como podemos constatar, estes ganhos relevantes na produtividade do trabalho agrícola, não foram suficientes para que a competitividade económica agrícola também tivesse um crescimento positivo. Isto deve-se principalmente ao grande peso que a relação entre os preços agrícolas e não agrícolas tem para a produção agrícola. Esta relação, medida através do rácio entre o índice de preços implícito no VAB da agricultura a preços no produtor e o índice de preços implícito no PIB ( $Ip\ VABPprod/Ip\ PIB$ ), teve até “2011”, mas principalmente a partir de “2005”, uma grande quebra, cerca de -3,2%/ano entre “2005” e “2011”, e -3,0%/ano entre “1999” e “2011”, devendo-se ao aumento do índice de preços implícito no PIB (34% entre “1999” e “2011”), mas sobretudo à quebra do índice de preços implícito no VAB da agricultura (-7%), significando que os produtos agrícolas não acompanharam a evolução dos preços dos restantes produtos. Esta quebra dos preços agrícolas deveu-se principalmente:

- à redução e extinção dos preços de intervenção de alguns produtos agrícolas como o arroz, cereais, leite em pó e manteiga, que ainda se encontravam em vigor na altura da Reforma da PAC de 2003;
- à nossa integração no Sistema Monetário Europeu, e introdução do Euro;
- desenvolvimento do Mercado Único Europeu;
- discriminação sistemática da produção de bens transacionáveis em relação à dos não transacionáveis.

A partir de “2011”, inverteu-se a evolução negativa desta relação, passando a aumentar 1,1%/ano, devido ao aumento de cerca de 7% no índice de preços do VAB do ramo agrícola, e no abrandamento do índice de preços do PIB, que cresceu até “2014” apenas 3,1%.

### **3.3 Evolução dos preços agrícolas**

Os preços dos produtos agrícolas são analisados a preços base, ou seja somando o valor dos preços no produtor com o respectivo pagamento ligado à produção, por considerarmos ser este o valor que por um lado, verdadeiramente influencia as escolhas dos produtores, e por outro, reflecte o efeito de medidas específicas de apoio a determinados sectores da agricultura.

No início do período aqui estudado, “1999” (1998-99-00), a evolução dos preços dos produtos agrícolas em Portugal, é marcada pela política de harmonização dos preços nacionais com os preços comunitários. Este desmantelamento gradual e parcial das medidas de suporte de preços de mercado iniciado em 1993 com a Reforma da PAC de 1992, e que se prolongou até 2004 foi acompanhado por um incremento dos pagamentos

ligados à produção, que analisaremos adiante, e que estão incluídos no valor de produção a preços base. A partir de 2005, entrou em vigor o regime de pagamento único (RPU), e portanto procedeu-se ao desligamento da maior parte dos pagamentos directos aos produtores, à excepção de alguns produtos agrícolas (como o arroz e o tomate indústria, por exemplo) que continuaram a receber um pagamento ligado à produção.

Entre “1999” e “2014” os preços dos produtos agrícolas em termos nominais aumentaram cerca de 8%, enquanto os preços dos respectivos consumos intermédios cresceram 22%, e dos bens de capital fixo 34%. Como podemos constatar, esta evolução não tem sido favorável aos produtores portugueses de uma forma geral, pois os termos de troca agrícolas brutos diminuíram cerca de 12%, e 16% se falarmos nos termos de troca agrícola líquidos.

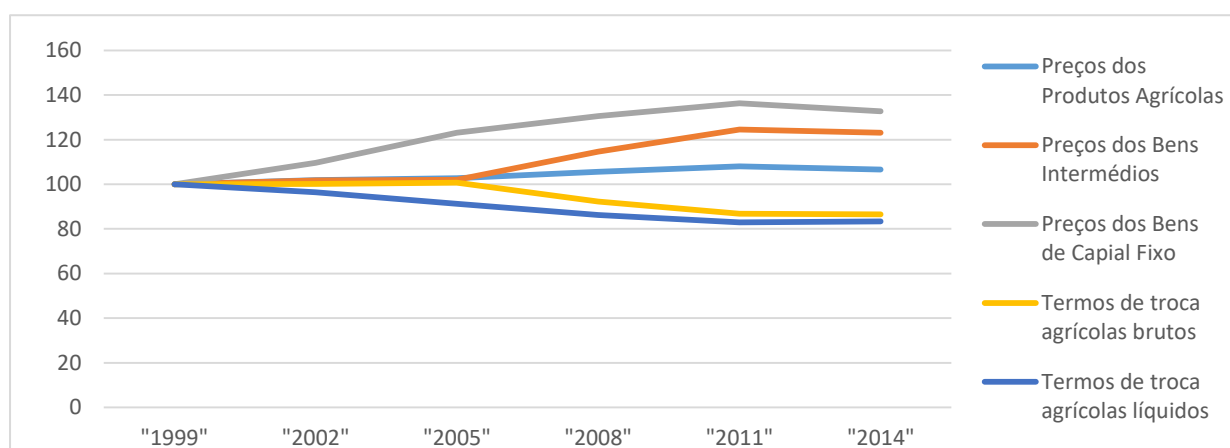


Figura 3. Evolução dos preços e termos de troca agrícolas

Fonte: Database do Eurostat

Entre “1999” e “2005” este rácio entre a evolução dos preços da produção e do consumo não sofreu grandes alterações, com um aumento acumulado de 1%. No entanto, tal comportamento não se verificou se tivermos em conta os preços dos consumos de capital fixo, que aumentaram neste período cerca de 22%, sendo portanto esta a causa da diminuição dos termos de troca líquidos para este período (-9%).

Quadro 6. Taxa de Crescimento Médio Anual dos Preços e Termos de troca agrícolas

|  | "1999" -<br>"2005" | "2005" -<br>"2011" | "2011" -<br>"2014" | "1999" -<br>"2014" |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Preços dos Produtos Agrícolas (Ip VP)                | 0,4                | 0,9                | 0,0                | 0,5                |
| Preços dos Bens Intermédios (Ip CI)                  | 0,3                | 3,4                | -0,5               | 1,4                |
| Preços dos bens de capital fixo (Ip CCF)             | 3,5                | 1,7                | -0,6               | 2,0                |
| Termos de troca agrícolas brutos (Ip VP/Ip CI)       | 0,1                | -2,4               | 0,6                | -0,8               |
| Termos de troca agrícolas líquidos (Ip VP/Ip CI CCF) | -1,5               | -1,6               | 0,6                | -1,1               |

Fonte: Database do Eurostat

De “2005” a “2011”, no período de plena aplicação da Reforma de 2003, os termos de troca agrícola brutos diminuíram de forma mais acelerada do que os termos de troca líquidos (-14% e -8% respectivamente), devido ao grande aumento dos preços dos bens intermédios (22%) em relação tanto ao aumento dos preços dos produtos agrícolas (5%) como até ao aumento dos preços dos bens de capital fixo (13%).

Entre “2011” e “2014”, período em que pela nossa análise o produto agrícola português verificou pela primeira vez desde “1999” um crescimento tanto em volume como em valor, verificou-se um ligeiro aumento

tanto dos termos de troca brutos (1,5%), como dos termos de troca líquidos (1,5%). Em relação a este período temos dois aspectos a destacar:

- A diferença entre este resultado e o que tínhamos suposto no sub-capítulo “Evolução do rendimento e produto da agricultura portuguesa”, deve-se a termos usado nesta análise valores a preços base e não a preços no produtor, o que poderá significar uma quebra no valor dos pagamentos ligados à produção;
- Pela primeira vez desde “1999”, assistimos ao decréscimo dos preços do consumo intermédio (-2,0%), dos bens de capital fixo (-2,5%), e a uma relativa estagnação dos produtos agrícolas a preços base (0,1%).

### 3.4 Evolução dos pagamentos directos aos produtores

Em “1999”, no início do período em análise, já os pagamentos directos aos produtores representavam cerca de 13% do valor de produção agrícola a preços no produtor. No entanto, nem sempre assim foi. No início do processo de Adesão de Portugal às CE, esta taxa de suporte, que relaciona o valor dos pagamentos directos aos produtores com o valor da produção agrícola, era de apenas 3% em Portugal e 6% em média nos países comunitários. Nesta altura, as ajudas aos produtores, eram ainda quase exclusivamente realizadas através do FEOGA-Garantia, e portanto através do controlo e regulação dos preços de mercado que era realizado através de organizações não governamentais responsáveis por esta regulação, e por empresas estatais que através do seu poder monopolista intervinham no mercado agrícola, e que a partir da nossa adesão às CE foram gradualmente extintas.

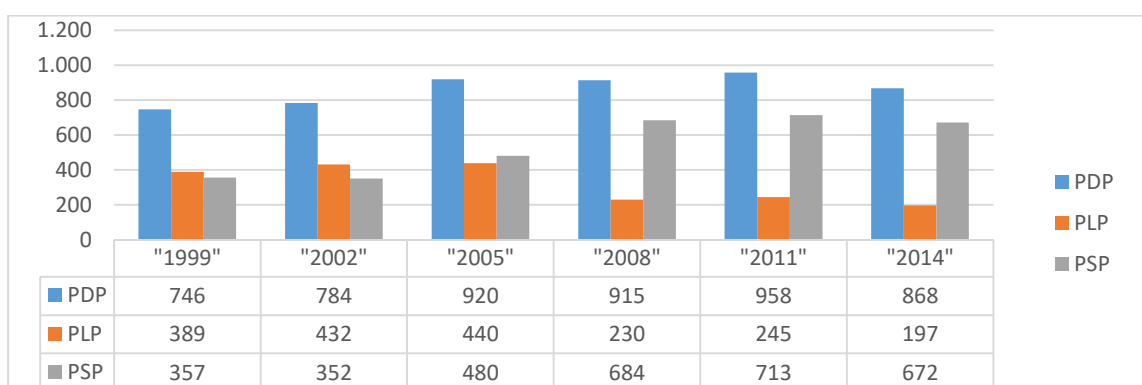


Figura 4. Pagamentos directos aos produtores (M€/ano)

Fonte: Database do Eurostat

#### Quadro 7. Taxa de suporte e nível de apoio ao rendimento agrícola

|                                    | "1999" | "2005" | "2011" | "2014" |
|------------------------------------|--------|--------|--------|--------|
| PLP em % dos PDP                   | 52     | 48     | 26     | 23     |
| PSP em % dos PDP                   | 48     | 52     | 74     | 77     |
| Taxa de suporte (%)                | 13     | 16     | 15     | 13     |
| Nível de apoio ao rendimento (%)   | 28     | 34     | 42     | 35     |
| PDP/UTA (€) (P.correntes nominais) | 1767   | 2483   | 3178   | 3246   |

Fonte: Database do Eurostat

Entre “1999” e “2014” os pagamentos directos aos produtores aumentaram de uma forma geral cerca de 16%. No entanto, este aumento não é linear:

- Entre “1999” e “2005” os pagamentos aos produtores aumentaram cerca de 23% (3,5%/ano), devido ao aumento cumulativo dos pagamentos ligados e desligados da produção, de cerca de 51 e 123 milhões de euros, respectivamente;
- Entre “2005” e “2011” os pagamentos aos produtores aumentaram apenas 4% (0,7%/ano), registando-se a grande quebra dos pagamentos ligados (-44%, o que equivale a 195 milhões de euros), que foram substituídos e compensados por um aumento de 49% nos pagamentos desligados (233 milhões de euros);
- A partir de “2011” até “2014” os pagamentos aos produtores diminuíram consideravelmente (-9,4%), tanto por via dos pagamentos ligados à produção (-20%), como dos pagamentos desligados (-5,9%), o que em termos nominais equivale a menos 48 e 42 milhões de euros, respectivamente.

A taxa de suporte das explorações agrícolas não sofreu, neste período, grandes mudanças. É de notar, que no princípio do triénio “1999”, já as políticas estabelecidas na Reforma da PAC de 1992 estavam em vigor há cinco anos, e portanto o período de harmonização dos preços agrícolas já ia pelo menos a meio, e como tal já estavam nesta altura bem instituídos os pagamentos directos aos produtores, especialmente os pagamentos ligados à produção que vieram compensar a queda dos preços agrícolas.

É de notar o aumento (2,6pp/ano) da taxa de suporte às explorações agrícolas entre os triénios “1999” e “2005”, fruto do crescimento mais acelerado dos pagamentos directos aos produtores (3,5%/ano) em relação ao valor de produção a preços no produtor (1,0%). Em “2011” a taxa de suporte foi de 15%, valor mais baixo do que em “2005”, pelo abrandamento do crescimento dos pagamentos directos (4%) em relação ao valor de produção (6%) desde “2005”, sendo ainda mais reduzida em “2014” (13%) igualando o valor de “1999”, devido ao aumento significativo do valor de produção entre “2011” e “2014”, que foi cerca de 1,9%/ano, e da redução de -3,2%/ano nos pagamentos directos aos produtores.

O nível de apoio ao rendimento, medido através dos pagamentos directos aos produtores em percentagem do rendimento dos factores, teve uma variação considerável (26%), ao longo do período em análise, passando de 28% em “1999” para 35% em “2014”. Este aumento, deveu-se de uma forma geral ao aumento dos pagamentos directos que já analisámos (16%), mas também ao decréscimo do rendimento dos factores (-8%) ao longo destes dezassete anos. Entre “1999” e “2011” este crescimento foi mais ou menos constante (3,5%/ano), apesar de entre “2005” e “2011” se dever mais à quebra do rendimento dos factores (-2,9%/ano) do que propriamente ao crescimento dos pagamentos. Tal como quase todos os indicadores que temos estudado até agora, verificou-se uma mudança do crescimento do nível de apoio ao rendimento a partir de “2011”, com uma quebra de cerca de 16,4% entre “2011” e “2014” (passando de 42% para 35%), derivado ao aumento significativo do rendimento dos factores (8%) e do decréscimo dos pagamentos directos de 9,4%.

Em relação aos pagamentos directos por unidade de trabalho ano agrícola (PDP/UTA), não será de estranhar o grande aumento (80%) que teve neste período, passando de 1767€/UTA em “1999” para 3246€/UTA

em “2014”, devido ao crescimento de 16% dos pagamentos directos e à grande diminuição de mão-de-obra agrícola verificada nestes anos (-37%).

Podemos então concluir, que apesar da diminuição a que temos assistido nos últimos triénios, a transferência de rendimento geradas pelos pagamentos directos aos produtores têm, no período em análise e de uma forma geral, sido crescentes, e portanto têm tido um papel decisivo na evolução da viabilidade económica das explorações agrícolas, compensando em parte, as perdas de rendimento, resultantes da quebra do produto agrícola quer em volume, quer do efeito da deterioração dos termos de troca agrícolas. No entanto, esta pequena compensação não tem sido suficiente para equilibrar a quebra do rendimento dos factores (RF) usados pelo conjunto das explorações agrícolas, que diminui em termos reais cerca de 33% entre “1999” e “2014”, pelo que, e como já tínhamos constatado, a viabilidade e a competitividade económica da agricultura portuguesa só não têm apresentado fortes quebras, devido à grande diminuição da mão-de-obra agrícola.

A partir do ano 2005, primeiro ano de aplicação da Reforma da PAC de 2003, os pagamentos ligados à produção começaram a decrescer. No entanto, no triénio “2005” (2004-05-06), esta descida ainda não está bem marcada devido ao aumento significativo que se verificou nestes pagamentos em 2004. Contudo, verificamos bem este decréscimo dos pagamentos ligados a partir do triénio “2008” e daí adiante. De facto, a grande reforma que houve em 2003 foi a substituição dos pagamentos ligados à produção pelos pagamentos desligados, através da introdução do Regime de Pagamento Único (RPU). A partir de “2011”, e principalmente a partir de 2013, os pagamentos separados da produção, e os pagamentos directos de uma forma geral, começaram a decrescer (-3,2%/ano). No entanto, este decréscimo tem sido compensado largamente pelo crescimento do produto agrícola, pelo que o rendimento dos factores tem apresentado um crescimento positivo (1,7%/ano a preços reais) pela primeira vez desde “1999”.

### **3.5 Evolução das estruturas das explorações agrícolas**

Segundo Avillez (2014) as estruturas das explorações agrícolas têm sofrido nas últimas décadas profundas alterações, que de uma forma geral são consequência dos seguintes factores:

- das diferentes dinâmicas sócio-económicas sectoriais e regionais;
- das perdas de competitividade de muitos sistemas tradicionais de ocupação e uso dos solos agrícolas e florestais;
- do envelhecimento da população agrícola e rural, e da desvalorização do trabalho agrícola e da vida no meio rural, face aos restantes sectores económicos e à vida no meio urbano;
- da generalização do modelo tecnológico de intensificação químico-mecânico;
- da prática de políticas públicas que desincentivam a actividade agrícola e a vida no campo.

Neste capítulo pretendemos analisar de uma forma geral, quais as mudanças que de facto se têm verificado nas características das explorações agrícolas portuguesas. Por motivos de espaço no corpo de texto, todos os quadros em que baseamos a análise aqui realizada, e algumas análises mais aprofundadas encontram-se em anexos a este trabalho.

Entre 1999 e 2013, o número de explorações agrícolas em Portugal decresceu substancialmente. Em 2013, existiam em Portugal cerca de menos 148 mil explorações agrícolas do que em 1999, devido exclusivamente à diminuição das explorações com menos de 20 ha, que diminuíram neste período cerca de 38%. As explorações de maior dimensão, aqui representadas pelas explorações com uma área superior a 20 ha, diminuíram cerca de 3% entre 1999 e 2009, e tiveram um crescimento de 6% (1,6%/ano) entre 2009 e 2013, o que à primeira vista pode não parecer surpreendente devido à grande diminuição das explorações de pequena dimensão (<20 ha), que poderiam dar origem a explorações maiores, mas que é de realçar, pois desde 1989, é a primeira vez a que assistimos a um crescimento do número de explorações, mesmo das explorações de maior dimensão.

O volume de mão-de-obra agrícola, decresceu ainda de forma mais acentuada, de 521 mil UTA em 1999 para cerca de 325 mil UTA em 2013, o que corresponde a um decréscimo de cerca de 38%, e de 42% se considerarmos apenas a mão-de-obra das explorações com menos de 20 ha, que, no entanto, continuam, em 2013, a absorver a maior parte da mão-de-obra agrícola (81%). Em relação à evolução da mão-de-obra das explorações de maior dimensão, é de destacar o maior decréscimo da mão-de-obra em relação à diminuição das explorações agrícolas entre 1999 e 2009 (-1,4%/ano e -0,4%/ano, respectivamente), e o crescimento da mão-de-obra agrícola a partir de 2009 (5% até 2013) a par do aumento do número de explorações (6%).

A superfície agrícola utilizada (SAU), que em 1999 ocupava cerca 3,863 milhões de hectares, verificou uma redução de 6% até 2013. Este decréscimo, que se deveu à perda de área ocupada pelas explorações com menos de 20 ha (cerca de – 331 mil ha), foi acompanhada por um aumento da área ocupada pelas explorações com mais de 20ha, de cerca de 109 mil ha, o que significa que houve um aumento da superfície agrícola não utilizada, de cerca de 222 mil ha.

Contudo, é ainda de verificar a grande diminuição da superfície agrícola cultivada (SAC), que consideramos ser a superfície agrícola utilizada menos as áreas ocupadas por prados e pastagens permanentes pobres, que nas explorações com menos de 20ha deve-se fundamentalmente à diminuição do número de explorações, e portanto ao envelhecimento da população e desinteresse dos mais jovens pela actividade agrícola e pela vida no campo, devido à baixa viabilidade deste tipo de explorações. No entanto, a diminuição (16%) da SAC nas explorações com mais de 20ha não se deve ao mesmo factor mas sim à conversão de áreas anteriormente ocupadas por terra arável, principalmente por culturas arvenses de sequeiro, que foram substituídas por prados e pastagens permanentes pobres. No entanto, é de destacar o aumento da superfície agrícola cultivada, nas explorações com mais de 20 ha, entre 2009 e 2013, de cerca de 93 mil ha, correspondente a um aumento de 6% da SAC deste tipo de explorações, e de 4% da SAC total.

As variações que as estruturas das explorações portuguesas sofreram nestes anos, são em certa medida transversais a todo o território português, sendo contudo necessário destacar algumas excepções:

- A diminuição acentuada do número de explorações com menos de 20 hectares, não foi na maior parte das NUTS acompanhada por um aumento do número de explorações de maior dimensão, registando-se para a totalidade do período, aumentos deste tipo de explorações apenas na região Norte, no Algarve e nos Açores.

- As regiões acima referidas foram as únicas onde não se verificou uma diminuição da mão-de-obra, nas explorações com mais de 20ha.
- No Alentejo, região onde a SAL das explorações a SAU das explorações de maior dimensão também não diminuiu, registou-se um decréscimo de 22% da SAC destas explorações. Esta discrepância entre o ligeiro aumento da SAU e o grande decréscimo da SAC poderá ser explicado em grande parte por uma mudança cultural de áreas que estavam ocupadas maioritariamente por culturas arvenses de sequeiro e que passaram a estar ocupadas por pastagens permanentes pobres.

A área das culturas temporárias diminui drasticamente entre 1999 e 2013 (-38%), principalmente no que diz respeito aos cereais em sequeiro, às oleaginosas, às leguminosas secas e às culturas industriais, sendo que, este decréscimo só não é ainda mais acentuado devido a aumentos significativos que se registam a partir de 2009 no milho grão (4,2%/ano), nos prados temporários (3,0%/ano), e na totalidade do período na área de arroz (1,3%/ano).

*Quadro 8. Evolução dos principais indicadores estruturais*

|                                 | 1999  | 2009  | 2013  | Variação em %<br>1999-2009 | Variação em %<br>2009 -2013 | Variação em %<br>1999 -2013 |
|---------------------------------|-------|-------|-------|----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| <b>Explorações com &lt;20ha</b> |       |       |       |                            |                             |                             |
| SAU/Exp. (ha)                   | 2,9   | 3,1   | 3,4   | 7                          | 8                           | 15                          |
| UTA/Exp.                        | 1,2   | 1,1   | 1,1   | -6                         | 1                           | -6                          |
| SAU/UTA (ha)                    | 2,5   | 2,9   | 3,1   | 14                         | 7                           | 22                          |
| SAC em % da SAU                 | 92,7  | 91,4  | 90,6  | -1                         | -1                          | -2                          |
| SAC/Exp. (ha)                   | 2,7   | 2,9   | 3,1   | 5                          | 7                           | 12                          |
| SAC/UTA (ha)                    | 2,3   | 2,6   | 2,8   | 12                         | 6                           | 19                          |
| <b>Explorações com ≥20ha</b>    |       |       |       |                            |                             |                             |
| SAU/Exp. (ha)                   | 118,3 | 125,2 | 119,8 | 6                          | -4                          | 1                           |
| UTA/Exp.                        | 2,9   | 2,6   | 2,6   | -10                        | -1                          | -11                         |
| SAU/UTA (ha)                    | 41,1  | 48,5  | 46,8  | 18                         | -3                          | 14                          |
| SAC em % da SAU                 | 69,6  | 54,1  | 56,4  | -22                        | 4                           | -19                         |
| SAC/Exp. (ha)                   | 82,3  | 67,7  | 67,6  | -18                        | 0                           | -18                         |
| SAC/UTA (ha)                    | 28,6  | 26,2  | 26,4  | -8                         | 1                           | -8                          |
| <b>Total das explorações</b>    |       |       |       |                            |                             |                             |
| SAU/Exp. (ha)                   | 9,4   | 12,0  | 13,8  | 28                         | 15                          | 47                          |
| UTA/Exp.                        | 1,3   | 1,2   | 1,2   | -5                         | 2                           | -3                          |
| SAU/UTA (ha)                    | 7,4   | 10,0  | 11,2  | 35                         | 12                          | 51                          |
| SAC em % da SAU                 | 76,4  | 63,1  | 64,1  | -17                        | 2                           | -16                         |
| SAC/Exp. (ha)                   | 7,2   | 7,6   | 8,8   | 6                          | 16                          | 23                          |
| SAC/UTA (ha)                    | 5,7   | 6,3   | 7,2   | 11                         | 14                          | 27                          |

Fonte: RA de 1999 e 2009 e IE de 2013

Do conjunto de indicadores estruturais estudados até agora, e de acordo com o quadro 14 podemos tirar algumas conclusões:

- O grande aumento da SAU média por exploração (47%), que deriva principalmente do aumento da área das explorações com menos de 20 ha, sendo que esse aumento têm sido muito mais acelerado nos últimos anos (1,8%/ano entre 2009 e 2013) do que na primeira parte do período estudado (0,7%/ano entre 1999 e

2009). Pelo contrário, nas explorações de maior dimensão houve uma variação positiva de 6% entre 1999 e 2009, mas que surpreendentemente foi negativa entre 2009 e 2013;

- Uma ligeira redução do volume de mão-de-obra agrícola por exploração, devido principalmente à redução de mão-de-obra nas explorações com uma SAU superior a 20 ha, principalmente entre 1999 e 2009, e portanto o consequente aumento do indicador SAU/UTA (51%)
- Um significativo decréscimo do peso da SAC na SAU (-16%), que se verificou principalmente nas explorações com mais de 20 ha e até 2009, fruto da já mencionada extensificação da agricultura, e da diminuição das áreas anteriormente ocupadas com culturas temporárias. No entanto, é de destacar o ligeiro aumento do peso da SAC na SAU entre 2009 e 2013, e que se deve ao crescimento mais acelerado da SAC em relação à SAU, principalmente nas explorações agrícolas de maior dimensão, e portanto a uma possível e ligeira intensificação agrícola.

As mudanças estruturais nas explorações agrícolas, bem como as mudanças ocorridas na ocupação da superfície agrícola portuguesa, tem sido acompanhada de uma evolução na relação entre capital e trabalho, que também vale a pena ser analisada. Esta relação que é medida através do rácio entre o consumo de bens de capital fixo a preços constantes e o volume de mão-de-obra agrícola, aumentou entre “1999” e “2014” cerca de 38%, sendo que apenas entre os triénios “2011” – “2014” aumento cerca de 10%, devido ao grande abrandamento que verificamos no decréscimo do consumo de bens de capital fixo, em relação ao resto do período, e também em certa medida à crescente diminuição da mão-de-obra agrícola.

### **3.6 Evolução da Produtividade dos factores de produção agrícola**

A competitividade e viabilidade da agricultura, é como já vimos, influenciada por vários factores. Entre eles estão a produtividade da mão-de-obra agrícola, os preços dos produtos agrícolas e dos factores intermédios, da relação entre preços agrícolas e não agrícolas, dos pagamentos directos, e também como iremos estudar de seguida, da produtividade da terra e dos factores intermédios. Pelas mesmas razões do capítulo anterior, a informação mais detalhada desta análise está em anexos a este trabalho.

A produtividade do factor terra, medida através da relação entre o volume de produção do ramo agrícola a preços no produtor constantes e a superfície agrícola utilizada (SAC), tem evoluído de uma forma positiva entre “1999” e “2014”. Este indicador, que em “1999” tinha um valor de cerca de 2067€/ha, apresentou no triénio “2014” um valor de 2809€/ha, ou seja um aumento global de 36%.

No entanto, este crescimento da produtividade da terra não foi constante:

- Entre “1999” e “2005”, cresceu a uma taxa de 4,2%/ano, não por mérito de aumentos de produção, mas sim pela grande diminuição de área de SAC, e portanto de uma concentração da produção nas áreas mais produtivas;
- De “2005” a “2011” apesar do abrandamento no decréscimo da área de SAC, o aumento de produtividade foi nulo, devido ao decréscimo que se verificou no volume de produção agrícola (-0,5%/ano);



- De “2011” a “2014”, o que observamos é um retorno do aumento de produtividade da terra (2,0%/ano), que pela primeira vez desde a nossa adesão às CE, não é consequência da diminuição da SAC, mas sim de um aumento do volume da produção agrícola (2,2%/ano).

No entanto, esta evolução favorável da produtividade, não se verificou no que diz respeito aos factores intermédios. Entre “1999” e “2014”, a produtividade dos factores intermédios, medida através da relação entre volume da produção agrícola e o volume de bens intermédios, decresceu em média 0,8%/ano, fruto de um aumento médio de 2,9%/ano do consumo de bens intermédios por hectare de SAC, e de um aumento de produção de apenas 2,1%/ano por hectare de SAC, como já tínhamos visto.

Entre “1999” e “2005” a produtividade dos factores intermédios diminui a uma taxa média de - 0,6%/ano, pelo forte aumento do consumo de bens intermédio (4,9%/ano), e pelo não acompanhamento do aumento de produção (4,2%/ano). A partir de “2005” até “2011”, e como já tínhamos visto o aumento de volume de produção foi nulo, e o aumento de consumo de bens intermédios apesar de não ter estagnado, foi muito reduzido em relação ao período anterior, fruto do provavelmente das medidas da Reforma da PAC de 2003, de certa desincentivadoras da produção e intensificação, de que já falámos e falaremos ainda mais adiante.

Entre “2011” e “2014”, ao contrário do que seria expectável, a produtividade dos factores intermédios continuou a descer, e desta vez de forma mais acelerada. Apesar do volume de produção ter voltado a crescer a uma taxa média de 2,0%/ano, o consumo de bens intermédios cresceu a uma taxa relativamente superior (3,2%/ano).

## 4 Evolução da PAC no período 1999-2015

### 4.1. Política Agrícola Comum: Origem e evolução

#### 4.1.1 Criação e objectivos da PAC

Quando os seis Estados Membros fundadores da Comunidade Económica Europeia (CEE), Bélgica, França, Holanda, Itália, Luxemburgo e República Federal da Alemanha, assinaram o Tratado de Roma em 1957, a agricultura foi considerada a primeira prioridade na construção do futuro Mercado Comum. Na Europa recém-saída e devastada pela guerra, era natural a urgência em garantir por um lado a produção e sustentabilidade agroalimentar, e por outro a organização e ocupação do território. Isto numa altura em que a agricultura representava ainda mais de 25% do emprego total e quase 10% do Produto Interno Bruto (Cunha, 2004).

Com a assinatura do Tratado de Roma, e o estabelecimento da CEE a 1 de Janeiro de 1958, a Política Agrícola Comum entrou em vigor. A agricultura foi tratada nos Artigos 38 até ao 47 do tratado, e foi no Artigo 39 que ficaram especificados os objectivos para a Política Agrícola Comum:

- Aumentar a produtividade na agricultura, desenvolvendo o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola, assim como uma utilização óptima dos factores de produção, nomeadamente da mão-de-obra;
- Assegurar assim, um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura;
- Estabilizar os mercados;
- Garantir a segurança dos abastecimentos;
- Assegurar preços razoáveis aos consumidores (Fennel 1987).

Um ano depois, a Conferência de Stresa desenvolveu os princípios e mecanismos que deveriam levar à realização desses objectivos:

- A **unicidade de mercado**, que significou a criação de uma única organização para o mercado (OCM) de cada um dos produtos abrangidos pela PAC através do estabelecimento de preços institucionais, de regras de concorrência comuns para cada um e da eliminação de todo o tipo de barreiras e obstáculos ao comércio intracomunitário;
- A **preferência comunitária** que visou assegurar que o sistema de preços de garantia internos não seja minado pelas importações mais baratas de países terceiros, o que é conseguido por duas vias principais: o estabelecimento de um preço mínimo de entrada com a função de evitar que produtos de fora entrassem na CEE a preços capazes de perturbar os níveis aí prevalecentes; e a concessão de subsídios às exportações de forma a poderem concorrer com ofertas concorrentes de países terceiros nos mercados internacionais;
- A **solidariedade financeira** que impôs o compromisso de suportar em comum os custos de funcionamento da PAC, o que era feito a partir de um Fundo Comunitário específico – o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) (Cunha 2010).

Os objectivos de garantir o rendimento dos agricultores, e de estabilização dos preços de mercado, deram origem a dois modelos diferentes de regulação de preços. No modelo franco-alemão, a fixação de preços era feita por via política, e portanto, consistia na transferência de rendimentos por parte dos consumidores para os agricultores sob a forma de preços mais elevados do que aqueles que resultariam do simples funcionamento do mercado. No caso do modelo anglo-americano, o modelo dos *deficiency payments*, em que os agricultores só eram apoiados financeiramente se os preços de mercado não atingissem o preço objectivo estabelecido no início de cada campanha agrícola. Neste caso, se a oferta de determinado produto fosse muito superior à procura, e o preço desse produto fosse inferior ao preço objectivo, cada agricultor recebia o produto da diferença entre esses dois preços e a quantidade vendida.

O modelo franco-alemão acabou por prevalecer, e como tal os preços dentro da CEE passaram a ser alinhados pelos valores mais altos, que eram os alemães. Isto permitiu um aumento repentino dos rendimentos dos agricultores, havendo até quem chamasse à agricultura o *petróleo verde*. No primeiro ano de funcionamento da nova política agrícola, só em França, os rendimentos subiram 40% em termos reais.

Uma das secções do FEOGA servia para financiar as despesas decorrentes do funcionamento das Organizações Comuns de Mercado (OCM). No âmbito das OCM, e apesar das especificidades de cada mercado nacional, foram adoptados instrumentos como a criação de um mercado comum que embora protegido do exterior significou uma maior abertura concorrencial face à anterior situação de mercados nacionais protegidos, mecanismos de suporte de preços, nomeadamente direitos de importação, restituições à exploração e compras de intervenção, e outros mecanismos suplementares como as ajudas directas à produção ou aos rendimentos agrícolas, ajudas ao consumo e ajudas às agroindústrias.

Entre 1958 e 1962, decorreu um importante processo de negociações entre a CEE e os Estados Unidos, e daí saiu um acordo que permitiu a defesa do mercado comunitário para os cereais, e manter a entrada livre de sementes oleaginosas a partir dos Estados Unidos. Foi assim que em 1962, a PAC entrou efectivamente em funcionamento com a criação da primeira OCM, a dos cereais (Cunha 2004).

#### **4.1.2 – A primeira tentativa de reforma da PAC: o Plano Mansholt**

Nestes primeiros anos da PAC a produção agrícola quase triplicou. O avanço da investigação agronómica e das técnicas agrícolas levou a que a superfície e a mão-de-obra utilizada diminuísse, e por outro lado levou a que as produtividades e rendimentos dos agricultores aumentasse.

A partir do final dos anos 60, a produção agrícola, principalmente no que diz respeito ao leite e cereais, começou a ultrapassar regularmente as necessidades de abastecimento, fazendo disparar os custos orçamentais na regulação de preços. Assim em 1968, Sicco Mansholt (Comissário responsável pela agricultura de 1958 a 1972), fez a primeira proposta importante de reforma da PAC, o “Memorando sobre a Reforma da PAC”, vulgarmente conhecido por Plano Mansholt. Este Plano visava diminuir a acumulação de excedentes e o consequente crescimento dos custos orçamentais da PAC, através de uma diminuição real dos preços, privilegiar as explorações agrícolas mais eficientes, retirar de produção cerca de 12,5 milhões de hectares de terras aráveis (Fearn 1997), que passariam para uso florestal ou de conservação (Vareta 2014).

No entanto, as propostas e intenções do Plano Mansholt foram maioritariamente rejeitadas, devido à forte resistência das organizações de agricultores, e pela invocação de alguns objectivos definidos no Tratado de Roma em 1957 e pela inexequibilidade de grandes mudanças que teriam que ser feitas, principalmente no que diz respeito à grande diminuição de área produtiva em países como a França por exemplo, para se conseguirem atingir os objectivos de equilíbrio dos mercados propostos no Plano (Varela 1988). Apenas foram aplicadas algumas medidas, no âmbito do FEOGA Orientação referentes ao desenvolvimento e modernização das explorações agrícolas, ao cessar voluntário da actividade por parte de alguns agricultores mais antigos, ao aumento da área média das explorações, e acções de formação profissional (Cordovil et al. 2004).

#### **4.1.3 – Anos 70 e 80 – O acentuar do problema e primeiros instrumentos de limitação da produção**

A tão ansiada revolução técnica e tecnológica no sector agrícola gerou o inevitável aumento da produção como aliás se previa e desejava (Azevedo 1996). Nas décadas seguintes, fruto da incapacidade política de reforma da PAC, e dos alargamentos, primeiro em 1973 à Irlanda, Dinamarca e Noruega, e em 1986 com a entrada de Espanha e Portugal (Fearne 1997), agravaram-se os problemas de acumulação de excedentes (Azevedo 1996). Nas décadas de 70 e 80 os desequilíbrios de produção agravaram-se, com aumentos sistemáticos dos custos orçamentais, o que levou a que se comesçassem a pôr em causa as políticas em vigor. O aumento destes custos e os desequilíbrios que estavam a criar entre os países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos, o peso elevadíssimo da PAC no orçamento europeu e a tensão com os principais exportadores mundiais, levou a que:

- Em 1984 se comesçassem a tomar algumas medidas de limitação dos direitos de produção. As primeiras quotas de produção aplicadas foram ao sector lácteo, que em 1980 representava cerca de 40% do FEOGA, onde foi fixado para cada país uma quota, de aplicação individual a cada produtor, determinada pelo nível da produção do ano anterior menos 4% (Cunha 2004);
- À criação de Quantidades Máximas Garantidas (QMG) em 1988, em que eram atribuídas quotas a cada Estado membro, e os preços de intervenção só eram garantidos até essa quantidade máxima de produção, não restringido no entanto os produtores que quisessem produzir para lá dessas quantidades e que conseguissem produzir a custos competitivos, sem o suporte de preços de intervenção. Estes limiares de produção foram aplicados aos cereais, à colza, ao girassol, à soja, algodão, tomate fresco e a algumas frutas processadas (Fennel 1987).
- À criação da *linha directriz agrícola*, a qual estabeleceu um tecto para o crescimento da despesa agrícola no contexto das perspectivas financeiras entre 1989 e 1993 (Cordovil et al. 2004), fixando-o segundo Cunha (2004) um máximo de 74% da taxa de crescimento anual do PIB da União.

#### **4.1.4 – A Reforma de 1992**

Segundo Avillez (2004) na segunda metade da década de 80 do século passado, decorrente das negociações da Ronda do Uruguai iniciada em 1986, e das pressões exercidas pelos interesses de cariz ambiental e territorial, as preocupações das entidades comunitárias passaram a orientar-se para a promoção de uma agricultura produtora de bens com qualidade assegurada e em condições sanitárias adequadas, economicamente eficiente e ecologicamente sustentável. A principal questão em jogo na componente agrícola desta 8ª ronda de negociações do

GATT foi o ritmo, o modo de proceder e a amplitude de uma redução substancial dos níveis de suporte dos preços internos, de protecção na fronteira e de subsídios às exportações, que estavam na época em vigor nos países industrializados (Avillez 1991).

Em 1991 foi elaborado um documento de reflexão pela Comissão Europeia – Evolução e futuro da PAC. Documento de Reflexão da Comissão. COM (91) 100 – em que se retiraram as seguintes principais conclusões:

- as garantias aos preços existentes, através da sua relação directa com a produção, conduzem a um aumento da mesma;
- este acréscimo de produção só pode ser escoado através da sua colocação em existências de intervenção que atingem já níveis demasiado elevados, ou de exportações para mercados mundiais já saturados;
- o actual sistema de incentivo à intensificação e aumento da produção, previsto pelos mecanismos existentes, apresenta riscos crescentes para o ambiente;
- o crescimento rápido dos gastos orçamentais, canalizados em grande parte para uma pequena minoria de explorações, não proporciona qualquer solução dos problemas dos rendimentos agrícolas em geral.” (Comissão das Comunidades Europeias 1991)

A 21 de Maio de 1992, o Conselho da UE empreendeu uma importante e profunda viragem (Cordovil et al. 2004) que visou o desmantelamento gradual e parcial das políticas de suporte dos preços de mercado agrícolas em vigor pela sua substituição por pagamentos ligados à produção (Avillez 2015). Segundo Avillez (1996) são fundamentalmente três os princípios base em que a nova PAC assenta:

- o princípio da multifuncionalidade, que exprime o reconhecimento de que à agricultura comunitária cabem diferentes tipos de funções: a produção de alimentos, cuja regulação deverá ser cada vez mais da responsabilidade dos mecanismos de mercado; a protecção do ambiente e dos recursos naturais e a valorização do espaço rural e da paisagem asseguradas através de um regime de ajudas especialmente criado para o efeito;
- o princípio da diversidade, que representa a aceitação da existência no contexto da agricultura comunitária de um elevado número de sistemas de produção agrícola com características diversas;
- e por último o princípio da indissociabilidade entre o futuro da agricultura e o futuro do mundo rural, que torna indispensável o recurso a um conjunto de medidas políticas de desenvolvimento agrícola e rural, que passarão a existir.

Neste contexto foram três as principais orientações propostas para assegurar a concretização destas ideias base (Avillez 1996), e que vieram efectivamente a ser os grandes marcos da Reforma de 1992. Em primeiro lugar, como já tínhamos referido, dar primazia aos mecanismos de mercado na regulação da produção de bens transaccionáveis, através da redução substancial dos níveis de suporte dos preços aproximando-os muito mais dos preços de mercado mundial e na introdução das ajudas directas compensatórias da perda de rendimento dos agricultores (Swinbank 1993).

Em segundo lugar, a introdução das chamadas “medidas de acompanhamento da reforma”:

- um pacote de medidas agro-ambientais, que viriam promover o recurso à diversificação e extensificação e à contenção da produção: a introdução do conhecido regime de *set-aside*, em que, com excepção dos pequenos agricultores, era obrigatório o pousio de 15% da área em produção em regime de rotação anual (Mahe & Roe 1996); um número limite de cabeças de gado no caso da produção pecuária (Whitby 1995); e ajudas aos produtores que se propusessem adoptar técnicas agrícolas menos intensivas, preservadoras do ambiente e promover uma redução sensível da utilização dos adubos ou dos produtos fitofarmacêuticos ou a aplicação dos métodos de agricultura biológica (Conselho das Comunidades Europeias 1992);
- a florestação de terras agrícolas, que consistiu num alargamento da intervenção da PAC no domínio florestal, e no desenvolvimento rural, reforçada com o argumento de falta de madeira na Comunidade, da importância da floresta para o ambiente, no combate ao abandono dos campos, à erosão dos solos e deterioração da paisagem e com o reconhecimento que as ajudas anteriormente pagas à arborização eram muito baixas. Foi então estabelecido um prémio, atribuído durante os primeiros cinco anos, com vista a fazer face aos custos de gestão de novas plantações, e uma ajuda para compensar a perda de rendimento durante um período máximo de vinte anos (Comissão das Comunidades Europeias 1991);
- um regime de reformas antecipadas para agricultores com idades superiores a 55 anos e que ainda não recebessem nenhum tipo de pensão. Esta medida prendeu-se com o facto de em 1992 dois terços dos agricultores terem mais de 55 anos, e cerca de metade não tinha sucessores, devido às áreas reduzidas das suas explorações e portanto economicamente inviáveis, e com forte risco de abandono. As áreas libertadas pelos agricultores reformados deveriam usadas pelos seus sucessores ou outros agricultores com vista a aumentar a área cultivada com o objectivo de melhorar a estrutura da produção e assegurar a viabilidade económica, e caso esta reestruturação não fosse possível deveria passar a servir para fins não agrícolas, como a florestação por exemplo (Comissão das Comunidades Europeias 1991).

Em terceiro lugar, apoiar de forma diversificada e regionalizada o processo de reconversão produtiva, tecnológica e estrutural das actividades de produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas que sejam viáveis do ponto de vista económico. Complementarmente com a diminuição do suporte dos preços, a ideia foi passar de um modelo que assegurava a viabilidade do maior número possível de sistemas de agricultura num contexto de preços de mercado artificialmente elevados, para um modelo que pretendia promover a competitividade futura do maior número de sistemas mas num sistema de concorrência e preços mundiais, e viabilizar aqueles sistemas economicamente não competitivos, mas que se revelem importantes preservar e estimular por razões sociais, ambientais e regionais. Estas medidas foram lançadas em 1991 no contexto da Iniciativa Comunitária LEADER (Avillez 2004b).

No entanto, o pacote de medidas propostas por Mac Sharry não foi posto em prática sem qualquer custo. Foram postas de lado algumas propostas para o leite, nomeadamente a diminuição de 5% das quotas e de 10% do preço de suporte) (Swinbank 1997), foram esquecidas qualquer tipo de medidas específicas para alguns sectores importantes para a agricultura mediterrânica como o vinho, o azeite, as frutas e os hortícolas (Coleman & Tangermann 1999), e foi rejeitada a proposta de modulação na introdução dos pagamentos directos por área, ficando os agricultores a receber os pagamentos por área, sem qualquer tipo de modulação por hectares (Swinbank 1993).

Segundo Cunha 2010 os resultados da Reforma face às principais razões que a motivaram traduziram-se num sucesso efectivo e mensurável. É de sublinhar a redução dos excedentes e o reequilíbrio dos mercados nos sectores que apresentavam situações estruturais mais problemáticas, como eram o caso dos cereais, do leite e da carne bovina.

#### **4.1.5 A Agenda 2000**

Na sua comunicação, em Julho de 1997, «Agenda 2000. Para uma União Reforçada e Alargada», a Comissão Europeia considerou ter *«chegado o momento de dar um novo impulso à PAC, encaminhando-a numa nova direcção»* (Calvário 2010). A necessidade deste novo impulso, que como veremos se veio a consolidar num aprofundamento da Reforma de 1992, tem por trás algumas razões externas à União como a crescente procura de alimentos no mundo, a evolução rumo a um ambiente comercial global mais liberal, fruto dos acordos alcançados no âmbito da Ronda do Uruguai do GATT, e o desafio que estava à vista do alargamento da União Europeia a leste, e algumas internas como o risco de se repetirem os desequilíbrios de mercado em alguns sectores, crescentes preocupações e compromissos ambientais principalmente desde a assinatura do Tratado de Amesterdão (Maio de 1999), pelo crescente interesse dos consumidores na segurança e qualidade dos alimentos e no bem-estar animal, e por último na necessidade de descentralizar cada vez mais a PAC e torná-la mais simples (Comissão Europeia 1999).

Assim, em Março de 1999 na Cimeira de Berlim, foram aprovadas as reformas na PAC no âmbito da Agenda 2000. Em primeiro lugar, a medida que mais directamente se revela como a continuação da Reforma Mac Sharry, foi a diminuição dos preços garantidos, de cerca de 15% no caso das culturas arvenses, do leite e produtos lácteos, e de 20% na carne de bovino, sendo que esta diminuição foi gradual, e teve o objectivo de melhorar a competitividade interna e externa e consequente procura dos produtos agrícolas. Segundo Cordovil et al. (2004), o suporte ao preço de mercado passou a ter um peso de 50% nos custos totais das políticas agrícolas e rurais da EU e as ajudas directas um peso de 24%. Voltou-se a reiterar a necessidade de uma PAC mais verde, com o reforço das medidas agro-ambientais, e com a introdução do conceito de eco-condicionalidade, ou seja, restrições ou anulamento dos pagamentos directos a quem não cumprisse as exigências ambientais e de conservação da paisagem. Foram alargadas a áreas em que a agricultura se encontrava limitada pela existência de restrições específicas as indemnizações compensatórias de apoio à agricultura nas zonas mais desfavorecidas, e foi ainda reiterada a importância da silvicultura que foi reconhecida como parte integrante do desenvolvimento rural, devido à sua importância ecológica, económica e social.

Segundo o Artigo 4º do Regulamento nº1259/1999 foi introduzido um novo instrumento designado de modulação que dava a possibilidade aos Estados-Membros (EM) de poderem decidir reduzir os montantes dos pagamentos directos em função do incumprimento de determinados objectivos, e na transferência dessa poupança para medidas de desenvolvimento rural (Conselho da União Europeia 1999). No entanto, esta medida teve um alcance reduzido devido à vulnerabilidade a críticas de poder introduzir distorções adicionais de concorrência entre os EM.

A Agenda 2000 introduz o conceito de uma PAC com dois pilares: o 1º pilar corresponde ao conjunto de medidas que desde a criação da PAC tem vindo a ser designada por política de preços e mercados agrícolas acima referida, e o 2º pilar surge sob a designação de política de desenvolvimento rural, integrando, não só, a política de estruturas agrícolas, introduzida desde 1972, como também as chamadas medidas de acompanhamento que surgiram no decorrer da PAC de 1992 (Cunha & Swinbank 2011).

A grande novidade, e o grande impulso que se deu em relação à PAC na Agenda 2000, foi sem dúvida a reforma e inovação no âmbito deste 2º pilar da PAC. Neste sentido, foi aprovado a 17 de Maio de 1999, um regulamento único relativo ao apoio do FEOGA ao desenvolvimento rural, que com as devidas adaptações e inovações integrou o conteúdo de nove regulamentos anteriormente em vigor. De acordo com este regulamento (Regulamento nº1257/1999), as medidas de desenvolvimento rural foram definidas da seguinte forma:

- Investimentos nas explorações agrícolas;
- Instalação de jovens agricultores;
- Formação profissional dos agricultores;
- Reforma antecipada;
- Apoio às zonas desfavorecidas e às regiões com condicionantes ambientais;
- Medidas agro-ambientais;
- Apoio à transformação e comercialização de produtos agrícolas;
- Apoio à floresta e florestação de terras aráveis;
- Promoção da adaptação e desenvolvimento das zonas rurais.

No entanto, algumas circunstâncias diminuíram o alcance destas medidas. Em primeiro lugar continuaram a ser financiadas pelas duas secções do FEOGA (Garantia e Orientação), com a complicação adicional de algumas medidas serem financiadas por secções diferentes em função da região, não se criando desta maneira um equilíbrio na sua execução, dado que os dispositivos jurídicos das duas secções eram diferentes. Em segundo lugar, o alcance destas medidas poderia ter sido maior, caso os fundos disponíveis para o 2º pilar estivessem de acordo com as expectativas criadas em 1999. Segundo Cunha (2010) no final das negociações da cimeira de Berlim, a expressão financeira do desenvolvimento rural não ultrapassou os 10,2% das despesas totais da PAC.

#### **4.1.6 A Reforma da PAC de Junho de 2003**

Aquilo que as sociedades dos países mais desenvolvidos esperavam em 2003 dos produtores agrícolas é que desempenhem diferentes tipos de funções. A primeira é a de produzir bens alimentares e matérias-primas agrícolas de boa qualidade e boas condições sanitárias, através de um uso economicamente eficiente dos recursos, e garantindo a sustentabilidade ambiental, e o bem-estar animal. A segunda, a de preservar e valorizar os recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais das zonas onde as suas explorações se localizam, e por último contribuir para o desenvolvimento económico e social das zonas rurais (Avillez 2003). Assim, segundo Avillez (2004) em Janeiro de 2003, a CE decidiu apresentar uma proposta de Reforma da PAC, com as seguintes orientações:



- o reforço da competitividade da agricultura da UE, através da transformação do regime de intervenção nos mercados agrícolas numa rede de segurança dos preços agrícolas que permita aos produtores da UE responder aos sinais dos mercados agrícolas mundiais protegendo-os de exageradas flutuações dos respectivos preços;
- a promoção de uma agricultura economicamente mais eficiente e ecologicamente mais sustentável, através da transferência das ajudas dos produtos para os produtores, baseada na introdução de um pagamento único às explorações agrícolas totalmente desligado da produção baseado em direitos históricos adquiridos sujeitos a regras de eco-condicionalidade e agronómicas;
- assegurar um melhor equilíbrio nos níveis de suporte e contribuir para o reforço do desenvolvimento rural, através das transferências de fundos do 1º para o 2º pilar da PAC.

Com base nestas orientações, foi aprovada a 23 de Junho de 2003, uma nova Reforma da PAC, em que se diferenciaram as medidas em sectoriais e horizontais.

As medidas sectoriais, visaram quer a consolidação do sistema de estabilização de preços, quer a introdução dos ajustes necessários no âmbito das OCMs (culturas arvenses, arroz, leite e carne de bovino, ovino e frutos secos) cujas ajudas directas passaram a ser desligadas, e consistiram principalmente no seguinte:

- na redução para metade das majorações mensais do preço de intervenção dos cereais;
- na redução do pagamento suplementar do trigo rijo;
- na redução para metade do preço de intervenção do arroz, mas compensado com a introdução de ajudas compensatórias parcialmente desligadas;
- um pagamento por superfície para os frutos de casca rija;
- ajuda às culturas energéticas;
- redução em três anos do preço de intervenção do leite em pó de 15%, e em quatro do preço de intervenção da manteiga em 25%, e estabelecimento de um tecto máximo de produção para a intervenção da manteiga (Avillez 2004b).

É nas intituladas medidas horizontais, que se concentram as grandes alterações da Reforma de 2003.

Em primeiro lugar, a medida que caracterizou esta Reforma foi de facto a dissociação das ajudas à produção, ou como é comumente conhecida o desligamento dos pagamentos à produção, que se caracterizou pela introdução, a partir de 2005, de um pagamento único por agricultor (o tão conhecido RPU) desligado de qualquer tipo de produção específica, e que veio substituir as ajudas directas existentes baseadas nas superfícies cultivadas e no número de cabeças de gado (European Commissionates 2004). Este pagamento único às explorações era correspondente ao valor ajustado das ajudas directas que foram pagas em média nos anos 2000, 2001 e 2002, sendo que com base neste valor médio foram atribuídos direitos históricos, em que o valor de cada direito correspondeu a este valor total a dividir pela área elegível (superfícies cultivada e forrageira) (Avillez 2004b). Foi ainda criada a possibilidade de transferência destes direitos, mesmo sem ser necessária a transferência da terra, dentro do mesmo Estado-membro (Avillez 2004a), e ainda a possibilidade de se passar a usar determinada terra para outro tipo de produção agrícola, diferente da produção anteriormente praticada com as ajudas directas, desde que não fossem culturas permanentes, hortícolas, horto-frutícolas e batata, por

estas culturas não beneficiarem de pagamento único (Conselho da União Europeia 2003). Para os agricultores terem direito a este pagamento único anual estavam sujeitos a condicionalidades, que no fundo consistiram num aprofundamento do conceito de eco-condicionalidade já introduzido no âmbito da Agenda 2000, em que só teriam direito às ajudas, caso os sistemas de produção praticados nas áreas elegíveis respeitassem um conjunto de condições definidas, agronómicas e ambientais, com vista à conservação do ambiente, da segurança alimentar e do bem-estar animal (Publicações sem data). Gostaríamos ainda de referir, que no âmbito do regime de pagamento único (RPU) da Reforma de Junho de 2003, foi criado o denominado “Pacote Mediterrânico”, que integrou neste regime os sectores do tabaco, do lúpulo, do olival e do algodão (Kelch & Normile 2004).

De entre as medidas horizontais, ficou também definida a modulação das ajudas directas, que consistiu na redução do valor total das ajudas (ligadas e desligadas), a iniciar-se em 2005 com uma taxa de 3%, 4% em 2006, e 5% a partir de 2007 e anos seguintes até 2013 (Conselho da União Europeia 2003). Ficou também estabelecido que a poupança obtida a partir da modulação seria distribuída da seguinte forma: 80% da poupança de um EM seria destinada a financiar as medidas de desenvolvimento (2º pilar da PAC) desse mesmo EM, enquanto que o montante remanescente seria dividido entre todas os EM (OECD 2004), com base na superfície agrícola, emprego agrícola e produto interno bruto *per capita* em paridades de poder de compra (Conselho da União Europeia 2003).

Foram ainda reforçadas e diversificadas as medidas de desenvolvimento rural, visando a promoção da qualidade dos alimentos e do bem-estar animal, nomeadamente a concessão de apoios aos agricultores que voluntariamente participassem em regimes comunitários e nacionais de promoção da qualidade dos alimentos, ou que alargassem as boas práticas pecuárias na sua exploração, para além das estritamente obrigatórias (Vareta 2014). No entanto, falaremos mais concretamente acerca do desenvolvimento rural, nomeadamente do quadro comunitário de apoio aplicado entre 2007 e 2013 no próximo sub-capítulo.

#### **4.1.7 A Política de Desenvolvimento Rural para 2007-2013**

A partir de 2005, iniciou-se um novo processo de reforma da PAC, que prepararia a Política de Desenvolvimento Rural entre 2007 e 2013.

As propostas e as medidas tomadas para esta nova política de desenvolvimento, assentaram nos seguintes principais objectivos:

- Aumentar a competitividade do sector agrícola, apoiando a sua reestruturação, desenvolvimento e inovação;
- Na melhoria do ambiente e do espaço natural através do apoio ao ordenamento do território;
- Na promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação das actividades económicas (Reis 2006).

Em Junho de 2005, o Regulamento (CE) nº 1290/2005 (Conselho da União Europeia 2005a), dividiu o FEOGA, em dois fundos distintos, alterando e simplificando a forma de financiamento da PAC. Foi criado o Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). O FEAGA ficou responsável pelo financiamento das medidas associadas ao 1º Pilar da PAC, nomeadamente as políticas de mercados no âmbito das OCMs, os apoios directos às explorações incluindo o pagamento único (RPU), e algumas medidas de informação e promoção dos produtos agrícolas no mercado interno e em países terceiros. Este

regulamento foi acompanhado pelo Regulamento (CE) Nº 1698/2005 (Conselho da União Europeia 2005b) , que definiu as linhas de orientação relativo ao desenvolvimento rural apoiado pelo FEADER (Europeu 2017). Foram assim definidos quatro eixos prioritários para o desenvolvimento rural, direccionados para os seguintes objectivos:

- **Eixo 1** - Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal: são definidas medidas destinadas a aumentar os conhecimentos e a melhorar o potencial humano; reestruturar e desenvolver o potencial físico e a promover a inovação; melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas;
- **Eixo 2** – Melhoria do ambiente e da paisagem rural: são definidas medidas destinadas a proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede Natura 2000 e outras; proteger os recursos hídricos e o solo; contribuir para a atenuação das alterações climáticas; contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas e florestais em zonas desfavorecidas;
- **Eixo 3** - Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural: são definidas medidas destinadas a diversificar a economia rural; melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais; promover a formação e informação de agentes económicos activos; promover a aquisição de competências e a animação, com vista à preparação e execução de uma estratégia local de desenvolvimento;
- **Eixo 4** – Abordagem Leader: visa a sustentação de projectos elaborados a nível local, e que sejam inovadores e fomentadores do desenvolvimento e da economia local (Santos 2010).

Para a execução destas medidas, co-financiadas entre o FEADER e cada Estado-Membro, foram fixadas taxas máximas de financiamento por parte do FEADER, que dependiam do eixo a que se referiam (Conselho da União Europeia 2005b):

- Nos eixos 1 e 3, a taxa era de 50% das despesas públicas elegíveis (e 75% nas zonas de convergência);
- As medidas dos eixos 2 e 4 eram financiadas a uma taxa máxima de 55% (80% nas zonas de convergência);

Foi ainda fixada uma taxa mínima de contribuição do FEADER, de 20% e introduzida a obrigatoriedade de haver um equilíbrio no programa. Para tal, foram fixadas percentagens mínimas de financiamento que deveria ser consagrada a cada eixo. 10% das verbas disponíveis teriam de afectar o Eixo 1, 25% o Eixo 2, 10% o Eixo 3 e 5% o Eixo LEADER. Assim, cada EM dispôs de uma margem de manobra nacional de 50% das verbas no contexto do FEADER que pôde afectar a cada um dos 4 eixos em função das prioridades definidas a nível nacional (Avillez 2005).

#### **4.1.8 A Reforma de 2013**

Em 2013, a PAC passou por outra importante reforma. Embora o principal objectivo desta reforma fosse responder aos desafios em evolução do sector agrícola, a PAC foi também adaptada para contribuir melhor para os objectivos da Estratégia Europa 2020, promovendo um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Neste sentido, e segundo o Artigo 110º do Regulamento (CE) nº 1306/2013 (Europeu & Conselho da União Europeia 2013), foram fixados os seguintes objectivos principais para a PAC 2014-2020, sendo que, todas as medidas tomadas teriam que ter em conta o cumprimento destes objectivos a longo prazo:

- Produção alimentar viável, com incidência nos rendimentos agrícolas, na produtividade agrícola e na estabilidade dos preços;

- Gestão sustentável dos recursos naturais e ações climáticas, com incidência nas emissões de gases com efeito de estufa, na biodiversidade, no solo e na água;
- Desenvolvimento territorial equilibrado, com incidência no emprego rural, no crescimento e na pobreza nas zonas rurais.

Do orçamento total da União Europeia (UE) para o período 2014-2020, a PAC representa cerca de 38% das despesas totais, gastas, à semelhança do período passado, em medidas do 1º Pilar e do 2º Pilar.

As medidas do 1º Pilar correspondem às medidas anuais financiadas pelo FEAGA, representam 76,6% do orçamento da PAC e que se dividem em:

- **Pagamentos directos aos produtores (representam cerca de 70% do orçamento da PAC):** Os agricultores recebem pagamentos directos, desde que respeitem normas rigorosas em matéria de segurança alimentar, protecção do ambiente e saúde e bem-estar dos animais. Cerca de 30% dos pagamentos directos estarão ligados à obrigatoriedade pelos agricultores europeus de práticas agrícolas sustentáveis que sejam benéficas para a qualidade dos solos, à biodiversidade e ao ambiente em geral, tais como a diversificação das culturas, a manutenção de pastagens permanentes e áreas ecológicas nas explorações. Os Estados-Membros cujo nível de pagamento directo médio por hectare em 2014 seja inferior a 90% da média da UE, obterão um aumento gradual do seu nível. Até 2019, o nível mínimo em toda a UE deverá ser aproximadamente de 196 euros por hectare. Esta convergência será financiada pelos Estados-Membros cujo nível de pagamento directo esteja acima da média da UE.
- **Medidas de regulação dos mercados agrícolas (representam cerca de 5% do orçamento da PAC):** Os pagamentos relativos a estas medidas enquadram-se no âmbito de uma OCM única, e estarão vocacionadas para a estabilização dos preços agrícolas, principalmente através da intervenção em momentos de crise, e através da regulação e promoção de organizações de produtores e de contratos entre a produção e os sectores a jusante.

As medidas do 2º Pilar, que correspondem às medidas plurianuais co-financiadas entre o FEADER e os Orçamentos Nacionais de cada EM, representam cerca de 23,4% do orçamento da PAC (correspondente a 9% do orçamento da UE, ou seja 95,58 mil milhões de euros), e que serão enquadradas no Programa de Desenvolvimento Rural de cada EM (PDR 2014-2020). Estas medidas foram divididas, em quatro áreas distintas:

- **Inovação e conhecimento;**
- **Competitividade e organização da produção:** onde se incluem as medidas de apoio aos jovens agricultores, ao investimento nas explorações, na transformação e na comercialização de produtos agrícolas, à criação de OPs, e à criação de seguros, entre outras;
- **Ambiente e eficiência no uso dos recursos e clima:** onde estão inseridas as medidas agro-ambientais como a agricultura biológica, a produção integrada, o uso eficiente da água, medidas silvo-ambientais, entre outras;

- **Desenvolvimento local:** onde se inserem as acções da medida LEADER, como os pequenos investimentos na agricultura, transformação e comercialização, promoção de produtos locais, diversificação para actividades não-agrícolas, entre outras.

No âmbito da política de desenvolvimento rural, os Estados-Membros continuarão a conceber os seus próprios programas em resposta às necessidades das suas zonas rurais.

## **4.2 A PAC em Portugal no período 1999-2015**

Muitas foram as mudanças que se verificaram na agricultura portuguesa nas últimas décadas. Em 1977, quando Portugal pediu a adesão à CEE, o sector agrícola era o que mais preocupava o governo português. Nessa altura, a agricultura tinha ainda um peso relativamente grande na economia portuguesa (17% do PIB e 30% da população activa), estava economicamente estagnada, e apresentava um grande atraso em relação aos restantes países da Comunidade, em termos tecnológicos e estruturais. Em 1986, quando Portugal assinou o Tratado de Adesão à Comunidade Europeia, já o peso do sector agrícola no PIB tinha diminuído para 5,2%, e na população activa para cerca de 18,9%. Nesta altura, os preços praticados em Portugal para a maior parte dos produtos agrícolas eram bastante superiores aos praticados em média nos países comunitários, que por sua vez eram ainda superiores aos preços de exportação e importação praticados nos mercados agrícolas mundiais. Como tal, nos primeiros anos após a adesão, o sector agrícola teve obrigatoriamente que “sofrer” uma aproximação (e portanto de uma quebra) dos preços agrícolas, com vista à sua aproximação aos preços comunitários, que por sua vez e quase em simultâneo também passaram por um processo de harmonização com os preços mundiais. Este processo foi ainda acompanhado por uma sobrevalorização do escudo face ao ECU, decorrente do nosso processo de integração de Portugal no Sistema Económico Europeu. Os produtos que em Portugal tinham um preço igual ou inferior aos preços comunitários, como era o caso dos óleos e gorduras, dos frutos e vegetais e da carne de ovino e caprino, passaram um processo clássico de harmonização feito em sete anos, e sem qualquer tipo de problemas. No caso das culturas arvenses, do leite, da carne de bovinos e suínos e das aves e ovos, cujos preços em Portugal eram superiores aos preços comunitários, a harmonização foi mais complexa, dividida em dois períodos de cinco anos cada um, em que na primeira etapa não houveram grandes alterações em termos de preços, mas sim em termos estruturais dos mercados, sendo portanto uma etapa de preparação para o segundo período, em que aí sim, houve uma harmonização com os preços comunitários parecida com a transição clássica, e que deveria terminar em 1995.

### **4.2.1 “1999” – “2005” – Aplicação da PAC em Portugal**

Este trabalho pretende tratar de uma forma mais aprofundada o período compreendido entre os anos 1998 e 2015, ou seja o período entre os triénios “1999” e “2014”. Como tal, e para que melhor consigamos explicar as causas e as consequências da evolução da agricultura portuguesa neste período, torna-se importante analisarmos mais pormenorizadamente a aplicação da PAC em Portugal neste período.

Em “1999” (1998-99-2000), estava ainda em fase de aplicação a Reforma de 1992, iniciada em 1993, e iniciava-se o período de aplicação das medidas tomadas no âmbito da Agenda 2000, que tirando as decisões tomadas em relação ao desenvolvimento rural, representou um aprofundamento e alargamento a outros

produtos agrícolas da Reforma de 1992, e portanto do progressivo dismantelamento do suporte aos preços de mercado, e da sua compensação através de pagamentos directos aos produtores e ligados à produção.

No entanto, é de realçar que no triénio “1999”, cerca de 41% do rendimento total obtido pelo sector agrícola deveu-se a transferências de rendimento através do mercado, ou seja, às medidas de suporte de preços de mercado (MSPM), que corresponderam a cerca de 56,3% do total das ajudas ao rendimento do sector agrícola (Quadro 9).

*Quadro 9. Distribuição dos Apoios aos Produtores Agrícolas*

|  |                     | % dos Apoios Totais |               |               | Variação em %     |                   |
|--|---------------------|---------------------|---------------|---------------|-------------------|-------------------|
|  |                     | "1999"              | "2003"        | "2007"        | "1999"-<br>"2003" | "2003"-<br>"2007" |
| <b>Apoios directos à produção agrícola</b>           |                     | <b>79,5</b>         | <b>76,5</b>   | <b>54,4</b>   | <b>-7,6</b>       | <b>-49,1</b>      |
| Medidas de suporte de preços                         |                     | 56,3                | 50,6          | 37,7          | -13,7             | -46,6             |
| Pagamentos ligados à produção                        |                     | 23,2                | 25,9          | 16,7          | 7,3               | -53,9             |
| <b>Outros apoios ao rendimento</b>                   |                     | <b>20,5</b>         | <b>23,5</b>   | <b>45,6</b>   | <b>10,1</b>       | <b>39</b>         |
| <b>Apoios ao rendimento dos produtores agrícolas</b> | <b>em %</b>         | <b>100</b>          | <b>100</b>    | <b>100</b>    |                   |                   |
|  | <b>M€ (P. 2008)</b> | <b>2081,3</b>       | <b>1999,5</b> | <b>1432,9</b> | <b>-3,9</b>       | <b>-28,3</b>      |

Fonte: <http://www.agroges.pt/Artigos/CAP10Marco09.pdf>

No triénio “2003” (2002-03-04), ou seja nos últimos anos da aplicação das medidas tomadas em 1992 e aprofundadas em 2000, as medidas de suporte de preços só já apresentaram um peso de 50,6% dos apoios ao rendimento dos produtores (-13,7% em relação a “1999”) e um peso de 37% no rendimento dos factores (VAB<sub>ct</sub>). Esta diminuição (-160 milhões de euros) foi atenuada por um aumento de 7,3% (35 milhões de euros a preços constantes de 2008) nos pagamentos ligados à produção, e de 10,1% (43,2 milhões de euros) nos “outros subsídios ao rendimento”, ficando a diminuição no pacote total de ajudas no valor de -81,8 milhões de euros.

No que diz respeito ao sector dos cereais, tinha sido instituída em Dezembro de 1990 (Regulamento (CEE) nº 3653/90 e alterada nos seguintes por outros regulamentos), a denominada ajuda directa específica para os produtores portugueses de cereais, paga por quantidade produzida e colocada no mercado (criada devido à grande redução dos preços dos cereais após a nossa adesão às CEs, como já falámos), que foi co-financiada em 75% pelo orçamento da União Europeia e 25% pelo orçamento nacional, ficando conhecida como a ajuda co-financiada. Apesar da sua redução de ano para ano, esta ajuda manteve-se até 2003, e os montantes pagos em cada ano por tonelada produzida foram os que apresentamos no Quadro 19.

*Quadro 10. Ajuda Co-Financiada por campanha*

| €/ton                       | 1997/98 | 1998/99 | 1999/00 | 2000/01 | 2001/02 | 2002/03 |
|-----------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Trigo Mole                  | 75,4    | 64,38   | 53      | 41,13   | 41,13   | 15,27   |
| Triticale, cevada e centeio | 47,39   | 39,48   | 31,6    | 23,69   | 23,69   | 7,8     |
| Milho                       | 37,42   | 31,18   | 24,95   | 18,72   | 18,72   | 6,23    |
| Sorgo                       | 32,53   | 27,11   | 21,11   | 16,25   | 16,25   | 5,42    |

Fonte: [www.gpp.pt/images/GPP/O\\_que\\_disponibilizamos/Publicacoes/Arvenses\\_Diagnostico\\_Sectorial.pdf](http://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/Arvenses_Diagnostico_Sectorial.pdf)

Esta ajuda co-financiada em Portugal é a principal particularidade do nosso caso em relação ao resto da União.

Nas alterações efectuadas pela Agenda 2000, no que diz respeito às culturas arvenses destacamos a descida do preço de intervenção dos cereais de que já tínhamos falado (de 119,19€/t em 2000 para 101,31€/t em 2002) e o aumento da ajuda directa compensatória aos cereais (incluindo o milho de regadio) de 54,34€/t para 63€/t (multiplicado pelo rendimento definido no plano de regionalização), tratando-se de uma ajuda por superfície que não exigia a colheita do grão. Os produtores de trigo duro recebiam um pagamento suplementar de 344,5€/t, e o arroz conservou o preço de intervenção de 298,5€/t, e uma ajuda por superfície elegível de 318,53€/ha. Em relação ao pousio, passou a haver a possibilidade de efectuar pousio voluntário para áreas equivalentes inferiores a 92t de cereais, e a possibilidade de efectuar culturas energéticas nas áreas destinadas ao pousio.

No sector do azeite, houveram desde a adesão de Portugal às CE's diversas mudanças, tendo-se simplificado numa ajuda à produção de 132,25€/100 Kg de azeite e 15,21€/100 Kg de azeitona de mesa.

Em relação ao sector da carne de bovino, houve uma redução de 20% nos apoios de mercado, repartido em três anos (Quadro 11).

*Quadro 11. Preço de intervenção e armazenagem da carne de bovino*

| €/Kg                        | 2000  | 2001  | 2002  | pós - 2002 |
|-----------------------------|-------|-------|-------|------------|
| Preço de intervenção        | 3,475 | 3,242 | 3,013 | -          |
| Preço base para armazenagem | -     | -     | -     | 2,224      |

Fonte: [www.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/comissao\\_europeia/fs\\_sector\\_carne\\_bovino.pdf](http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/comissao_europeia/fs_sector_carne_bovino.pdf)

É ainda de referir, que a partir de 1 de Julho de 2002, o preço de intervenção foi substituído por um preço base de armazenagem, em que passavam a ser concedidos apoios para a armazenagem privada de carne, quando o preço médio de mercado fosse inferior a 103% deste preço base (Quadro 20).

Esta redução foi acompanhada de um aumento do prémio por vaca aleitante e de touro elegível, e de um prémio ao abate (ou à exportação), de um prémio à extensificação que obrigava a um encabeçamento máximo de 1,4 cabeças normais, e ainda um pagamento complementar por animal, co-financiado pela Comunidade e por Portugal.

*Quadro 12. Ajudas directas à Carne de Bovino*

| €/Animal elegível  | 2000       | 2001       | a partir de 2002 |
|--|------------|------------|------------------|
| <b>Prémio por vaca aleitante</b>                         | <b>163</b> | <b>182</b> | <b>200</b>       |
| <b>Touro elegível</b>                                    | <b>160</b> | <b>185</b> | <b>210</b>       |
| <b>Prémio de extensificação</b>                          | <b>100</b> | <b>100</b> | <b>100</b>       |
| <b>Prémio complementar (parte comunitária+ nacional)</b> | <b>30</b>  | <b>30</b>  | <b>30</b>        |
| <b>Prémio ao abate</b>                                   |            |            |                  |
| Touros, bois, vacas e novilhas                           | 27         | 53         | 80               |
| Vitelos  | 17         | 33         | 50               |

Fonte: [www.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/comissao\\_europeia/fs\\_sector\\_carne\\_bovino.pdf](http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/comissao_europeia/fs_sector_carne_bovino.pdf)

Quanto aos ovinos e caprinos, receberam nestes anos um prémio base de cerca de 20€/ animal. A este prémio podia ainda ser acrescido um prémio “por ovelha e por cabra” (7€/animal), designado por Ajuda ao Mundo Rural, e que se destinava às zonas em que a produção de ovinos e caprinos constituía uma atividade tradicional e contribuía de forma significativa para a economia rural, e em que pelo menos 50% da superfície agrícola utilizada (SAU) da exploração se situe em zonas desfavorecidas.

No que diz respeito às culturas hortícolas e frutícolas, não existiam nesta altura ajudas directas à produção. Os apoios nestes sectores estava ligado sobretudo com os apoios ao investimento na modernização, reconversão e diversificação das explorações agrícolas, com ajudas à construção, modernização e ampliação de estruturas de comercialização e ajudas às indústrias de conservação de frutos e produtos hortícolas.

Existiam ainda algumas medidas nestes sectores, de cariz agro-ambiental e que apoiavam a agricultura biológica, a produção integrada e a protecção integrada, medidas no âmbito das OCMs, sendo que 77% dos fundos destinados a estas medidas eram destinados a apoiar a produção de produtos transformados à base de tomate.

#### **4.2.2 Aplicação da Reforma de 2003 em Portugal**

As medidas horizontais tomadas em 2003, e válidas a partir de 2005, que consistiram nas grandes mudanças da reforma da PAC de 2003, e comuns a todos os EMs, já foram por nós abordadas no capítulo “2.1.5 A Reforma da PAC de Junho de 2003”. Neste capítulo, pretendemos apenas abordar as medidas sectoriais aplicadas em Portugal, relacionadas com as culturas estudadas por nós na segunda parte deste trabalho.

No sector dos cereais, como já tínhamos referido, as ajudas ligadas à produção foram extintas, e portanto os pagamentos directos nas áreas de produção de cereais passaram a ser realizados através das ajudas desligadas (RPU) com base no número de direitos de cada produtor, direitos estes cuja atribuição foi feita em função do montante de ajudas recebidas nos anos 2000, 2001 e 2002. Em relação ao preço de intervenção dos cereais, manteve-se sem alteração. Em relação aos produtores que no período de referência tinham áreas destinadas ao pousio obrigatório, foram atribuídos direitos específicos. O preço de intervenção do arroz foi reduzido para 150€/t, e foi estabelecido um pagamento complementar de 177€/t, sendo que a produtividade média anual de referência atribuída foi de 6,05t/ha, o que é igual a um valor por superfície de 1070,85€/ha. Deste valor, 617,1€ foram integrados no regime de pagamento único, e os restantes 453,75€ foram atribuídos como uma ajuda específica à produção. A ajuda suplementar ao trigo duro foi também integrada nas ajudas desligadas, e passou a haver um prémio específico à qualidade do trigo duros, que estava relacionado com a utilização de sementes certificadas, e as culturas energéticas passaram também a receber um prémio por hectare de 45€.

Aos frutos de casca rija foi atribuída uma ajuda comunitária por superfície de 120€/ha, para uma superfície garantida de 41300ha, que acabou por ser muito superior (345€/ha em 2005 e 598€/ha em 2006) por a área elegível em Portugal ter sido nestes anos muito inferior (10474 ha e 7042ha respectivamente).

No sector do azeite, as ajudas também passaram a estar desligadas, integradas no regime de pagamento único, e foram atribuídos direitos com base nos anos 1999, 2000, 2001 e 2002. De notar que neste sector as medidas tomadas no âmbito desta reforma só foram postas em prática no ano de 2006, e que se conservou um



pagamento complementar ao azeite (10% do total do envelope destinado a este sector), com vista à melhoria da sua qualidade e comercialização.

No sector da carne de bovino, Portugal optou por não desligar o prémio à vaca aleitante e o prémio ao abate de vitelos, passando para o RPU apenas o prémio por extensificação, os pagamentos complementares e o prémio especial para machos. Em relação aos ovinos e caprinos ficaram ligadas apenas 50% do total das ajudas (prémio base + zonas desfavorecidas), ficando desligado o equivalente ao envelope nacional para estas ajudas.

#### 4.2.3 A Reforma de 2013 em Portugal

A PAC 2014-2020, de que já falámos, que supostamente entraria em vigor em 2014, só se iniciou em Portugal em 2015. O seja, apenas no último ano da nossa análise, é que já teremos reflectidas (ainda que muito vagamente por se tratar do primeiro ano) as medidas tomadas em 2013.

O Envelope Nacional de Portugal aos pagamentos directos à produção teve em 2015 um valor total de 565,4 milhões de euros, e tenderá a subir chegando ao valor de 599,4 milhões de euros em 2019, fruto do modelo de convergência externa. Os pagamentos directos em vigor até 2014 (O RPU, o prémio às vacas aleitantes, aos ovinos e caprinos e pagamentos Artigo 68), foram substituídos a partir de 2014 por:

- Pagamento base (PB);
- greening;
- apoio aos jovens agricultores (AJA);
- pagamentos ligados à produção;
- regime específico de ajuda à pequena agricultura (APA).

O pagamento base, a que ficou consignado um total de 48% do envelope nacional destinado aos pagamentos directos, é um apoio ao rendimento dos agricultores activos e legível por hectare de superfície agrícola elegível. A sua aplicação em Portugal incidiu sobre uma área de 3085,8 mil hectares, área equivalente à área elegível no pagamento único em 2013, que serviu de referência para a área a que cada produtor se poderia candidatar em 2015. Para a aplicação do novo RPB, Portugal optou por um modelo de convergência, de modo a que todos os pagamentos tenham um valor uniforme em 2019. O modelo de convergência funciona da seguinte forma: as explorações que em 2015 tenham RPB por hectare inferior a 90% da média nacional podem beneficiar, até 2019, de um acréscimo de 1/3 da diferença, as explorações com RPB entre 90% da média nacional e igual à média nacional terão RPB em 2019 igual a 2015 e explorações com RPB superior à média nacional sofrem uma redução até 2019, não podendo ser superior a 30% do RPB em 2015 (Avillez, 2014).

Quadro 13. Valor médio do RPB em 2015 e 2016 (€/ha)

| €/há                      | 2015 | 2016 |
|---------------------------|------|------|
| Alentejo (Região Agrária) | 73   | 73,2 |
| Continente                | 96,9 | 94,4 |

Fonte: IFAP

O “greening” ou pagamento verde é um apoio ao rendimento dependente da prática de sistemas de produção agrícola ambientalmente sustentáveis, do qual podem beneficiar todos os agricultores com direito a

RPB, desde que cumpram, em todos os hectares elegíveis, as seguintes práticas: diversificação de culturas, manutenção de prados permanentes e detenção de uma superfície de interesse ecológico (Avillez, 2014).

A diversificação de culturas exige que nas explorações com uma área (com exceção para a área de arroz):

- Entre 10 e 30 hectares – sejam praticadas anualmente duas culturas, ocupando a cultura com maior área menos de 75% da respectiva área total;
- Superior a 30 hectares – sejam praticadas anualmente três culturas, ocupando a cultura com maior área menos de 75% e as duas com maior área menos de 95% da área total.

Estão isentas as explorações com uma área inferior a 10 hectares, e em que mais de 75% da superfície de culturas anuais sejam de erva ou outras forrageiras herbáceas, prados permanentes, arroz ou a sua combinação desde que a terra arável não abrangida por essas utilizações não ultrapasse os 30 ha.

Em relação às áreas de pastagens permanentes, só poderão ser reduzidas em 5% em relação às existentes em 2009.

No que diz respeito às áreas de interesse ecológico, caso as terras aráveis das explorações tenham uma área superior a 15 ha, é obrigatório que 5% das terras aráveis sejam destinadas a estas áreas (pousio, galerias ripícolas, arroz, culturas fixadoras de azoto, florestação de terras agrícolas), e estão isentas quando 75% das terras aráveis for ocupada por pastagens, arroz, leguminosas, pousios ou por combinações destes tipos de ocupações, desde que a área excedente não ultrapasse 30 ha.

*Quadro 14. Valor médio do Greening em 2015 e 2016*

| Greening                  |      |      |      |
|---------------------------|------|------|------|
|                           | €/ha | 2015 | 2016 |
| Alentejo (Região Agrária) |      | 46,6 | 46,7 |
| Portugal                  |      | 61,8 | 59,4 |

Fonte: IFAP

Aos jovens agricultores (agricultores activos com menos de 40 anos de idade) existe um apoio especial, correspondente a 25% do PB médio nacional em 2019 e aplicável até um máximo de 90 ha por produtor. Enquanto que ao pagamento verde ficou destinado 30% do envelope nacional para os PDP, para os pagamentos aos jovens agricultores (AJA) foram atribuídos 2% do EN. Às ajudas referentes ao Regime da Pequena Agricultura foi atribuído um envelope financeiro de 10% do EN atribuído aos PDP, e que beneficiará os agricultores que abdicarem de receber o pagamento base, os apoios ligados, e como compensação receberem 500€/exploração, ficando ainda isentos do cumprimento das regras da condicionalidade ambiental.

Portugal optou mais uma vez por manter alguns pagamentos ligados (PLP), como é o caso do prémio às vacas aleitantes (120€/vaca em 2019), aos ovinos e caprinos (19€/fêmea), às vacas leiteiras (82€/vaca), ao arroz (164€/ha) e ao tomate para indústria (240€/ha) (Quadro 15).

Quadro 15. Pagamentos Ligados à Produção (PAC pós 2013)

| Pagamento Ligado    | Apoio          | Referência        |
|---------------------|----------------|-------------------|
| Vaca em Aleitamento | 60 Milhões €   | 120€/ vaca        |
| Ovinos e Caprinos   | 36 Milhões €   | 19€/ Fêmea Adulta |
| Leite               | 12,5 Milhões € | 82€/ vaca         |
| Arroz               | 6 Milhões €    | 194€/ha           |
| Tomate              | 3,3 Milhões €  | 240€/ha           |

Fonte: Avillez, 2014

No Programa de Desenvolvimento Rural para o período 2014-2020 (PDR 2014 -2020), estão integradas medidas agroambientais (M7), que pensamos poder ter alguma importância no rendimento dos agricultores que reúnam as condições necessárias à sua atribuição. Destas, e dadas as culturas por nós estudadas, destacamos a acção Ac7.2. Produção Integrada, a Ac7.5. Uso eficiente da Água, e a Ac7.7. Pastoreio Extensivo. Enquanto a primeira medida mencionada é (apesar das adaptações a cada cultura) aplicada a quase todos os tipos de exploração desde o milho, fruteiras, hortícolas, olival a prados e pastagens, a segunda é vocacionada para culturas de regadio “semi-intensivas” e intensivas e a terceira para uma produção agropecuária mais extensiva.

## 5 Dinâmica das principais culturas de regadio na NUT II – Alentejo

Feita a análise da evolução do sector agrícola português como um todo, dos indicadores económicos que o caracterizam, das estruturas das nossas explorações, da Política Agrícola Comum desde a sua criação e sua aplicação em Portugal, chegamos por fim à parte deste trabalho em que pretendemos analisar a dinâmica das principais culturas de regadio realizadas no nosso país, bem como as possíveis explicações para estas dinâmicas, a fim de chegarmos a algumas conclusões, seja o que influenciou as decisões dos agricultores e empresários agrícolas.

Para tal, decidimos focarmo-nos no Alentejo, ou mais precisamente na NUT II Alentejo. Como é óbvio esta escolha não foi aleatória. Em primeiro lugar, e tal como já verificámos atrás, as NUTS Alentejo e Centro são as que apresentam a maior fatia do Produto Agrícola e Volume, 27% do Produto Agrícola Nacional (em volume) é da responsabilidade desta região. A NUT Centro apresenta também um volume igual ao Alentejo em termos da composição do produto, no entanto, enquanto o produto desta região decresceu 23% entre “1999” e “2014”, o produto alentejano subiu 20% para o mesmo período, pelo que pensamos reflectir melhor as mudanças entre as culturas de regadio. Além de tudo isto, a NUT Alentejo ocupa 33% do Continente, sendo a maior região de Portugal, compreendendo integralmente os distritos de Portalegre, Évora, Beja, metade do distrito de Setúbal e parte do distrito de Santarém.

Por outro lado, e dado estarmos a pôr o foco nas culturas de regadio, a NUT Alentejo é sem qualquer tipo de dúvida a região onde se concentram a maior parte das superfícies irrigáveis portuguesas. No Inquérito às Estruturas de 2013, a superfície irrigável da região andava na ordem dos 231625 ha, o que equivalia a cerca de 42% da superfície irrigável de Portugal. No momento em que escrevemos esta tese, não temos ainda dados referentes ao Inquérito às Estruturas das Explorações de 2016, no entanto, se tivermos em conta apenas as novas áreas no perímetro de rega de Alqueva, e não considerando novas obras de regadio privadas, esta área andar já na ordem dos 280 mil ha, o que corresponderá a cerca de 47% da área irrigável nacional.

Por fim, e dado o EFMA (Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva) estar situado nesta região, e por se tratarem de 120 mil hectares que passaram do sequeiro para regadio, pensamos também ser importante analisarmos as mudanças culturais que estas novas áreas trouxeram para a região, até por se tratarem em muitos casos de solos com grande potencial agrícola que passaram pela primeira vez a ser regados. Este será, a par com os preços dos produtos, as ajudas ligadas, os custos de produção, avanços tecnológicos e rentabilidade associada a cada cultura, um factor de grande importância na nossa análise.

Salientamos ainda que no fim será também realizada uma análise dos prados e pastagens permanentes, que não sendo maioritariamente de regadio, iram-nos servir para conseguir perceber em que medida os agricultores poderão ter abandonado certas culturas, não dando lugar a outras culturas de regadio, mas sim a pastagens, naturais ou semeadas, reflectindo nalguns casos, dependendo do tipo de pastagem e do sistema de produção onde se insere, um certo grau de extensificação ou abandono.

Para que entendamos melhor as análises que faremos de seguida, salientamos a grande quebra que se tem registado nas áreas ocupadas com cereais de sequeiro para grão, principalmente o trigo, cultura que em “1999” ocupava cerca de 168 mil hectares na NUT Alentejo e que em “2014” ocupava apenas cerca de 36 mil hectares

(-78%). Por falta de espaço nesta dissertação não conseguiremos fazer uma análise detalhada dos factores que influenciaram esta quebra. No entanto, sabemos que esta diminuição não foi constante. Entre “1999” e “2002” a área não diminuiu (até aumentou 1%/ano), entre “2002” e “2005” diminuiu já cerca de 30% (-11%/ano), sendo que entre os triénios “2005” e “2008” a área de trigo no Alentejo diminuiu cerca de 53% (-22%/ano), cerca de 30% (-11%/ano) entre “2008” e “2011” e 10% (-3%/ano) entre “2011” e “2014”. Não poderemos dizer que a Reforma de 2003 foi o único factor que influenciou esta mudança estrutural nas explorações alentejanas, no entanto, um fim das ajudas co-financiadas por um lado, e por outro o desligamento das ajudas, dando a oportunidade aos agricultores de poderem não produzir e receberem o pagamento desligado (RPU) equivalente aos anos em que semeavam, sem terem que prolongar uma actividade que sem suporte de preços e ajudas directas seria economicamente deficitária para grande parte dos agricultores, foram com certeza factores decisivos para este abandono da produção de cereais de sequeiro no Alentejo.

Nos próximos sub-capítulos tentaremos chegar a algumas conclusões, se o facto descrito acima foi aproveitado pelos agricultores para se adaptarem às novas condições comerciais e de atribuição de ajudas, ou se por outro lado não houve essa oportunidade e/ou vontade, e contribuiu para o reforço do abandono da actividade agrícola e do meio rural.

## 5.1. O milho

### 5.1.1 Evolução da área e da produção de milho na NUT Alentejo

No triénio “1999” semearam-se em Portugal em média cerca de 166260 ha de milho, onde cerca de 30% dessa área (49269 ha) foi no Alentejo.

*Quadro 16. Área de Milho em Portugal e no Alentejo*

| Área de Milho em Portugal e no Alentejo |        |        |        |        |        |        |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| ha                                      | "1999" | "2002" | "2005" | "2008" | "2011" | "2014" |
| <b>Portugal</b>                         | 166260 | 145450 | 116619 | 103740 | 97517  | 105782 |
| <b>Alentejo</b>                         | 49269  | 44387  | 28852  | 27156  | 32260  | 37831  |

Fonte: INE

Até ao triénio “2008”, a área de milho no Alentejo diminuiu cerca de 45%, se bem que de forma diferente:

- Entre “1999” e “2002”, a área de milho diminuiu a uma taxa média anual de -3,4%/ano, em que com excepção de 2001 em que a área de milho no Alentejo cresceu 11% em relação ao ano anterior, a diminuição foi aproximadamente constante;
- Entre “2002” e “2005”, a área de milho diminuiu drasticamente (-13,4%/ano), sendo que esta grande variação deve-se quase exclusivamente à grande diminuição verificada em 2005, de cerca de 43%, que coincide com o primeiro ano de aplicação em Portugal da Reforma da PAC de 2003;
- Uma variação muito mais reduzida entre “2005” e “2008”, de cerca de 6%, devido à diminuição verificada em 2006 (-14%), mas atenuada pelo considerável aumento em 2007 (28%).

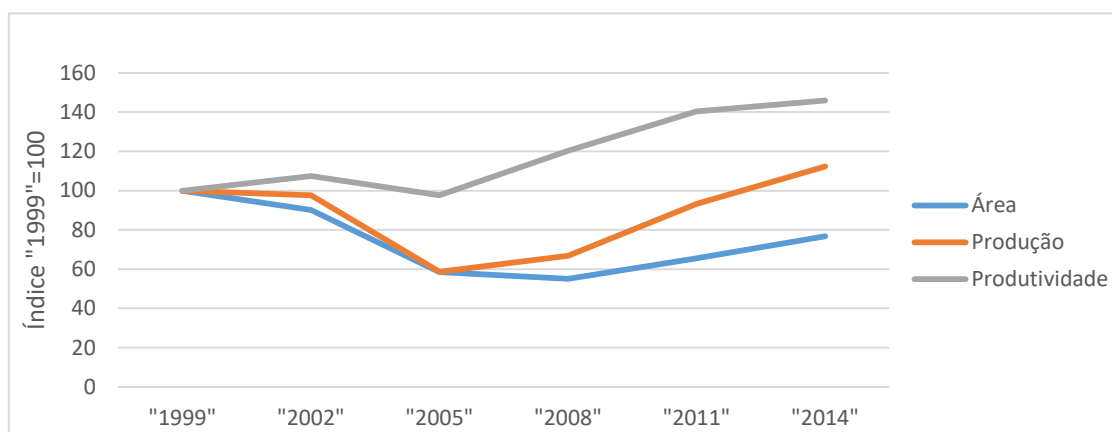


Figura 5. Evolução da área, da produção e da produtividade do milho no Alentejo

Fonte: INE

A partir de “2008”, reverteu-se esta diminuição já prolongada da área semeada com milho, e sendo esta evolução analisada por triénios, verificamos que tanto entre “2008” e “2011”, como entre “2011” e “2014”, a área de milho cresceu 5,9%/ano e 5,5%/ano respectivamente, mas com as seguintes particularidades:

- Um grande aumento em 2007 (28%) e 2008 (10%), e uma pequena diminuição em 2009 (-9%);
- Diminuição a partir de 2014 (-11%) e acentuada em 2015 (-16%), mas largamente compensada pelo grande aumento que se tinha verificado em 2011 (31%), ligeiro em 2012 (9%) e considerável em 2013 (18%).

Realçamos a inflexão na tendência da evolução da área de milho no Alentejo a partir de “2008” e em Portugal a partir de “2011”, no entanto, temos que referir a importância da redução destas mesmas áreas nos anos de 2014 (-4% em Portugal) e especialmente em 2015 (-9%), que foi o primeiro ano de aplicação da Reforma da PAC de 2013. Apesar deste ganho de área a partir de “2008”, a área semeada com milho em Portugal e no Alentejo, continua a ser menos 36% e 23% respectivamente do que em “1999”.

No que diz respeito à produção (em toneladas), de acordo com os dados do INE, e segundo os nossos cálculos, houve uma redução entre “1999” e “2005” de cerca de 41% (de 427 mil toneladas para 251 mil toneladas) do milho produzido no Alentejo.

No entanto, a recuperação da produção de milho no Alentejo iniciou-se mais cedo do que o aumento da respectiva área semeada, graças aos ganhos de produtividade verificados a partir de “2005” de cerca de 7,2%/ano até “2008”, e 5,3%/ano entre “2008” e “2011”. Estes ganhos de produtividade permitiram que a produção de milho no Alentejo cresce-se entre “2005” e “2008” a uma taxa média de 4,4%/ano, e a partir de “2008” a uma taxa média de 11,8%/ano.

A partir do triénio “2011” até “2014”, os ganhos de produtividade abrandaram (1,3%/ano), tendo a produção continuado a crescer a uma taxa média de 6,4%/ano, devido a aumento de área de que acima falámos.

Se analisarmos a produção de milho no Alentejo, em termos de valor de produção, verificamos que houve um ligeiro aumento do preço do milho a preços correntes entre “1999” e “2002” que permitiu que o valor de produção não diminuísse. Entre “2002” e “2005”, o preço do milho também diminuiu ligeiramente, e como tal não contribuiu para compensar a grande quebra de produção verificada. No entanto, a partir de “2005”, o valor

de produção de milho voltou a subir, devido ao já estudado aumento de produção, mas também ao aumento do preço verificado principalmente nos anos 2007, 2010 e 2012, o que fez com que o valor de produção do milho aumentasse cerca de 153% entre “2005” e “2011”, e em volume aumentasse apenas 61% para o mesmo período no Alentejo.

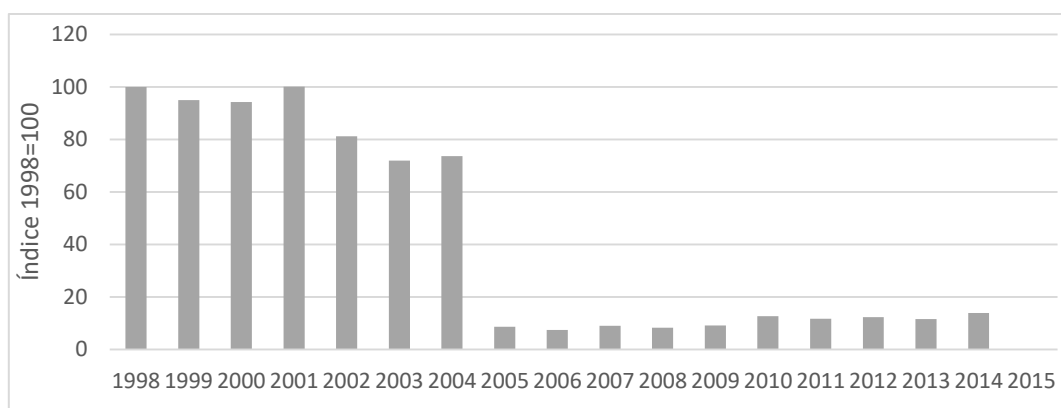
Entre “2011” e “2014”, devido à grande quebra do preço do milho no produtor (principalmente de 2012 para 2013), o valor de produção apresentou uma quebra de cerca de 6%, apesar do aumento de 16% no volume de produção (por triénios).

*Quadro 17. Preço Médio do Milho*

| €/t          | "1999" | "2002" | "2005" | "2008" | "2011" | "2014" |
|--------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| P. Correntes | 135    | 145    | 144    | 170    | 217    | 170    |
| P. Reais     | 131    | 125    | 114    | 125    | 156    | 119    |

Fonte: Eurostat e ANPROMIS

Apesar das oscilações inter-anuais no preço do milho a que nos referimos, é de notar que a evolução do preço do milho a preços reais no produtor tem sido tendencialmente negativa, sendo que entre “1999” e “2014” este valor diminui cerca de 9% em termos globais, contrariamente ao aumento observado a preços correntes de 26%.



*Figura 6. Ajudas ligadas do milho*

Fonte: IFAP

No que diz respeito às ajudas ligadas à produção, podemos constatar, como aliás já sabíamos, que a grande mudança deu-se com a Reforma de 2003, iniciada em 2005. Entre “1999” e “2002” houve um pequeno aumento das ajudas ligadas, medida através do rácio entre a produção a preços base e preços no produtor em cada ano, fruto das decisões tomadas na Agenda 2000, e portanto do aumento da ajuda compensatória aos cereais de pago por hectare, que passou de 53€/t a multiplicar pela produtividade definida regionalmente para 63€/t. A grande redução que observamos entre “2002” e “2005”, deve-se precisamente ao triénio “2005” contemplar os anos 2005 e 2006, em que sendo os primeiros anos de aplicação da Reforma de 2003, marcada pela substituição das ajudas ligadas pelo Regime de Pagamento Único (desligado da produção), em que no ano 2005 houve logo uma redução de quase 40% das ajudas directas ao milho e a partir de 2006 foram praticamente reduzidas a zero. De notar ainda, que de acordo com o Artigo 68º, foi criado um prémio Complementar às

Culturas Arvenses, que corresponde a um valor (6,7 euros/ton garantido apenas até as 442 toneladas) pago para o milho que fosse comercializado através de OPs, e que determinados critérios de qualidade, mas que por no valor global anual representar um valor muito pequeno em relação ao valor de produção a preços base, se torna difícil verificar o seu impacto.

### 5.1.2 A Evolução do rendimento associado ao milho de regadio

Como vimos no capítulo anterior, a evolução dos factores (custos de produção, preço do milho e ajudas directas) que influenciam directamente a produção de milho no Alentejo, não foi constante no período em estudo. Neste sentido, procuramos neste capítulo estimar a rentabilidade associada à produção de milho no Alentejo, em regadio, com base numa conta cultura elaborada para o triénio “2014”, com as tecnologias e factores de produção utilizados de uma forma geral pelos produtores de milho no Alentejo nestes anos, e com base nos índices de preços de cada grupo de factores de produção, com vista a estimarmos esses mesmo encargos para o primeiro triénio em estudo (“1999”) e para “2005”, por ser o triénio que compreende os dois primeiros anos de aplicação da Reforma da PAC de 2003, e portanto a diminuição quase para zero das ajudas ligadas. Na componente das receitas, foram usados os valores médios de produtividade para o milho de regadio na NUT Alentejo, e os preços médios do milho em Portugal para esses mesmos triénios.

Sabemos de antemão, que estas estimativas para “1999” e “2005” não correspondem a um retrato completamente fidedigno, por não serem considerados as representativas mudanças tecnológicas que ocorreram neste período alargado, nomeadamente no que diz respeito aos ganhos na eficiência de rega, nas mudanças de mobilizações do terreno, nos herbicidas e insecticidas usados, nas formulações dos adubos e nas próprias quantidades de fertilizantes e correctivos do solo. Até a conta cultura que apresentamos para “2014” não poderemos considerar representativa de toda a NUT Alentejo, pela grande heterogeneidade de solos que caracterizam a região, e que influencia directamente as técnicas de mobilização usadas, a quantidade de água gasta, a produtividade da cultura, e diversidade climática nomeadamente a diferença de temperaturas na altura da floração do milho que influencia fortemente a sua produtividade, e a menor ou maior incidência de pragas e doenças. Temos ainda que ter em conta, os diferentes tipos de regadio nesta ampla região, que vão desde os regadios privados, até aos regadios públicos com água sob-pressão, passando pelos regadios mais antigos, em que a água chega a cada exploração por gravidade e sem pressão.

*Quadro 18. Resultados das Contas Culturais do milho*

| €/ha   | RT (Receitas Totais) | CT s/renda (Custos Totais) | RFE<br>(Rendimento Fundiário Empresarial) |
|--------|----------------------|----------------------------|---|
| "1999" | 1.851,0              | 1.356,1                    | 494,8                                     |
| "2005" | 1.299,5              | 1.638,3                    | -338,8                                    |
| "2014" | 2.247,9              | 2.134,7                    | 113,2                                     |

Fonte: Autor. Contas culturais especificadas no Anexo VII

De facto, da análise do Quadro 18, verificamos que ao longo do período em análise, foi grande a diminuição do rendimento empresarial associado à produção de milho de regadio no Alentejo. Em “1999”, e com base na produtividade média do milho de regadio nesses anos no Alentejo (9102Kg/ha), e segundo os nossos cálculos para os custos de produção, o milho teria um RFE (Rendimento Fundiário Empresarial) de cerca de 495€.



No entanto, é de salientar, que do valor total das receitas (1851€), cerca de 34%, ou seja cerca de 622€ dizem respeito à soma das ajudas ligadas à produção. Sem estas ajudas, o RFE do milho em “1999” seria negativo (-127€), e portanto a produção de milho tendo em conta a produtividade média no Alentejo, seria uma actividade ruinosa. Aliás, como podemos facilmente observar foi esta a causa, do valor muito negativo do RFE para o triénio seguinte. Em “2005”, fruto do desligamento total das ajudas, passando a existir apenas um pequeno pagamento complementar que foi em 2005 de 7,3€/t (62,7€/ha tendo em conta a produtividade média de 8589Kg/ha), e de um preço para o milho que em relação a “1999” cresceu apenas 7%, enquanto os preços dos factores de produção cresceram em média cerca de 20%, conjugado com uma quebra da produtividade média para cerca de 8589Kg/ha, consequência das carências de água que se registaram em 2005/2006, vimos o rendimento dos produtores de milho passar para valores que segundo os nossos cálculos foram negativos (-339€/ha). No entanto, por razões aqui apontadas, teremos que considerar este triénio como pouco representativo da tendência normal de evolução do rendimento do milho. Consideramos também que os produtores que não sentiram tanto a falta de água, por razões de maior eficácia no armazenamento de água ou por estarem inseridos em perímetros de rega públicos que conseguiram fornecer água para rega mesmo nos anos de seca, terão conseguido atingir produtividades mais altas da que aqui usamos, e provavelmente até mais alta do que a produtividade média em “1999”, e portanto terem de certa maneira escapado ao efeito negativo no RFE da grande diminuição das ajudas ligadas e do mais baixo preço (a preços reais) do milho durante o período aqui estudado.

Em “2014”, o RFE voltou a ser positivo, com um valor de cerca de 113€/ha. De “2005” para “2014” os custos de produção aumentaram de uma forma geral cerca de 30%, enquanto o preço do milho aumento apenas 18%. No entanto, houve um significativo incremento da produtividade para cerca de 12736Kg/ha (correspondente a um aumento de 48%), que compensou este aumento dos custos de produção. Para este triénio continuámos a ter em consideração na conta cultura o pagamento complementar às culturas arvenses de 6,5€/t, que corresponde ao valor pago em 2014 na NUT Alentejo.

## **5.2. O tomate para indústria**

### **5.2.1 Evolução da área e da produção de tomate indústria na NUT Alentejo**

A superfície agrícola ocupada anualmente com tomate para indústria, não é, e nunca foi tão elevada como a do milho. No entanto, desde a inauguração dos primeiros perímetros de rega públicos no Alentejo, na segunda metade do século passado, que o tomate tem sido uma cultura de grande importância no rendimento dos agricultores alentejanos, nomeadamente dos pequenos e médios agricultores, que conseguiram através desta cultura, intensiva e portanto susceptível de se realizar em pequenas parcelas, aumentar o rendimento das suas famílias, e assim desenvolver e alargar as suas explorações. Além disso, o tomate indústria é uma cultura que promove directamente a criação de postos de trabalho, por ter sido uma cultura com grande necessidade de mão-de-obra tanto na sua componente de produção, como nas agro-indústrias que hoje estão reduzidas a muito poucos e muito grandes grupos empresariais, mas que no passado constituíam um grande número de indústrias mais pequenas, privadas ou de cooperativas agrícolas, estabelecidas localmente, e geradoras de emprego em quase todo o Alentejo que dispunha de abastecimento de água para rega.

A produção de tomate indústria em Portugal esteve sempre muito concentrada na região aqui tratada. Em “1999” cerca de 83% da área ocupada por esta cultura estava na NUT Alentejo, e em “2014” este valor continuava a ser de cerca de 80%.

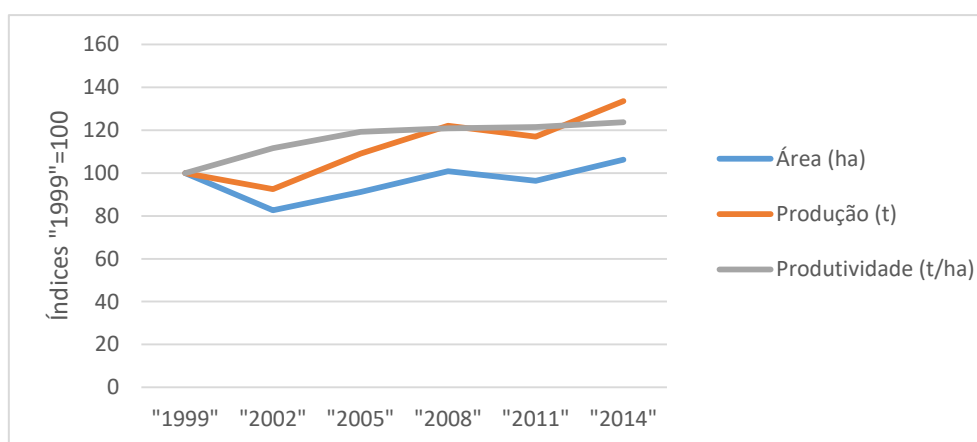
*Quadro 19. Área de Tomate Indústria em Portugal e no Alentejo*

| ha              | Área de Tomate Indústria em Portugal e no Alentejo |        |        |        |        |        |
|-----------------|--|--------|--------|--------|--------|--------|
|                 | "1999"   | "2002" | "2005" | "2008" | "2011" | "2014" |
| <b>Portugal</b> | 15232  | 11947  | 13575  | 15293  | 15298  | 16859  |
| <b>Alentejo</b> | 12630  | 10444  | 11513  | 12744  | 12165  | 13418  |

Fonte: INE

De facto, não houve para a totalidade do período aqui estudado uma grande variação na área destinada ao tomate para indústria. Verificaram-se sim algumas oscilações, que resumimos aqui do seguinte modo:

- Entre “1999” e “2002”, a área de tomate indústria diminui cerca de 17%, diminuição esta verificada nos anos 2000 e 2001;
- A partir de “2002” a área de tomate começou a aumentar, de forma mais ou menos regular até “2008”, tendo atingido neste triénio uma área da ordem da que tínhamos em “1999”;
- Decresceu ligeiramente entre “2008” e “2011” (-5%), mas voltou a aumentar entre “2011” e “2014”, sendo neste momento até superior à área de “1999”, muito devido ao aumento registado em 2014 e 2015, primeiro ano de aplicação da Reforma da PAC de 2013.



*Figura 7. Evolução da Área, Produção e Produtividade do Tomate Indústria*

Fonte: INE

Em relação à ocupação de área por esta cultura, é ainda de referir, que segundo os nossos cálculos com base em dados do IFAP, estimamos que enquanto em 1999, cerca de 60% da área de tomate estava concentrada na NUT III – Lezíria do Tejo, e portanto no Ribatejo, esse valor em 2014 será de cerca de 82%. Não se ficando a dever esta diminuição da área de tomate no sul à diminuição das área de regadio, que como sabemos aumentou bastante devido à inauguração e posteriores alargamentos do perímetro de rega de Alqueva, é da nossa opinião que se deverá ao encerramento das fábricas de transformação do tomate nos distritos de Beja e Évora, e a sua concentração e monopolização no Ribatejo, aumentando muito a distância entre as explorações e a agro-indústria, o que conjugado com o aumento do custo unitário de transporte do produto do campo para agro-

indústria, tornou esta cultura economicamente insustentável para um grande número de produtores (principalmente pequenos agricultores) do Alentejo.

Entre “1999” e “2005”, a produtividade média do tomate indústria no Alentejo, passou de cerca de 67 toneladas por hectare para cerca de 80 toneladas por hectare, o que representa um ganho de 19%, que a partir de “2005” estabilizou, tendo aumentado apenas 4% até “2014”.

Em relação ao preço do tomate, e apesar das ajudas ligadas terem diminuído ao longo do período, o que verificamos a partir da análise do Quadro 22, é a contínua diminuição do preço. Mesmo a preços correntes, o preço do tomate em “2014” foi mais baixo do que em “1999”, 74€/t e 89€/t respectivamente, o que significa uma redução de 17% em termos nominais e de 40% em termos reais.

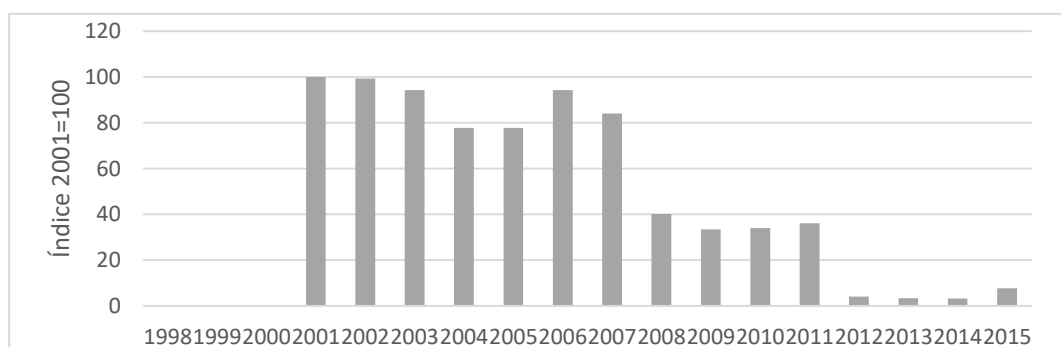
*Quadro 20. Preço médio do Tomate Indústria*

| €/t          | "1999" | "2002" | "2005" | "2008" | "2011" | "2014" |
|--------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| P. Correntes | 89,0   | 80,2   | 77,8   | 76,7   | 68,3   | 74,1   |
| P. Reais     | 86,1   | 69,6   | 61,6   | 56,2   | 49,2   | 51,8   |

Fonte: IFAP e AGRO.GES

No que diz respeito à atribuição de subsídios, e particularmente das ajudas ligadas à produção, o sector do tomate sempre foi e continua a ser tratado como um caso muito particular.

Até ao ano 2000, as ajudas eram concedidas às indústrias transformadoras de tomate, e pagas ao produto acabado (no triénio “1999” a ajuda foi em média 21,33€/100 Kg de produto acabado) na condição de pagarem pela matéria-prima contratada um valor pelo menos igual ao preço mínimo regularmente fixado, pelo que na nossa análise não consideramos qualquer tipo de ajuda aos produtores nesses anos, mas sim o preço praticado pelas indústrias, e que deverá reflectir o efeito dessas ajudas. A partir de 2001, entrou em vigor uma ajuda directa paga por tonelada de tomate fresco, atribuída às OPs (que posteriormente pagavam aos produtores), que foi até 2007 de 34,5€/t, e que aqui se encontra multiplicada pela produtividade média de cada ano, de modo a poder ser comparada com os anos seguintes em que as ajudas foram concedidas por hectare elegível. Este tipo ajuda entrou em vigor a partir de 2008 e vigorou até 2011, período em que 50% das ajudas ao tomate foram desligadas da produção, e portanto passaram a integrar o RPU (com base nos anos de referência 2004, 2005 e 2006), e os restantes 50% continuaram ligadas à produção, num pagamento pago directamente à área elegível, e em que o valor médio nestes quatro anos foi de 1105€/ha.



*Figura 8. Evolução das ajudas ligadas à produção do tomate*

Fonte: IFAP

Nas campanhas de 2012 a 2014, as ajudas ao tomate foram totalmente desligadas, com base nos hectares inscritos nos anos 2008, 2009 e 2010, passando a haver apenas um prémio à melhoria da qualidade do tomate, de 1,33€/t.

No âmbito das negociações da Reforma da PAC de 2013, e apesar de quase todas as ajudas à agricultura terem continuado desligadas, Portugal decidiu implementar uma ajuda ligada ao tomate, com um pagamento feitos aos produtores de 240€/ha, que passou a vigorar a partir de 2015.

### 5.2.2 A Evolução do rendimento associado ao tomate indústria

A metodologia usada na análise do rendimento associado ao tomate, foi precisamente a mesma da usada para a cultura do milho, quer no que diz respeito às produtividades, preços e ajudas que usámos, tanto à determinação e valor das operações culturais, consumos intermédios e custos variáveis e fixos dos equipamentos de rega, como aos índices de preços usados para chegarmos aos custos de produção de “2005” e “1999”.

*Quadro 21. Resultados das contas cultura do Tomate*

| €/ha   | RT (Receitas Totais) | CT (Custos Totais s/renda) | RFE     |
|--------|----------------------|----------------------------|---------|
| "1999" | 5.978,3              | 3.981,9                    | 1.996,4 |
| "2005" | 8.937,0              | 4.782,3                    | 4.154,7 |
| "2014" | 6.402,2              | 5.930,1                    | 472,1   |

Fonte: Autor. Contas culturas especificadas no Anexo VIII

Como podemos observar no Quadro 21, existem grandes discrepâncias entre os rendimentos obtidos nos três triénios em causa. Estas diferenças devem-se sobretudo às grandes mudanças referidas anteriormente nas ajudas ligadas à produção, e ao não acompanhamento dos preços do tomate, em relação por um lado ao aumento dos custos de produção, e por outro às mudanças na atribuição de subsídios, nomeadamente das ajudas desligadas introduzidas em 2008, e que não foram contempladas pela nossa análise.

Em “1999”, o RFE da cultura do tomate segundo as nossas contas, seria na ordem dos 1996€/ha. Tal como já foi referido, nestes anos não houve uma ajuda directa aos produtores, mas sim uma ajuda aos transformadores de tomate, que por sua vez eram obrigados a pagar aos produtores um preço mais elevado pela matéria-prima. Este preço (88,96€/t), é de facto o valor mais alto do tomate em todo o período estudado, e portanto dada a baixa produtividade destes anos (67t/ha em média), consideramos ser este o factor responsável pelo rendimento considerável obtido pelos produtores de tomate nestes anos.

O triénio “2005” é sem dúvida o triénio por nós estudado que reúne mais particularidades. Enquanto os custos de produção aumentaram cerca de 20%, as receitas totais aumentaram quase 50%, o que significa que o rendimento do tomate aumentou cerca de 108% entre estes dois triénios. Sem dúvida que o factor responsável por este enorme incremento no rendimento foi a mudança da forma de atribuição das ajudas directas a partir de 2001, passando do prémio atribuído entregue aos transformadores para uma ajuda atribuída às OPs, e paga aos produtores por tonelada produzida (34,5€/t). Tendo em conta os ganhos de produtividade que também houveram (em “2005” a produtividade média do tomate foi de 80t/ha), o valor desta ajuda andou na ordem dos 2700€/ha, o que representa cerca de 65% do RFE, e 30% das receitas totais. Sem esta ajuda, o RFE seria de 1446€/ha, e as receitas totais seriam de 6229€/ha, valor até superior ao das receitas em “1999” devido aos ganhos de produtividade alcançados (19%), que compensaram a quebra de 13% no preço.

Em “2014” os custos de produção do tomate aumentaram de uma forma geral cerca de 24%, enquanto as receitas por nós calculadas com base na produtividade e preço médio deste triénio, diminuíram cerca de 28%. Esta grande quebra deve-se quase exclusivamente às mudanças nas ajudas directas concedidas a este sector, dado que o pequeno ganho de produtividade (4%) quase que compensou a quebra no preço do tomate fresco (-5%). De referir, que para a conta cultura realizada para “2014” foi considerada a ajuda praticada a partir de 2015 (240€/ha) para de certa forma conseguirmos verificar o impacto da política em vigor actualmente. No entanto, e como já foi explicado atrás, a partir de 2012 a anterior ajuda ligada ao tomate passou a ser totalmente desligada, e portanto passou a integrar o RPU, passando em 2015 para o RPB (Regime de Pagamento Base) de cada produtor. Assim este pagamento ligado iniciado em 2015, é ainda um pagamento complementar a este sector, que apesar dos produtores com histórico desta cultura já beneficiarem de um considerável pagamento desligado, foi considerado como um pagamento necessário à competitividade do sector, nomeadamente das indústrias transformadoras de tomate.

### 5.3 O arroz

#### 5.3.1 Evolução da área e da produção de arroz na NUT Alentejo

O arroz é uma cultura muito particular no nosso país, e de certo modo, em todos os lugares onde é realizada. Em termos alimentares trata-se da base da dieta alimentar de mais de metade da população mundial, especialmente dos povos asiáticos em que o consumo ultrapassa os 100 Kg por pessoa. Portugal, é o país europeu que tem o valor de consumo *per capita* mais elevado, de cerca de 15,4 Kg.

O arroz é no nosso país uma cultura com uma grande importância e impacto agro-ambiental. Em primeiro lugar é uma cultura com necessidades edáficas especiais, principalmente no que diz respeito à impermeabilidade e nivelamento do solo, e por outro lado de disponibilidade de água para rega, dado que é uma cultura altamente consumidora de água, pelo que em Portugal apenas pode ser realizada em zonas muito específicas. Em segundo lugar, a produção de arroz é a base de um sector importante da nossa agro-indústria, nomeadamente de indústrias locais associadas à secagem, transformação e comercialização do arroz.

Como podemos verificar no Quadro 24, a área de arroz tanto no Alentejo pouco tem evoluído. Entre “1999” e “2014” aumentou cerca de 8%, mas sem grandes oscilações ao longo do período, tendo-se registado apenas um aumento considerável entre “2005” e “2008” (10%) e uma diminuição de cerca de 1123ha entre “2011” e “2014”.

Quadro 22. Área de Arroz em Portugal e no Alentejo

| ha              | "1999" | "2002" | "2005" | "2008" | "2011" | "2014" |
|-----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| <b>Portugal</b> | 25.395 | 25.270 | 24.964 | 27.236 | 30.577 | 29.358 |
| <b>Alentejo</b> | 16.708 | 16.749 | 16.486 | 18.204 | 19.243 | 18.120 |

Fonte: INE

Esta reduzida variação, pode ser explicada pelas necessidades edáficas e de água de rega especiais referidas acima, e também pela difícil adaptação de outras culturas a solos anteriormente cultivados com arroz, pela crescente impermeabilidade que se vai manifestando, e por ser dispendioso e difícil destruir os canteiros necessários à produção de arroz, e incompatíveis com a produção de outras culturas de regadio.

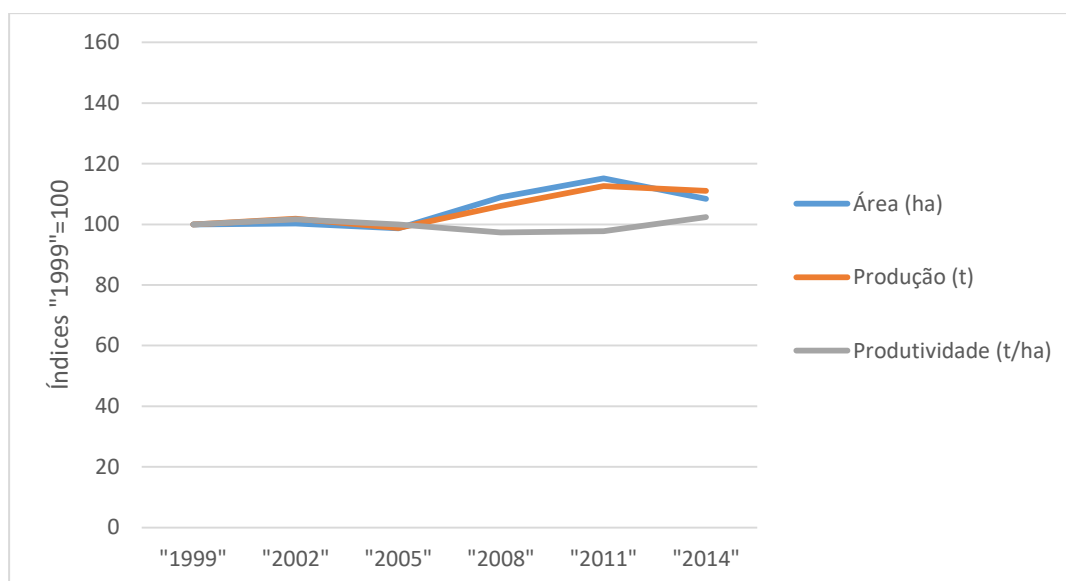


Figura 9. Evolução da Área, Produção e Produtividade do Arroz

Fonte: INE

Outro factor importante a referir é a estagnação da produtividade do arroz, contrariamente ao que temos verificado noutras culturas. Em “1999” segundo dados do INE a produtividade desta cultura no Alentejo foi de 6134 Kg/ha e em “2014” foi de 6283 Kg/ha, aumento muito pouco significativo, não tendo sequer havido nenhum triénio durante todo este período em que produtividade média tenha oscilado mais do que 3%. Apesar de terem havido alguns progressos, principalmente a nível da construção e nivelamento dos canteiros, o que permitiu ganhos de escala, por se poderem construir canteiros com áreas maiores, e portanto o uso de tractores e alfaia maiores, a rega do arroz continua a ser realizada por alagamento, devido à necessidade de regulação da temperatura que o arroz necessita, e portanto todas as operações de aplicação de adubos e herbicidas continuam a ser difíceis e por vezes pouco eficazes, o que poderá ser a causa da estagnação da produtividade do arroz.

Quadro 23. Preço médio do Arroz

| €/t          | "1999" | "2002" | "2005" | "2008" | "2011" | "2014" |
|--------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| P. Correntes | 299,1  | 299,4  | 201,4  | 295,2  | 281,6  | 235,6  |
| P. Reais     | 289,5  | 260,0  | 158,7  | 216,4  | 203,0  | 164,7  |

Fonte: Eurostat

No que diz respeito ao preço do arroz, decresceu entre “1999” e “2014” cerca de 21% a preços correntes, e cerca de 43% a preços reais. Tal como já tínhamos referido, o arroz teve até 2005 um preço de intervenção de 298,5€/t, passando em 2005 para 150€/t. Curiosamente o triénio em que o preço do arroz foi mais baixo foi precisamente “2005”, principalmente o ano 2004 (166€/t), em que o prémio específico para o arroz foi muito mais elevado (1007€/ha) do que nos anos anteriores, como veremos de seguida.

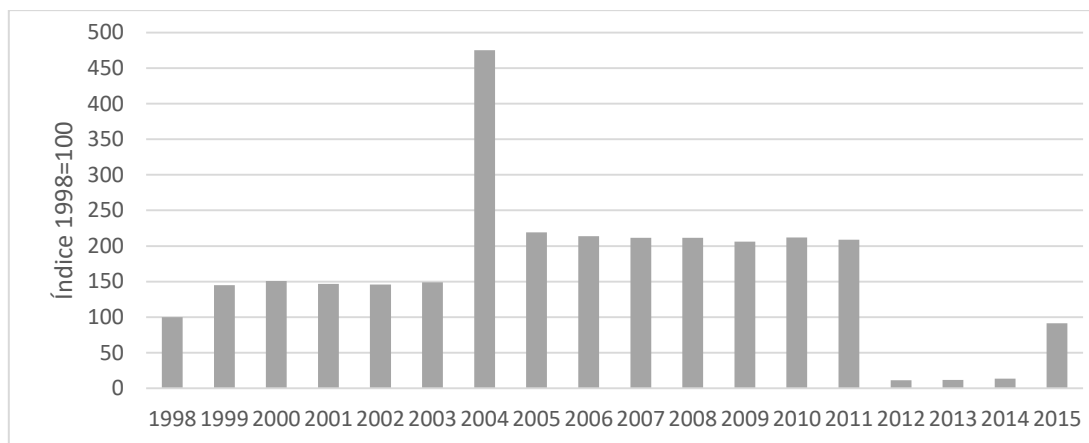


Figura 10. Evolução das Ajudas Ligadas à Produção do Arroz

Fonte: Eurostat

No início do período em estudo, estava estabelecido um prémio específico para o arroz, atribuído por área elegível de 318,5€/ha, que devido a pequenas flutuações nas áreas elegíveis, variou no Alentejo entre 307€/ha e 320€/ha, até 2003. Em 2004, houve um grande aumento no prémio específico ao arroz, tal como referimos acima, por ser o ano de transição para a PAC pós-2003 (Artigo 71º e Artigo 80º do Regulamento 1782/2003). Em 2005, primeiro ano de aplicação da Reforma de 2003, o valor atribuído por hectare elegível passou para 453,75€/ha, que na realidade nunca chegou bem a esse valor devido a pequenas oscilações na área total elegível, mas que no caso do Alentejo também não foi em nenhum ano inferior a 416,5€/ha (2011). A partir de 2005 passou também a haver um pagamento complementar ao arroz por tonelada comercializada, semelhante ao das culturas arvenses, que variou entre 4,3€/t em 2011 e 2,23€/t em 2009, e que está incluído nesta nossa análise, através do produto entre este valor em cada ano pela produtividade média do arroz no Alentejo em cada ano.

Em 2012, e de acordo com o Despacho 8245/2011, o prémio específico ao arroz foi totalmente integrado no RPU, tendo como referência os anos 2006, 2007 e 2008. Manteve-se no entanto o prémio complementar à qualidade e comercialização, sendo que o valor fixado foi de 4,8€/t, mas que no Alentejo nunca atingiu esse valor, tendo sido em 2014 de 4,59€/t, e que nesta análise continuou a ser considerado. Com a Reforma de 2013, voltou a ser introduzido um Pagamento Específico por Superfície ao Arroz, que foi fixado em 194€/ha, e que foi recriado, com o objectivo de combater o abandono da actividade, e manter o abastecimento das indústrias de transformação.

### 5.3.2 A Evolução do rendimento associado ao arroz

A evolução do rendimento associado à cultura do arroz tem desde 1998 e segundo as nossas contas, apresentado um comportamento bastante negativo. Enquanto os custos totais têm aumentado, fruto do aumento dos preços dos factores de produção, as receitas têm diminuído bastante, como consequência por um lado da grande quebra do preço entre “1999” e “2005”, e por outro do grande decréscimo das ajudas ligadas de “2005” para “2014”.

Quadro 24. Resultados das Contas Cultura do Arroz

| €/ha   | RT (Receitas Totais) | CT (Custos Totais s/renda) | RFE    |
|--------|----------------------|----------------------------|--------|
| "1999" | 2.114,7              | 1.232,2                    | 882,5  |
| "2005" | 1.694,1              | 1.530,9                    | 163,2  |
| "2014" | 1.674,3              | 1.980,6                    | -306,4 |

Fonte: Autor. As contas culturas estão especificadas no Anexo IX

Em "1999", fruto dos preços elevados (299,1€/t), acrescido de um Pagamento Específico ao Arroz, que foi em média de 280€/ha, e tendo em conta que os custos de produção foram os mais baixos de todo o período estudado (1232,2€/ha), este foi também o triénio em que o rendimento empresarial foi o mais elevado, de aproximadamente 880€/ha.

Em "2005", o RFE continuou a ser positivo (163,2€/ha), mas que se deve apenas, segundo os nossos cálculos, à grande ajuda ligada à produção de arroz, de 435€/ha (retirámos a ajuda de 2004, por ser um ano atípico), acrescida da ajuda à comercialização do arroz, de cerca de 4€/t, que tendo em conta a produtividade média de "2005" (6130Kg/ha), andou na ordem dos 24,5€/ha. Dado o grande decréscimo do preço do arroz em relação a "1999" (-33%), e a não compensação através de ganhos de produtividade que se manteve, e o aumento dos custos de produção totais que foi em média de 24%, se não tivesse sido o grande aumento das ajudas ligadas (de 64%), o RFE em "2005" seria já consideravelmente negativo (-296€/ha).

Entre "2005" e "2014", os custos de produção totais do arroz aumentaram quase 30%. Por outro lado o preço médio do arroz aumentou apenas cerca de 17% (para 235,6€/t), e a produtividade média teve um aumento não significativo de 2%. Posto isto, e com base nos cálculos realizados com o valor das ajudas do ano 2015 (para conseguirmos ter em consideração as medidas tomadas na Reforma de 2013), o RFE foi em "2014" bastante negativo. Tendo acabado o pagamento à qualidade e comercialização do arroz, a única ajuda ligada que se mantém no período 2015-2020 foi o Pagamento Específico por Superfície ao Arroz de 194€/ha, o que segundo as nossas contas não é suficiente para tornar o arroz uma cultura rentável do ponto de vista empresarial. Claro, que teremos que ter em conta que a partir de 2012, o antigo Prémio Específico ao Arroz foi integrado no RPU, e portanto em 2015, e apesar dos reajustes na transição para o RPB e que continuarão até 2019, esse montante continuou a ser transferido para os produtores de arroz através deste pagamento base. No entanto, e seguindo a linha de análise das restantes culturas este pagamento não tem como condicionalidade a obrigatoriedade de realizar a cultura instalada nos anos de referência. Contudo, e tendo em conta as condicionalidades e necessidades já mencionadas no capítulo anterior, parece-nos que neste caso concreto, o pagamento desligado não terá assim tanta influência no abandono da actividade, por três principais razões:

1. Os solos em que se realiza esta cultura, são maioritariamente solos hidromórficos, ou seja são solos que apresentam um horizonte impermeável (o que possibilita a rega por alagamento), no entanto, com a realização contínua ano após ano da cultura do arroz, esta característica dos solos vai-se acentuando cada vez mais, tornando-os de tal forma hidromórficos que se torna difícil a realização de outras culturas, com produtividades elevadas;



2. A readaptação dos agricultores que estavam muito vocacionados para a produção de arroz, tanto em termos de *Know how*, como de equipamentos, e até da construção de canteiros e ordenamento das suas explorações, seria difícil e muito dispendiosa;
3. Por fim, o Pagamento Específico por Superfície ao Arroz de 194€/ha, apesar de ser segundo as nossas contas, bastante baixo em relação ao que seria necessário para a cultura do arroz ter um rendimento aceitável, é uma ajuda que só podem beneficiar em cada ano, os produtores que de facto semeiam arroz nesse mesmo ano, e que, e tendo em conta os dois pontos anteriores, pensamos que contribua para a manutenção da actividade no curto prazo dos agricultores que por um lado forem conseguindo obter produções um pouco mais elevadas do que a produtividade média do Alentejo (aqui utilizada), e por outro lado conseguirem reduzir alguns custos de produção, nomeadamente através de ganhos de escala, ou da utilização de mão-de-obra familiar.

## 5.4 O olival

### 5.4.1 Evolução da área e da produção de olival na NUT Alentejo

O olival tem sido nos últimos anos a cultura que mais tem aumentado no Alentejo, em áreas de regadio anteriormente ocupadas por outras culturas, mas especialmente nas novas áreas de regadio, em que destacamos o perímetro de rega de Alqueva. Em 2016, segundo o Anuário Agrícola de Alqueva, esta cultura ocupou uma área de cerca de 35000 ha, ou seja cerca de 56% da área infraestruturada, sendo que, só desde 2012 a 2016 a área de olival aumentou cerca de 130% nesta zona (passando de 15000 ha para 35000 ha).

Contudo a área de olival na NUT Alentejo, não está de maneira nenhuma confinada ao perímetro de rega de Alqueva. A área ocupada por olival no Alentejo representa cerca de 51% da área de olival nacional, sendo que as regiões que se seguem são o Norte e Centro. Aliás, os números acima referidos para o perímetro de Alqueva, não são representativos de toda a região Alentejo, em que no período por nós estudado o aumento da área foi apenas de 14% em relação a “1999”.

*Quadro 25. Área de Olival em Portugal e no Alentejo*

| Área de Olival em Portugal e no Alentejo |         |         |         |         |         |         |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| ha                                       | "1999"  | "2002"  | "2005"  | "2008"  | "2011"  | "2014"  |
| <b>Portugal</b>                          | 361.218 | 355.237 | 347.868 | 346.236 | 345.398 | 351.820 |
| <b>Alentejo</b>                          | 158.643 | 159.816 | 167.537 | 173.524 | 175.561 | 180.196 |

Fonte: INE

De facto, o que aconteceu foi que houve uma profunda reconversão e reestruturação dos olivais antigos e tradicionais, cultura já com tradição no Alentejo e Ribatejo, que foram arrancados ou abandonados, dando lugar a olivais modernos, regados e realizados em modo intensivo (400 árvores/ha) e super-intensivo (1900 árvores/ha), possibilitando um aumento exponencial da produtividade e consequentemente da produção de azeite.

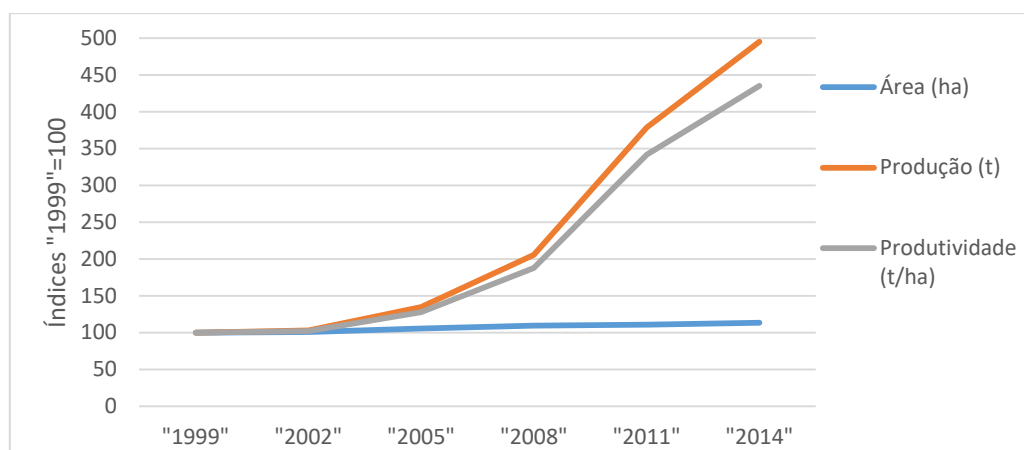


Figura 11. Evolução da Área, Produção e Produtividade do Olival no Alentejo

Fonte: INE

No entanto, e apesar do enorme incremento na produtividade do olival que podemos observar na Figura 12, temos que ter em conta que a produtividade média aumentou a esta velocidade, por um lado graças às reconversões e novos modos de produção já falados, mas por outro por a produtividade média partir de valores muito baixos (481 Kg/ha de azeitona em “1999”), que apesar de ter mais que quadruplicado até “2014”, continua a ser de aproximadamente 2100 Kg/ha de azeitona, muito abaixo do potencial produtivo destes novos olivais de regadio, intensivos e super-intensivos que poderemos considerar andar na ordem dos 10000 Kg/ha. Este facto deve-se a ainda existir uma grande área de olivais antigos, de sequeiro e pouco densos, e portanto, muito pouco produtivos. Em 2009, no último Recenseamento Agrícola, e apesar de ser já um ano muito pouco representativo para nós por ter havido até aos nossos dias um grande aumento da produtividade do olival, apenas 33% da área total (de olival) estava ocupada com olivais de regadio.

Assim, poderemos dizer que o olival é o grande caso de sucesso da agricultura de regadio do Alentejo. É a única cultura que em pouco mais de dez anos (desde “2002”), conjugando o grande aumento de produtividade e um pequeno aumento de área, quase que quintuplicou a sua produção em quantidade. Queremos ainda realçar que apesar do crescimento tanto da produtividade como da produção de azeitona ter começado em “2002” (9%/ano entre “2002” e “2005”), e a partir de “2005” a 15%/ano, foi a partir de “2008” que a produção mais cresceu, tendo apresentado uma taxa média de crescimento anual de 23%/ano entre “2008” e “2011”, e apesar de ter abrandado entre “2011” e “2014” (9%/ano) pensamos que a produção de azeite em Portugal continuará a crescer nos próximos anos.

Quadro 26. Preço médio do Azeite

| €/Kg         | "1999" | "2002" | "2005" | "2008" | "2011" | "2014" |
|--------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| P. Correntes | 1,7    | 1,9    | 2,7    | 2,3    | 2,0    | 2,9    |
| P. Reais     | 1,7    | 1,7    | 2,1    | 1,7    | 1,4    | 2,0    |

Fonte: Casa do Azeite

No Quadro 30 observamos, que o azeite é o único produto em que a evolução do preço tem sido tendencialmente crescente. Apesar das oscilações, com especial destaque para o grande aumento do preço em “2005” e a ligeira descida em “2011”, o azeite em “2014” tem um preço 71% superior em relação a “1999” a preços correntes e 18% a preços reais. No entanto, no que diz respeito às ajudas ligadas à produção assistimos a

uma redução quase constante do montante, tendo mesmo sido completamente extintas a partir de 2015 (Figura 12).

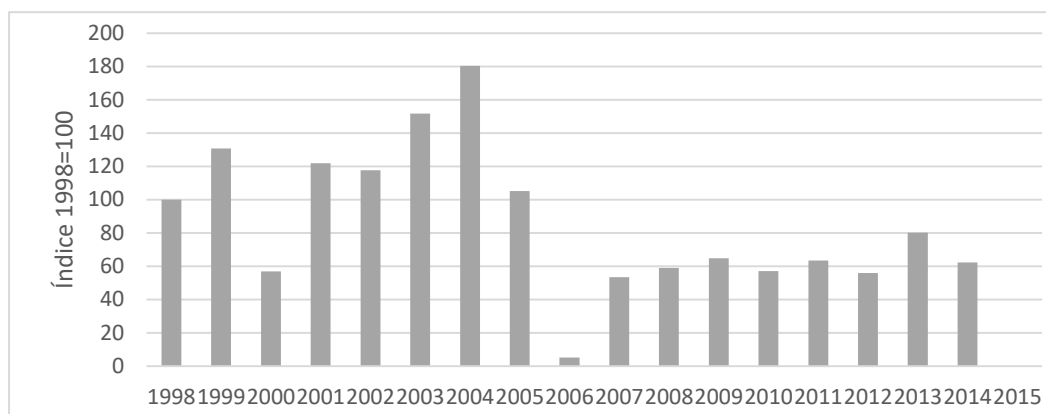


Figura 12. Evolução das Ajudas ligadas ao azeite

Fonte: IFAP

Em 1998, a Ajuda à Produção de Azeite, teve no Alentejo um valor aproximado de 930€/t de azeite, tendo sido 40% superior e 30% inferior em 1999 e 2000 respectivamente. A partir de 2001, entrando em vigor as medidas tomadas na Agenda 2000, em que o azeite passaria a receber uma ajuda de 1322€/t de azeite, mas que segundo os nossos cálculos baseados em dados do IFAP, andou sempre na ordem dos 1296€/t, com excepção de 2005 que foi de 1275€/t. A partir de 2006, primeiro ano de aplicação da Reforma de 2003 ao sector do azeite, as ajudas foram desligadas em cerca de 90%, com base no histórico dos anos 1999,2000,2001 e 2002, e cerca de 10% do envelope destinado a este sector foi canalizado para um Prémio Complementar ao Azeite, que ficando decidido que seria de 180€/t de azeite, foi segundo os nossos cálculos muito inferior em 2006 (33€/t) e bastante superior entre 2007 e 2010 (entre 439 e 201€/t), tendo sido a partir de 2011 de 166€/t com uma ligeira diminuição nos anos seguintes, e um ligeiro aumento em 2014, passando a inexistir a partir de 2015, com a entrada em vigor da Reforma da PAC de 2013.

#### 5.4.2 A Evolução do rendimento associado ao olival

O estudo da evolução do rendimento associado à cultura do olival é, dado a região que estamos a analisar e as grandes mudanças tecnológicas que se registaram muito especialmente neste período, mais complexo em relação às restantes culturas. Deste ponto de vista e por ser complicado estimar com precisão a proporção de área de cada modo de produção do olival (tradicional, intensivo e super-intensivo) e a evolução da produtividade associada a cada um destes modos de produção, decidimos estudar a evolução do rendimento associado ao modo de produção super-intensivo, que apesar de em “1999” ainda haver uma área muito reduzida no Alentejo, parece-nos que no fim do período em estudo, e nos próximos anos, ou seja a curto-médio prazo, este será o principal modo de produção escolhido pelos olivicultores portugueses, que não apresentem limitações no que diz respeito à disponibilidade de água. Pensamos que esta escolha, em relação aos restantes sistemas de produção, assenta e continuará a assentar nas seguintes causas principais:

- a escassez e o custo elevado de mão-de-obra, muito necessária para certas operações associadas aos olivais tradicionais e intensivos, como a poda, mas principalmente a colheita, que no olival super-intensivo é uma

operação mecanizada, e portanto o custo associado à colheita tem um custo de menos 50% em relação ao custo de colheita do olival intensivo em que a colheita representa cerca de 45% dos custos totais;

- e por outro lado, de acordo com a experiência que os olivicultores já têm dos modos de produção intensivo e super-intensivo, sabemos que os olivais super-intensivos entram em produção mais cedo e com maiores produtividades, e por outro lado quando atingem o ano de plena produção apresentam um potencial produtivo mais elevado do que os olivais intensivos.

Assim, e com base em conversas com alguns olivicultores, decidimos fazer as estimativas das contas culturas do olival nos três triénios (“1999”, “2005” e “2014”) com base numa evolução de produtividades de 8500Kg/ha, 1000Kg/ha e 12000 Kg/ha de azeitona respectivamente, num rendimento em azeite de 15%, e nas médias das ajudas ligadas de cada triénio com excepção de “2014” em que não foi atribuída qualquer tipo de ajuda ligada, e que tal como nas outras culturas decidimos aplicar o regime em vigor a partir de 2015. É também importante referir que nos custos totais (CT) apresentados no Quadro 33, está incluído um custo de instalação do olival anualizado, com base num custo de instalação inicial de 10000€/ha (para “2014” e com a devida actualização para os restantes triénios), uma taxa de juro sobre o capital de 5%/ano, e um período de 10 anos para a amortização do investimento.

*Quadro 27. Resultados das Contas Cultura do Olival*

| €/ha   | RT (Receitas Totais) | CT (Custos Totais s/ renda) | RFE     |
|--------|----------------------|-----------------------------|---------|
| "1999" | 3.395,3              | 2.254,3                     | 1.141,1 |
| "2005" | 5.352,0              | 3.091,2                     | 2.260,8 |
| "2014" | 4.785,0              | 3.740,0                     | 1.045,0 |

Fonte: Autor. As contas culturas estão especificadas no Anexo X

O triénio “1999” foi o triénio aqui analisado em que o olival super-intensivo apresenta, segundo os nossos cálculos, receitas mais baixas. Apesar dos custos de produção serem também mais pequenos em relação aos restantes anos, o preço do azeite neste triénio (1,70€/Kg) é o principal factor responsável pelo baixo valor das receitas totais. É ainda de ressaltar, que neste período estava em vigor a Ajuda à Produção de Azeite e Azeitona de conserva, que segundo os nossos cálculos foi em média de 963€/t de azeite neste triénio, o que de acordo com a produtividade e funda usada, daria um valor de cerca de 1227€/ha, valor superior ao RFE (1141,1€/ha) para o mesmo período, o que significa que segundo os nossos cálculos o olival em modo de produção super-intensivo seria nesta altura uma cultura financeiramente deficitária, caso não houvesse esta ajuda ligada à produção.

Em “2005”, apesar de ser o triénio que já contempla o ano 2006, primeiro ano em que já não existiu a Ajuda à produção de Azeite, tendo sido integrada no RPU (que não é aqui contemplada), passando apenas a existir um Pagamento Complementar aos produtores de azeite com vista à melhoria do produto, que por sinal em 2006 foi bastante reduzido, este foi o triénio em que o rendimento do olival, segundo os nossos cálculos foi mais elevado. Este grande aumento do rendimento deve-se desta vez ao também grande aumento do preço do azeite (58% em relação a “1999”) que conjugado com um ligeiro aumento da produtividade por nós estimado, e um aumento dos custos de produção de “apenas” 38%, conjugado com a ajuda ligada, que foi em média de 868€/t de azeite (por estarem incluídos os valores de 2004 e 2005), fez

com que o olival fosse nestes anos, segundos a nossa análise, uma actividade altamente lucrativa, com um RFE de 2260€/ha e uma margem bruta (retirando os custos fixos associados à amortização do investimento) de 3568€/ha.

Em “2014”, apesar do ligeiro aumento do preço do azeite (7%) e da produtividade estimada (10%), registou-se uma diminuição do rendimento associado ao olival, fruto principalmente do fim das ajudas ligadas à produção por completo para este sector, e do aumento dos custos de produção de cerca de 21% em relação a “2005”.

No entanto, e apesar de se registar esta quebra, consideramos que o olival continua a ser uma cultura com uma margem de rentabilidade elevada em relação às restantes culturas estudadas, apresentando um RFE de 1045€/ha e uma MB de cerca de 2567€/ha.

## 5.5 A Vinha

### 5.5.1 Evolução da área e da produção de vinha na NUT Alentejo

Neste capítulo, em que pretendemos analisar a evolução do sector da vinha, tal como já o fizemos para outras culturas, dedicaremos a nossa atenção apenas para a vinha de uva para vinho, que representava em 2015 cerca de 98% da área total de vinha, e em 1998 cerca de 92% no Alentejo, e 97% em Portugal, pelo que daqui em diante passaremos a designar a esta cultura vocacionada para a produção de vinho apenas por vinha.

Esta é provavelmente a única cultura aqui estudada em que o Alentejo não é a região com a maior área produtiva em Portugal, dando lugar principalmente à região Norte, que detinha em “1999” cerca de 45% da área total de vinha e em “2014” cerca de 47%, seguida da NUT Centro onde em “1999” se encontrava cerca de 34% da área total de vinha e em “2015” cerca de 29%, vindo apenas em terceiro lugar a NUT Alentejo, com cerca de 15% e 18% respectivamente.

No entanto, não deixa de ser uma cultura de grande importância para a agricultura da região aqui tratada, tanto pela área que ocupa em termos absolutos, principalmente a partir dos anos mais recentes, pela crescente perda de rendimento dos cereais de sequeiro (a área de vinha em “2014” é cerca de 88% da área de trigo no Alentejo, enquanto em “1999” representava apenas cerca de 19%), e por outro lado pela sua elevada produtividade nesta região, fruto da maior parte das vinhas modernas no Alentejo serem de regadio e da utilização de castas estrangeiras (principalmente francesas) que em regadio são bastante produtivas.

*Quadro 28. Área de vinha para vinho em Portugal e no Alentejo*

| ha              | Área de Vinha em Portugal e no Alentejo |         |         |         |         |         |
|-----------------|---|---------|---------|---------|---------|---------|
|                 | "1999"                                  | "2002"  | "2005"  | "2008"  | "2011"  | "2014"  |
| <b>Portugal</b> | 214.838                                 | 210.542 | 200.264 | 184.872 | 177.211 | 176.912 |
| <b>Alentejo</b> | 31.134                                  | 33.306  | 33.444  | 32.901  | 32.225  | 31.929  |

Fonte: INE

No entanto, ao contrário da produtividade média que ao longo deste período cresceu cerca de 58% (enquanto em Portugal cresceu apenas 30%), passando de 4549 Kg de uva/ha para 7200 Kg/ha, a área total de vinha no Alentejo pouco se alterou (2,5%). Contudo, achamos estranho que a área de vinha tenha aumentado em “2002” e “2005”, mas que tenha começado a decrescer a partir de “2008”, dado a vinha ser uma cultura

permanente, que começa a produzir ao 2º ano mas que apenas entra em plena produção ao 4º/5º ano, e que começa a produzir uvas de alguma qualidade apenas alguns anos mais tarde.

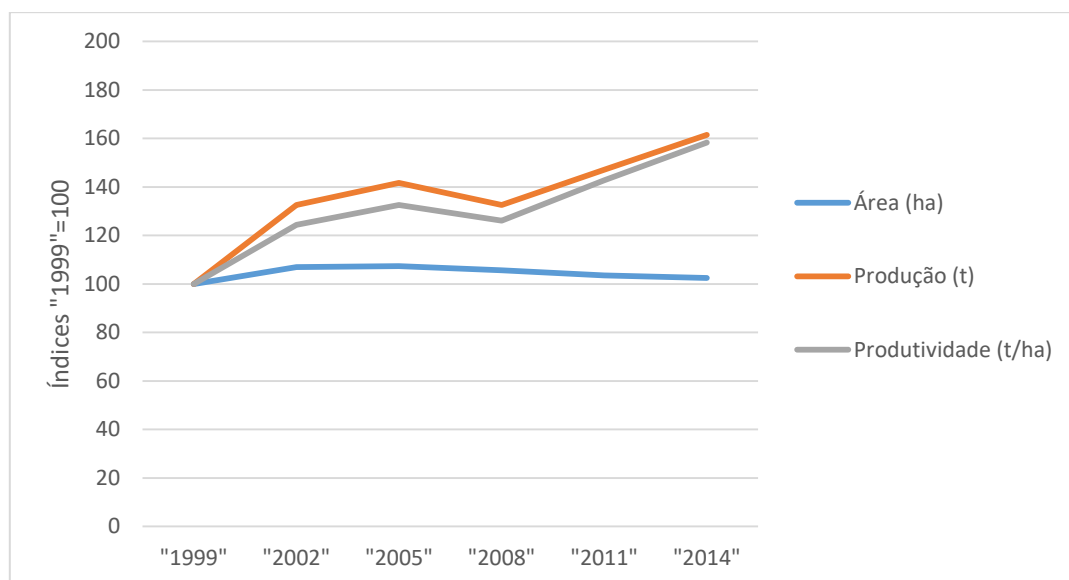


Figura 13. Evolução da Área, Produção e Produtividade da vinha para uva de vinho no Alentejo

Fonte: INE

Como seria de esperar, a produção de uva para vinho no Alentejo cresceu cerca de 61%, proporcionalmente ao aumento da produtividade, conjugado com o muito ligeiro aumento de área, tendo havido apenas uma regressão entre “2005” e “2008”, facto que poderá ser explicado por um número mais elevado de vinhas novas nestes anos, que através do programa Vitis têm vindo a substituir as vinhas mais antigas.

Esta pequena regressão entre “2005” e “2008” coincide precisamente com o intervalo de anos em que o preços da uva para vinho aumentaram significativamente (54%), segundo preços fornecidos por produtores de vinho alentejanos para o período 2007-2015 e estimados por nós para os restantes anos, através dos índices de preços calculados com base nas CEA do INE. Segundo estes cálculos, o preço da uva para vinho tem evoluído de forma positiva para os produtores, tendo apresentado um crescimento de 82% entre “1999” e “2014” a preços correntes e de 30% a preços reais.

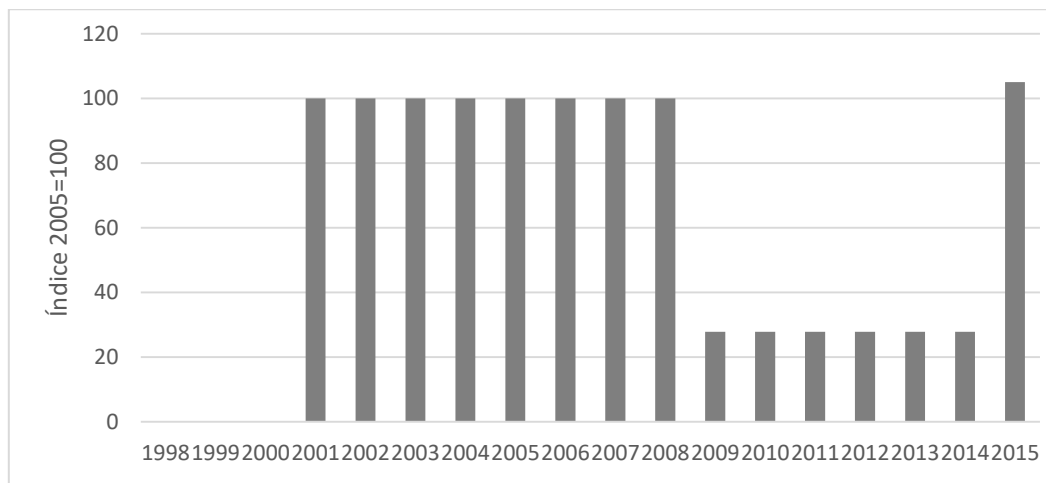
Quadro 29. Preço médio da uva para vinho

| €/Kg         | "1999" | "2002" | "2005" | "2008" | "2011" | "2014" |
|--------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| P. Correntes | 0,28   | 0,32   | 0,30   | 0,51   | 0,40   | 0,51   |
| P. Reais     | 0,27   | 0,27   | 0,24   | 0,37   | 0,29   | 0,35   |

Fonte: Sociedade Agrícola do Pigeiro e cálculos do autor

No que diz respeito às ajudas ao sector de produção de uva para vinho, e deixando portanto de parte ajudas à comercialização de vinho, constatamos que este sector sempre foi ajudado com base em medidas agro-ambientais, não tendo havido, de acordo com a nossa análise nenhum tipo de ajuda ligada à produção. Como tal, em relação à evolução destas ajudas, destacamos três diferentes principais períodos:

- Até 2001, considerámos na nossa análise, não ter havido qualquer tipo de ajuda directa à cultura da vinha, por estarmos nestes anos ainda numa fase inicial de implementação do Modo de Produção Integrada, que começou por ser aplicado no Alentejo às pomóideas, e não à cultura da vinha (Bandeiras 2002) ;
- No período 2001-2008, com o início do programa de desenvolvimento rural –RURIS – foi introduzido um pagamento considerável à produção Integrada (138€/ha para vinhas com mais de 25ha), que conjugado com o pagamento à medida – “Enrelvamento da entrelinha das culturas permanentes” (42€/ha) – permitiu passar a existir uma transferência de rendimento para os viticultores que cumprissem as condicionalidades destas medidas;
- A partir de 2009, com o fim do programa RURIS e início do PRODER (em vigor entre 2009 e 2014), o montante pago à medida “Modo de Produção Integrada” desceu consideravelmente (para 50€/ha para a mesma classe de área total), e a anterior medida – “Enrelvamento da entrelinha das culturas permanentes” – foi integrada no “Modo de Produção Integrada”, passando a inexistir um pagamento específico para esta medida;
- Em 2015, com a entrada em vigor do PDR 2014-2020, foi restabelecida medida específica – “Enrelvamento da entrelinhas das culturas permanentes” – que foi, é e será de 79€/ha para vinhas com áreas compreendidas entre 25 e 50 há, e é elegível para a cultura da vinha a medida – “Uso Eficiente da Água” que no caso de regantes de classe B com vinhas entre 20 e 50 há o pagamento atribuído é de 65€/ha, acrescentando ainda o pagamento à “Produção Integrada” de 45€/ha, o que somando, e de acordo com os nossos pressupostos dará um montante total de 189€/ha.



*Figura 14. Evolução das ajudas agro-ambientais da vinha*

Fonte: IFAP

### 5.5.2 Evolução do rendimento associado à vinha

Com base nos dados analisados acima, tentámos, tal como para as restantes culturas, estimar uma evolução do rendimento associado à cultura da vinha no Alentejo. Também nesta cultura não é simples arranjar um modelo que represente todas as vinhas desta região. Isto porque os custos de produção variam muito, em função do sitio onde se localiza, das castas usadas, da disponibilidade e uso de água para rega, e de decisões e

objectivos do próprio viticultor, como o tipo de vinho a que se destina a sua uva e o modo de produção em e técnicas culturais usadas, decisões que por sua vez também terão uma grande influência nos subsídios recebidos e no preço da uva vendida.

Assim, o modelo que optámos por analisar, e que está descrito em anexo, parte dos seguintes principais pressupostos:

- Foi considerada uma vinha com uma área superior a 25 ha;
- As produtividades usadas em cada triénio, bem como os preços da uva para vinho, foram os analisados no sub-capítulo anterior, apesar do erro associado ao facto das produtividades analisadas representarem as produtividades médias da região (das vinhas de sequeiro e regadio), e não apenas das vinhas de regadio;
- Foi considerado um custo de instalação da vinha de 13000€, um período de amortização de 20 anos e uma taxa de juro anual de 4%;
- Os consumos intermédios (quantidade e preços) foram fornecidos pela *AgroGes*, bem como o preço e quantidade de água usada (vinha de regadio);
- Tal como para as restantes culturas, todas as operações culturais foram estimadas com base em prestadores de serviços, e foram considerados sete tratamentos fitossanitários, vindima, desfolha e desponta mecânicas, e poda e desladioamento manuais.

*Quadro 30. Resultados das contas cultura da vinha*

| €/ha   | RT (Receitas Totais) | CT (Custos Totais c/ amortização e s/renda) | RFE    |
|--------|----------------------|---|--------|
| "1999" | 1.273,7              | 2.186,5                                     | -912,8 |
| "2005" | 1.989,0              | 2.799,1                                     | -810,1 |
| "2014" | 3.861,0              | 3.433,5                                     | 427,5  |

Fonte: Autor. As contas culturas estão especificadas no Anexo XI

Os valores negativos do RFE da cultura da vinha em "1999" e "2005" (Quadro 30), deve-se, de acordo com a nossa análise, aos preços da uva demasiado baixos usados para estes triénios. No entanto, estes foram os preços estimados com base nas CEA do INE, e portanto, partimos do princípio que estarão correctos.

Entre "1999" e "2005", o pequeno aumento do RFE deveu-se sobretudo à introdução dos pagamentos agro-ambientais aqui considerados (Produção Integrada e Enrelvamento da entrelinha das culturas permanentes) no valor total de 180€/ha, que contrariou a evolução negativa (-8,4%) que teria havido, sem a existência destes pagamentos, devido ao aumento mais acelerado dos factores de produção, principalmente das prestações de serviços (25%) e dos custos do investimento de implementação da vinha (59%), em relação ao aumento da produtividade da vinha (33%) e do pequeno aumento do preço da uva (7%).

No entanto, entre "2005" e "2014", o grande aumento da rentabilidade associada à vinha (140%) deve-se ao grande aumento de preço aqui considerado (70%), que conjugado com um aumento de produtividade de 19%, e o aumento dos pagamentos agro-ambientais de 5%, permitiu, fazer face ao aumento considerável dos custos de produção (23%), e fazer da vinha uma cultura lucrativa, de acordo com esta análise.



## 5.6 As pastagens permanentes

### 5.6.1 Evolução da área de pastagens permanentes na NUT Alentejo

Em “2014”, na NUT Alentejo, cerca de 1231410 ha estavam ocupados com prados e pastagens permanentes. É nesta região que se encontra cerca de 68% da área total de pastagens de Portugal, área esta que é cerca de 32 vezes maior do que a área de milho, 68 vezes superior à área de arroz, 7 vezes superior à área de olival e 90 vezes superior à área de tomate para indústria.

*Quadro 31. Área de prados e pastagens permanentes*

| ha              | Área de prados e pastagens permanentes |           |           |           |           |           |
|-----------------|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|                 | "1999"                                 | "2002"    | "2005"    | "2008"    | "2011"    | "2014"    |
| <b>Portugal</b> | 1.403.402                              | 1.469.197 | 1.725.097 | 1.782.973 | 1.800.593 | 1.816.590 |
| <b>Alentejo</b> | 874.475                                | 886.700   | 1.077.640 | 1.171.903 | 1.218.667 | 1.231.410 |

Fonte: INE

Como já tínhamos referido no capítulo 2, a área de pastagens em Portugal aumentou cerca de 30% entre 1999 e 2013, no entanto, no Alentejo, região que desde a década de 30 do século passado era considerada o Celeiro da Nação, pelas grandes áreas de trigo aí produzidas, essa diminuição foi mais acentuada, tendo atingido os 40%, sendo que 57% da SAU do Alentejo era em “2014” ocupada por pastagens permanentes, enquanto para a totalidade do país este valor é de “apenas” 49%.

As pastagens e os prados podem ser consideradas, tal como referimos no capítulo 2, como o “parente pobre da agricultura”, ou seja, como a última escolha dos agricultores de sequeiro cujos solos das suas explorações são maioritariamente pobres, e em que a partir de determinada altura, possivelmente caracterizada pelo fim das ajudas ligadas à produção, hipótese que analisaremos de seguida, a produção de cereais de sequeiro deixa de ser viável em detrimento de uma pecuária extensiva, principalmente composta por gado bovino, cujo prémio à vaca aleitante, continuou até 2014 100% ligado ao número de cabeças de gado. Além disso, e dentro da agricultura de sequeiro, a passagem de sistemas produtivos mais intensivos, para as pastagens permanentes, está muitas vezes relacionado com o abandono das terras e da agricultura, como a última etapa antes de abandonar a actividade, devido à perda de rentabilidade, principalmente das explorações de pequena dimensão.

Assim, e para tentarmos compreender as dinâmicas culturais que têm havido, torna-se importante analisarmos um pouco, quais os tipos de pastagens que mais têm aumentado. Da análise da Figura 15 verificamos que o aumento da área de pastagens em terra limpa entre 1999 e 2013 (60%) foi muito superior em termos relativos ao aumento das áreas sob-coberto (31%), apesar de em termos absolutos as pastagens em terra limpa terem aumentado cerca de 171 mil hectares e as pastagens sob-coberto 185 mil hectares na NUT Alentejo.

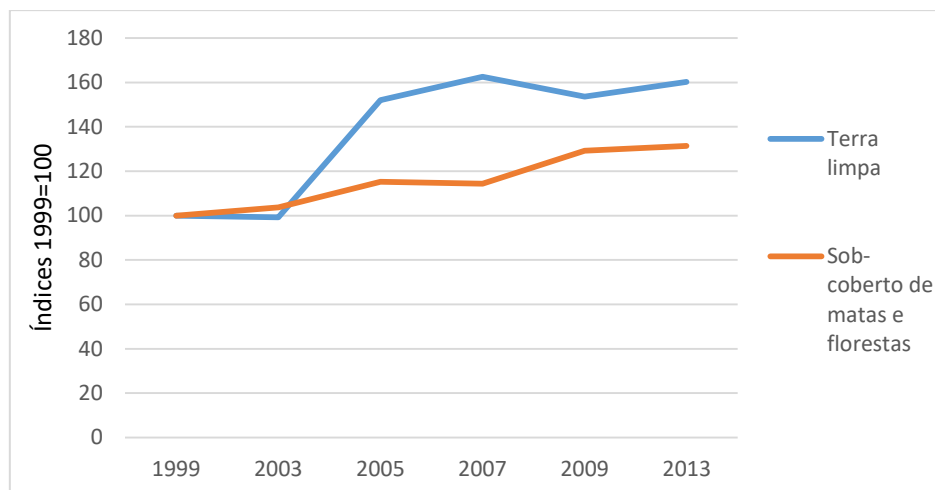


Figura 15. Pastagens em terra limpa e sob-coberto

Fonte: INE

É também importante notar os períodos em que as áreas de pastagens mais cresceram, sendo que facilmente verificamos que as pastagens em terra limpa tiveram um crescimento brutal de cerca de 50% de 2003 para 2005, que tal como já tínhamos sugerido atrás, este grande aumento foi consequência do desligamento das ajudas aos cereais de sequeiro. Quanto ao aumento registado nas pastagens sob-coberto entre 2003 e 2005, mas principalmente entre 2007 e 2009, deveu-se na nossa opinião à sucessiva perda de rendimento associada aos cereais menos produtivos como a aveia e triticales conjugado também com a sucessiva perda de rendimento associado à produção pecuária, e à escassez de mão-de-obra especializada no caso dos pequenos ruminantes, levando à sua extensificação, deixando de ser necessário e rentável produzir este tipo de cereais que serviriam a maior parte das vezes de alimento para os animais, e de se realizarem forragens também para a alimentação animal, passando essas áreas para pastagens naturais.

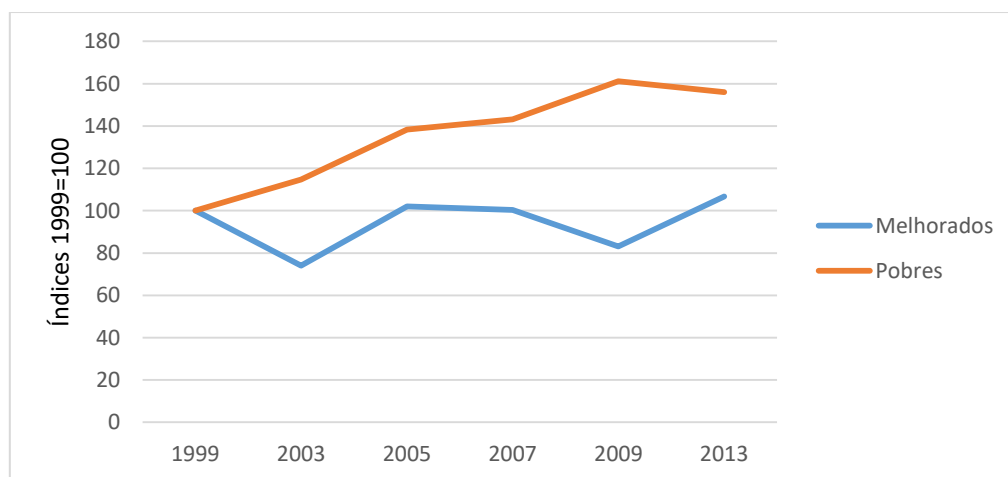


Figura 16. Pastagens melhoradas e pobres

Fonte: INE

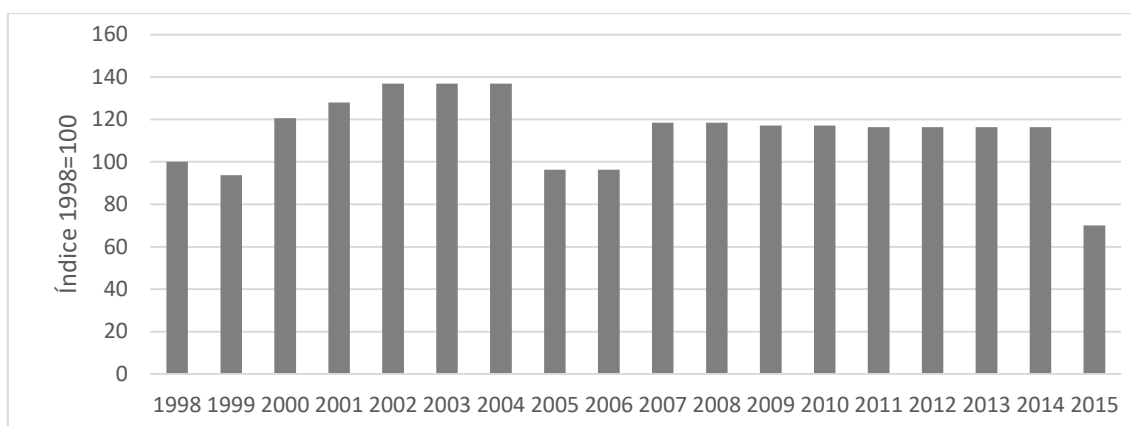
Em relação à distinção que fazemos entre prados melhorados e semeados e prados pobres, podemos tirar as seguintes principais conclusões:

- as pastagens pobres apresentaram entre 1999 e 2009 um crescimento de cerca de 61%, sendo que entre 2009 e 2013 registou-se uma pequena diminuição da sua área de cerca de 7%;
- os períodos em que a área de pastagens pobres mais cresceu foi entre 2003 e 2005 em terra limpa (48%), e em sob-coberto entre 2007 e 2009 (20%), sendo que no primeiro caso deve-se às mudanças da Reforma de 2003 já mencionadas, e no segundo pela contínua queda das áreas ocupadas por cereais de sequeiro conjugado com uma diminuição dos pastagens melhoradas;
- o aumento de cerca de 64000 ha entre 2009 e 2013, em que atribuímos esta variação positiva aos incentivos que existiram a partir de 2009 para projectos ambientais financiados pelo Fundo Português do Carbono, em que o principal objectivo era precisamente o sequestro do carbono através de pastagens biodiversas à base de leguminosas, e que através da Terraprima, empresa responsável por esta iniciativa, se semearam cerca de 50000 ha entre 2009 e 2012, que conjugados com projectos agro-florestais de melhoramento e conservação do montado em que os prados semeados também à base de leguminosas que através da simbiose que criam com o *Rhizobium* do solo têm a capacidade de fixar azoto no solo, e portanto de serem benéficas para o montado, foram medidas bastante incentivadoras do melhoramento das pastagens do Alentejo. Em termos absolutos este acréscimo corresponde a cerca do dobro do decréscimo das pastagens pobres para o mesmo período (64 e 32 mil hectares respectivamente) pelo que atribuímos os restantes 32 mil hectares mais uma vez a áreas que em que o cultivo de cereais foi dando lugar a este tipo de pastagens.

#### 5.6.2 Evolução das ajudas aos prados e pastagens permanentes

No tipo de produção das pastagens que aqui consideramos, ou seja, enquadradas num sistema agro-pastoril (e agro-silvo-pastoril quando se inserem em sistemas de montado), a componente das ajudas torna-se um dos eixos principais da rentabilidade e manutenção da actividade. Estas ajudas ligadas são normalmente atribuídas às fêmeas aleitantes, e as medidas agro-ambientais ao hectare elegível. Nesta nossa análise, as ajudas consideradas foram as seguintes:

- Prémio à vaca aleitante, que existiu (e continua a existir, apesar de ter sido parcialmente desligado a partir de 2015). Considerámos um encabeçamento de 0,4 CN/ha, igual ao que consideraremos na próximo sub-capítulo;
- Prémio de extensificação, que consistia numa prémio à cabeça desde que se cumprisse um limite de encabeçamento, em que o aqui considerado foi menor a 1 CN (cabeça normal) até ao ano 2000, e menor a 1,4 CN até 2004, tendo depois acabado na maior parte das regiões nacionais;
- o Pagamento Complementar que durou até 2014, atribuído também à cabeça de gado, e que era composto por uma parte nacional e outra comunitária;
- Ajuda agroambiental à Produção Integrada, que no caso das pastagens só se iniciou em 2007, havendo já antes disso um subsídio à Agricultura Biológica, mas que não considerámos por ser um tipo de produção com algumas especificidades que não eram e continuam a não ser postas em prática pela maior parte dos agricultores.



*Figura 17. Ajudas ligadas e agroambientais das pastagens*

Fonte: IFAP

Assim, e de acordo com os pressupostos atrás mencionados, e de acordo com a Figura 17, tiramos as seguintes principais conclusões:

- Com exceção dos anos 1999, 2005, 2006 e 2015, as ajudas aqui consideradas foram sempre superiores às existentes no primeiro ano deste período (1998 – 95,6€/ha a preços correntes), pelo que, pelo menos até 2014, não podemos dizer que as ajudas atribuídas tenham sido desfavoráveis para o sector;
- Entre 1999 (89,6€/ha) e 2002 (130,8€/ha), o montante total apresentou um crescimento anual de cerca de 13%, sustentado pelo aumento do prémio à vaca aleitante e do prémio de extensificação, que serviu para compensar a diminuição dos preços de intervenção, anteriormente em vigor, tal como já vimos no capítulo anterior;
- Em 2005 e 2006 (92€/ha), fruto do fim do prémio de extensificação o montante total das ajudas decresceu cerca de 40% em relação a 2004;
- A partir de 2007 (113,20€/ha), com a introdução de um apoio à Produção Integrada para os prados e pastagens permanentes, o montante global subiu cerca de 20%, e manteve-se mais ou menos estabilizado até 2014;
- A partir de 2015, fruto do desligamento parcial do prémio à vaca aleitante, da ligeira diminuição do prémio à Produção Integrada, e do fim do pagamento complementar à vaca aleitante, o montante global das ajudas ligadas e agroambientais desceu consideravelmente (-40%, ou seja tem um valor global de 67€/ha segundo as nossas estimativas), e assim se manterá pelo menos até 2020.

Tal como para as restantes culturas, é importante sublinhar que esta análise com estes montantes diz respeito apenas às ajudas ligadas, e portanto não está aqui incluído nem o RPU em vigor de 2005 a 2014, nem o RPB em vigor a partir de 2015, onde foi incluído parte do Prémio à Vaca Aleitante, e que de acordo com o modelo de convergência nacional, tenderá a ser crescente para a maior parte dos produtores agro-silvo-pastoris que tinham valores de RPU bastante baixos.

No entanto, para compreendermos melhor qual tem sido a evolução da rentabilidade associada às pastagens, e dado que as ajudas que estamos a analisar se baseiam nas ajudas às vacas aleitantes, consideramos importante analisarmos a evolução do preço da carne de bovino.

Quadro 32. Preço da Carne de Bovino

| €/Kg         | Preço médio da Carne de Bovino |        |        |        |        |        |
|--------------|--------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
|              | "1999"                         | "2002" | "2005" | "2008" | "2011" | "2014" |
| P. Correntes | 1,62                           | 1,79   | 1,95   | 2,19   | 2,64   | 2,60   |
| P. Reais     | 1,57                           | 1,55   | 1,54   | 1,60   | 1,90   | 1,81   |

Fonte: GPP

De acordo com os dados do SIMA – Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas, e com base em Índices de Preços calculados com base nas Contas Económicas da Agricultura do INE, podemos constatar, contrariamente ao esperado, que o preço da carne de bovino no Alentejo não tem evoluído desfavoravelmente aos produtores pecuários. Entre “1999” e “2014” o preço aumentou cerca de 60% a preços correntes e cerca de 15% a preços reais, em que destacamos o considerável aumento entre “2008” e “2011” de cerca de 20% a preços correntes, que tendo estabilizado e até apresentado uma ligeira descida até “2014”, pensamos que nos anos posteriores, principalmente parte de 2016 e de 2017, têm-se registado uma subida no preço da carne, devido principalmente a acordos de comércio para este produto entre Portugal e alguns países do Médio Oriente, principalmente Israel, para onde Portugal exporta novilhos vivos.

### 5.6.3 Evolução do rendimento associado às pastagens permanentes

A análise da evolução do rendimento associado às pastagens permanentes, parte de alguns pressupostos, tal como as outras culturas, mas que aqui assumem uma maior importância, dada a grande variedade de formas de exploração das pastagens, podendo ser naturais ou semeadas, de sequeiro ou regadio, em terra limpa ou sob-coberto, e do tipo de exploração agro-silvo-pastoril usado, estando os seus custos, receitas e ajudas, fortemente condicionadas, e sujeitos a uma grande variabilidade, de acordo com os pressupostos escolhidos.

Posto isto, passamos então a enunciar os pressupostos de que partimos para a análise que a seguir se apresenta:

- a pastagem analisada trata-se de uma pastagem de sequeiro, natural melhorada;
- é aproveitada para pastoreio por gado bovino, com um encabeçamento de 0,4 cabeças normais por hectare, uma taxa de fertilidade de 80%;
- considerámos que 1 maioral toma conta de uma manada de 150 vacas, pelo que tendo em conta o encabeçamento considerado, os custos totais serão divididos por 375ha;
- os preços dos bezerros foram estimados de acordo com os preços do SIMA para 2015 e deflacionados pelo Índice de Preços dos “Bovinos” com base nas CEA do INE;
- o ordenado do maioral foi estimado em 1000€ mensais, com TSU incluída, e multiplicado por 14 meses por ano;

Relativamente aos subsídios estimados, foram considerados os seguintes em cada triénio:

- “1999” – considerámos o Prémio à Aleitante de 2000, e o Prémio à Extensificação e Pagamento Complementar do mesmo ano. Não foi considerado o Prémio ao abate de vitelos, vacas e touros, nem o Pagamento à Agricultura Biológica.
- “2005” - Prémio à Vaca Aleitante considerado a partir de 2005, e Pagamento Complementar do mesmo ano;

- “2014” – Prémio à Vaca Aleitante em vigor a partir de 2015, e Pagamento à produção Integrada de Pastagens e Prados Permanentes, do mesmo ano.

Quadro 33. Resultado das contas cultura das pastagens

| €/ha   | RT (Receitas Totais) | CT (Custos Totais) | RFE   |
|--------|----------------------|--------------------|-------|
| "1999" | 215,4                | 105,1              | 110,3 |
| "2005" | 229,3                | 128,4              | 100,8 |
| "2014" | 249,7                | 158,4              | 91,4  |

Fonte: Autor. As contas culturas estão especificadas no Anexo XII

Tendo em conta estes pressupostos, que pensamos conseguirem representar muitas explorações pecuárias do Alentejo, chegámos aos resultados representados no Quadro 33, que como é sabido não contemplam nem as ajudas desligadas da produção (RPU e RPB) nem o custo da renda da terra.

Assim, podemos constatar que houve no período estudado uma diminuição do rendimento associado à exploração de pastagens deste tipo, consequência de um aumento das receitas totais, que não acompanhou o aumento mais acelerado dos custos de produção.

No que diz respeito às receitas das pastagens por nós estimadas, tiramos as seguintes principais conclusões:

- Em relação ao valor de produção, e portanto às receitas associadas à venda de bezerros, calculamos que tenha havido uma evolução positiva de 60% entre “1999” e “2014”, sendo que entre “1999” e “2005” esse valor foi de 20% e entre “2005” e “2014” de 33%. Estes valores como já foi referido, foram estimados com base na evolução do preço da carne bovina, não sendo este o *feedback* transmitido pelos produtores de bovinos, cuja opinião é de que o preço dos bezerros pouco variou entre “1999” e “2014”, tendo variado mesmo quase nada entre “2005” e “2014”;
- Quanto ao valor das ajudas, que em “1999” representava, segundo as nossas contas, perto de 50% das receitas totais, tem havido uma evolução contrária, negativa portanto, que para a totalidade do período foi de -34% (-9% entre “1999” e “2005” e - 27% entre “2005” e “2014”). É certo que parte deste rendimento não foi totalmente perdido, já que foi em 2014 parcialmente “transformado” em ajudas desligadas, no entanto, mesmo essa parte das ajudas que passaram a não ser ligadas à produção condicionam a tomada de decisão do agricultor.

No que diz respeito aos custos de produção, houve como podemos observar, um aumento de cerca de 50% entre “1999” e “2014”, devido principalmente ao aumento verificado no custo de manutenção das pastagens, em prestação de serviços (43%) e adubos (80%), e em mão-de-obra (50%).

Assim, e voltamos a repetir, tendo em conta a evolução dos Índices de Preços com base nas CEA do INE, o RFE associado às pastagens diminui cerca de 17% entre “1999” e “2014”, fruto do aumento dos custos de produção e do decréscimo das ajudas a este tipo de exploração agro-pecuária.

## 6 Conclusão

O objectivo deste trabalho foi o de analisar a relação entre as medidas de política em vigor no âmbito das sucessivas reformas da PAC e as opções dos agricultores de regadio, com particular enfoque no Alentejo.

Da retrospectiva retratada no capítulo 4 salientamos aquele que pensamos ser o objectivo da PAC, e que ficou mais explícito com as reformas de 2000 e 2003: caminhar no sentido em que os produtores fiquem cada vez menos dependentes das medidas de suporte de preços e intervenção nos mercados. Pensamos que neste período específico que aqui analisámos, esta foi a principal directriz posta em prática através da transferência de montantes significativos dos pagamentos directos ligados à produção para o desenvolvimento rural bem como para os pagamentos desligados destinados ao suporte dos respetivos rendimentos. Um bom exemplo disso mesmo são as medidas agro-ambientais, que assumiram ao longo deste período um peso crescente na maior parte das culturas abordadas, servindo de sustentáculo para a manutenção da actividade de alguns sectores da nossa agricultura.

Em resposta às sucessivas reformas ao longo do período em causa, assistiu-se a uma significativa reconversão da ocupação das terras aráveis, muitas vezes assente numa importante extensificação do seu uso, aproximando-se de uma quase-abandono. A título de exemplo, aponta-se o aumento dos prados e pastagens permanentes entre “2002” e “2005” de cerca de 22%, em que, no caso das pastagens em terra limpa anteriormente ocupadas por cereais de sequeiro, esse aumento foi de cerca de 50%. Estas áreas, por razões de ordem edafoclimática ou por mera decisão dos agricultores, não se reconverteram em explorações competitivas ocupadas por culturas consideradas estratégicas para Portugal, mas sim em grandes áreas de pastagens, das quais 77% (em 2013) eram já pastagens pobres, com muito baixo valor nutritivo e em risco de abandono. Parece-nos que as reacções a cada reforma, e mais especificamente a esta grande reforma de 2003, foram muito diversas e principalmente muito dependentes de factores pouco controláveis como as condições naturais de cada exploração e a sua aptidão para determinadas culturas, a disponibilidade de água para rega, as organizações e tradições culturais da região, e principalmente os apoios atribuídos no curto prazo, muito específicos de certos produtos, mais do que de objectivos comuns de uma política europeia, com muito poucas adaptações a nível nacional e nenhuma a nível regional.

Do que atrás ficou escrito, salientamos aqui as principais conclusões deste trabalho. Em relação à cultura do milho a primeira conclusão, transversal a todas as culturas, é a de que o aumento ou diminuição da área ocupada por determinada cultura, está muito associada, dentro daquilo daquilo que são as possibilidades técnicas e edafoclimáticas, ao rendimento que o agricultor obtém com a realização dessa cultura. Por sua vez a evolução do rendimento de determinada cultura está associado à evolução do rácio entre o valor de produção (produtividades e preços dos produtos agrícolas) e os custos de produção (preços e quantidades dos consumos intermédios, mão-de-obra e consumo de capital fixo) bem como ao valor dos pagamentos directos ligados à produção (caso existam), específicos para essa cultura ou para o grupo de culturas e/ou técnicas culturais onde essa cultura se integra. A área semeada com milho na NUT Alentejo decresceu entre os triénios “1999” e “2008”, redução esta que foi especialmente acelerada entre “2002” e “2005”, contrariamente ao que se verificou entre “2008” e “2014”, em que o crescimento foi mais ou menos constante (5,7%/ano). Destacamos que, sendo o

milho uma cultura anual, a área ocupada em cada ano está muito relacionada com o preço do milho no ano anterior. Por exemplo, de 2012 para 2013, a área de milho aumentou cerca de 18% quando o preço do milho, em 2012, tinha aumentado cerca de 16%. Por outro lado, em 2014, a área de milho diminuiu cerca de 11% quando o preço em 2013 tinha diminuído cerca de 29%. A análise realizada no capítulo 5.1.2 reflecte bem esta instabilidade do rendimento associado ao milho de regadio, como consequência da instabilidade do preço de mercado e da sua maior ou menor dependência dos pagamentos ligados. O triénio “2005”, em comparação com o triénio “1999”, foi especialmente prejudicial para a cultura, pelo desligamento quase total dos pagamentos directos, pela quebra de produtividade, pela escassez de água em alguns anos e pela evolução negativa do rácio entre o preço do milho (+7%) e o preço dos factores de produção (+20%). Realce-se que no triénio “1999” o rendimento da cultura beneficiou muito da chamada “ajuda co-financiada” para os cereais e pelo pagamento complementar às culturas arvenses. Em “2014”, fruto do incremento considerável da produtividade da cultura (+48% em relação a “2005”) conjugado com um pequeno aumento do respectivo preço, os proveitos foram suficientes para fazer face aos custos da cultura (sem renda da terra) apresentado o milho um RFE positivo. É nosso entendimento que o aumento de produtividade atrás referido foi muito influenciado pelo facto de, principalmente a partir do triénio “2005”, se ter verificado um abandono da cultura nas áreas de menores produtividades e de grandes custos, abandono esse compensado, em certa parte, pelo aparecimento da cultura em solos com maior aptidão agrícola e elevados níveis de fertilidade, por serem os primeiros anos de regadio e sem limitações de água disponível para rega. Esta situação está muito associada ao início da entrada em funcionamento de alguns blocos de rega do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva.

Em relação ao tomate para indústria pensamos terem sido três os principais factores com influência na decisão dos produtores ao longo do período em estudo: o desaparecimento de muitas indústrias transformadoras de tomate, principalmente cooperativas e algumas fábricas privadas do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, havendo uma concentração destas indústrias no Ribatejo e num reduzido número de grupos empresariais; a atribuição de apoios ligados à produção bastante altos, especialmente entre 2001 e 2007; e por fim as oscilações no preço do tomate. Apesar do primeiro ponto atrás referido não ter sido evidenciado neste trabalho, pensamos ser esta a causa da grande redução das áreas de tomate nas regiões mais a sul, como já referimos. A recuperação da área ocupada com tomate (28%) entre “2002” e “2008” coincidiu com o surgimento, em 2001, de uma nova forma de atribuição de apoios à cultura, paga por tonelada de tomate fresco entregue às indústrias através das OPs. Apesar da diminuição de cerca de 4€/t no preço entre estes dois triénios, a ajuda de 34,5 €/t mais que o compensou. Aliás, segundo as nossas estimativas (capítulo 5.2.2) em “2005” o rendimento obtido por hectare de tomate foi extremamente elevado (4154,7€/ha) em relação aos restantes triénios, devido a este grande incremento do montante das ajudas ligadas, conjugado com uma produtividade média elevada nestes anos. Entre “2008” a “2011” a grande quebra no preço (-11%) conjugada com um valor de ajudas bastante mais reduzido, fez com que a área de tomate na NUT Alentejo diminuísse consideravelmente, havendo uma inflexão desta tendência em “2014” que, na nossa opinião, se deveu principalmente a um ligeiro incremento do preço, apesar da ajuda ligada quase residual (1,33€/t de tomate entregue), mas que aumentou bastante a partir de 2015 (quando a ajuda ligada passou a ser atribuída com base na área cultivada, no valor médio de 240€/ha). Se tivermos em conta a quebra no rendimento obtido com culturas alternativas ao tomate e o incremento na



produtividade do tomate, consideramos que nas explorações que se localizem relativamente perto das indústrias transformadoras continua a ser uma cultura interessante para o agricultor.

A área de arroz no Alentejo pouco variou neste período, devido principalmente às especificidades e condicionalidades mencionadas no princípio do capítulo 5.3.1. No entanto, daquilo que foram as pequenas oscilações na área ocupada por esta cultura, notamos que existe quase sempre uma relação muito directa com o preço do arroz. Destacamos o aumento de área que houve entre “2005” e “2008” de cerca de 10% e que coincide precisamente com o aumento do preço do arroz em cerca de 47%. Outra particularidade bem marcada no sector do arroz, segundo a nossa análise, é a co-relação que existe entre o preço do arroz e os apoios ligados à cultura. Por exemplo, os preços elevados de “2011” coincidem com a transferência do pagamento ligado para o RPU (principalmente em 2012), e o primeiro ano em que voltou a ser atribuído um Pagamento Específico por Superfície ao Arroz (2015) no âmbito da Reforma de 2013, o preço do arroz diminui sensivelmente 18% entre 2014 e 2015, e cerca de 16% entre “2011” e “2014”.

No capítulo 5.3.2 chegamos à conclusão de que a rentabilidade do arroz tem tido uma evolução tendencialmente negativa. Este facto está muito associado à estabilização das produtividades médias ao longo destes dezassete anos, à quebra dos níveis de preço do produto (cerca de 20%), e à diminuição do valor dos pagamentos ligados (apesar do prémio por hectare atribuído a partir de 2015) em cerca de 10%, bem como ao aumento dos custos de produção em cerca de 61%.

A área de olival na NUT Alentejo aumentou no período “1999” – “2014” apenas 14%. No entanto a produção de azeitona para azeite aumentou no mesmo período cerca de 396%, devido quase exclusivamente ao aumento de produtividade de 335%. Como tal, daqui retemos duas principais mudanças no que diz respeito às áreas de olival: em primeiro lugar houve um abandono ou uma transformação de olivais tradicionais, de sequeiro e muito pouco produtivos, em áreas ocupadas por outras culturas de sequeiro e em áreas ocupadas por pastagens permanentes pobres ou melhoradas em terra limpa. Nos casos em que existiu essa possibilidade, a reconversão deu-se pela passagem para culturas de regadio, nomeadamente olivais intensivos e super-intensivos, com altas produtividades; em segundo lugar, as novas áreas de regadio do Alentejo, ocupadas anteriormente por culturas de sequeiro ou culturas anuais de regadio, passaram a ser ocupadas em grande parte por olivais de regadio intensivos e super-intensivos.

Além desta revolução no modo de se fazer olival, é também interessante verificarmos que apesar deste aumento extraordinário na produção de azeitona e de azeite, o preço do produto não diminui, sendo até a cultura em que o preço mais aumentou nestes dezassete anos (71%), registando-se um triénio em que o preço aumentou mais que a tendência normal destes anos (em “2005” aumentou cerca de 42%), e apenas em “2011” é que se registou uma quebra significativa em relação ao triénio anterior.

Outro ponto interessante nesta cultura é o facto do olival, cujas ajudas foram desligadas em 90% logo em 2006, ser uma cultura, como vimos no capítulo 5.4.2, com um RFE considerável e bastante interessante para os agricultores.

A vinha, cultura cuja área diminuiu bastante em Portugal nestes dezassete anos (-18%), quase não sofreu alterações no Alentejo (2,5%). Esta é também, das culturas aqui tratadas, a única cultura em que a NUT Alentejo

não é a região com maior área em Portugal, detendo apenas 18% da vinha portuguesa, atrás da NUT Norte e da NUT Centro. No entanto, a par com a Região de Lisboa (que tem uma área de vinha 4 vezes inferior à do Alentejo) o Alentejo é a região onde a vinha apresenta uma maior produtividade, já sendo assim em “1999” (24% superior à média nacional), mas especialmente em “2014” (51% superior à média nacional), devido principalmente às reconversões de vinhas velhas em vinhas novas, a maior parte de regadio, e com castas estrangeiras que, nas nossas condições e em regadio, são bastante produtivas. Gostaríamos de mencionar, que os preços estimados, a partir de preços actuais e dos índices de preços para a uva das CEA do INE, parecem-nos bastante baixos entre “1999” e “2005”. Esta é a razão que torna a cultura da vinha, em “1999” e “2005”, uma cultura economicamente deficitária. No entanto não nos foi possível obter preços da uva para esses anos junto das cooperativas, comissões vitivinícolas, adegas ou produtores privados e suas associações. Em relação às ajudas atribuídas à vinha, podemos concluir que não existiram, no período aqui estudado, qualquer tipo de incentivo ligado à produção. Esta cultura beneficia, no entanto, de um programa especial para reconversão e modernização de vinhas antigas (programa VITIS), bem como de projectos de vinhas em novas áreas (desde que sejam concedidos direitos de plantação). No entanto, os apoios concedidos quando a cultura já está implementada têm sido sempre com base em medidas agro-ambientais, com as devidas mudanças ao longo do período, baseados no “Modo de produção Integrada”, no “Enrelvamento da entrelinha das culturas permanentes” e mais, recentemente, na medida de “Uso Eficiente da Água”.

Por fim temos as pastagens, que foram aqui abordadas não tanto na óptica de percebermos a sua potencialidade ao lado das restantes culturas, mas sim qual tem sido a evolução das áreas ocupadas pelas pastagens na óptica daquilo que pode configurar algum abandono por parte dos agricultores, com transição da ocupação cultural para pastagens permanentes, sobretudo pastagens pobres em terra limpa. Assim podemos constatar que, entre 1999 e 2013, as pastagens em terras limpas aumentaram cerca de 60% no Alentejo (171 mil hectares), sendo que entre 2003 e 2005 esse aumento foi de cerca de 150 mil hectares, o que corresponderá à área anteriormente ocupada por outras culturas que não foram reconvertidas para outra cultura arvense, arbustiva ou hortícola, mas que deixaram de ser cultivada (no caso das pastagens pobres) ou transformada em pastagens permanentes melhoradas. Podemos ainda acrescentar que deste aumento de 150 mil hectares, apenas 43 mil hectares correspondem a pastagens melhoradas, sendo que os restantes 107 mil hectares corresponderam de facto a pastagens pobres. Salientamos, que este aumento não se deve ao interesse na actividade pecuária extensiva em termos de rendimento, pois, como pudemos verificar, este foi sempre bastante baixo e com tendência para ser cada vez menor. Deve-se sim a uma parte das medidas integradas na Reforma de 2003 em que, com o desligamento das ajudas ligadas aos cereais de sequeiro, e não havendo obrigatoriedade dos agricultores continuarem a realizar alguma cultura, se tornou mais vantajoso, ou se quisermos menos desvantajoso, receber os apoios, cumprir as poucas condicionalidades inerentes a estes pagamentos, e não semear.

Por fim, da análise aos principais indicadores económicos da agricultura portuguesa existiram, na nossa opinião, dois marcos importantes nestes dezassete anos.

O primeiro trata-se do período iniciado em “2005” com a Reforma de 2003, e que se manteve até ao triénio “2011, em que se verificaram as seguintes principais mudanças:

- O produto agrícola em volume decresceu a uma taxa de cerca de -1,6%/ano, o que conjugado com a evolução negativa que os termos de troca agrícola brutos também apresentaram a partir de “2005” (de -2,4%/ano), resultou numa diminuição do produto agrícola em valor de cerca de -3,2%/ano;
- O rendimento da agricultura portuguesa, que até “2005” tinha apresentado um crescimento de 0,9%/ano, também começou a decrescer a partir de “2005” (cerca de -2,2%/ano), menos do que o produto agrícola devido ao pequeno crescimento dos pagamentos directos aos produtores em cerca de 0,7%/ano;
- As NUTS que mais “sofreram” com esta reforma, e que por conseguinte também foram as que mais contribuíram para a evolução negativa do produto agrícola nacional, foram a NUT Norte (-10%) e a NUT Centro (-22%), o que nos indica que as explorações destas regiões, caracterizadas por fortes debilidades estruturais, foram as que menos se conseguiram adaptar ao regime de pagamentos desligados e maior dificuldade tiveram em proceder a reestruturações que fossem ao encontro aos objectivos da reforma;
- Apesar da grande quebra da mão-de-obra agrícola neste período (-3,4%/ano), tanto a Viabilidade como a Competitividade económica da agricultura portuguesa tiveram evoluções negativas até “2011”, e apesar de apresentarem este comportamento negativo desde pelo menos “1999”, este foi especialmente reforçado entre “2005” e “2011”, especialmente a Competitividade económica.

Este período tendencialmente negativo durou entre “2005” e “2011”, tendo-se observado a partir deste triénio uma inflexão nesta evolução. Entre “2011” e “2014” o produto agrícola evoluiu positivamente, cerca de 2,1%/ano em quantidade e 2,4%/ano em valor (devendo-se esta diferença a um crescimento de 0,6%/ano dos termos de troca agrícolas), enquanto o rendimento agrícola cresceu apenas 0,5%/ano devido à diminuição dos pagamentos directos de cerca de -3,2%/ano. Por conseguinte, também a partir de “2011” a Viabilidade e Competitividade económica da agricultura portuguesa começaram a crescer, tendo, como seria de esperar, a Competitividade um crescimento mais acelerado (10%/ano) do que a Viabilidade económica (5,8%/ano) por se tratar de um crescimento sustentado no aumento de produção e não num aumento dos pagamentos directos. Deste período de crescimento da agricultura portuguesa, salientamos os seguintes aspectos:

- Apesar deste crescimento se dever muito a factores que aqui não foram estudados, como a reacção à crise económica e financeira de 2008-2009 com a estagnação de outros sectores económicos como a construção civil, o aparecimento de novas áreas de regadio principalmente no Alentejo, e até o investimento estrangeiro, que além de fomentar o aparecimento de novas culturas, novos modos de produção e novas agro-indústrias também despertou os agricultores portugueses a investirem, a reestruturarem e a aumentarem as suas explorações, não podemos deixar de mencionar que nos parece haver uma reacção desfavorável da nossa agricultura por um lado ao aumento dos pagamentos directos e por outro ao desligamento desses mesmos pagamentos.
- Parece-nos que este crescimento também esteve muito relacionado com o aumento de produção e, nalguns casos, dos preços de algumas culturas como os frutos frescos e o olival, os hortícolas frescos, o arroz e o milho, as plantas industriais e, em alguns anos, a cevada, os ovinos e os caprinos.

- Tal como no subperíodo anterior, em que a NUT Alentejo tinha sido a única NUT do Continente em que a evolução do produto agrícola não tinha sido negativa, também neste período foi no Alentejo onde este crescimento (20% entre “2011” e “2014”) foi destacadamente superior às restantes regiões.

## Bibliografia

- Avillez, F., 2015. *A Agricultura Portuguesa - As últimas décadas e perspectivas para o futuro*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Avillez, F., 2014. *A Agricultura Portuguesa - Caminhos para um crescimento sustentável*, Lisboa: AGRO.GES.
- Avillez, F., 1996. A Nova PAC e a transformação da Agricultura Portuguesa (1996). Em *A Agricultura Portuguesa e a Política Agrícola Comum - Colectânea de textos publicados entre 1985 e 2016*. Lisboa: AGRO.GES, pp. 113–130.
- Avillez, F., 2003. A Reforma da PAC (2003). Em *A Agricultura Portuguesa e a Política Agrícola Comum - Colectânea de textos publicados entre 1985 e 2016*. Lisboa: AGRO.GES, pp. 241–252.
- Avillez, F., 2004a. O Futuro da Agricultura em Portugal (2004). Em *A Agricultura Portuguesa e a Política Agrícola Comum - Colectânea de textos publicados entre 1985 e 2016*. Lisboa: AGRO.GES.
- Avillez, F., 2005. Oportunidades de Reconversão para a Agricultura Portuguesa (2005). Em *A Agricultura Portuguesa e a Política Agrícola Comum - Colectânea de textos publicados entre 1985 e 2016*. Lisboa: AGRO.GES, pp. 263–276.
- Avillez, F., 2004b. Política Agrícola Comum: Situação Actual e Perspectivas Futuras. Em A. Romão, ed. *Economia Europeia*. Lisboa: Celta Editora, pp. 159–182.
- Avillez, F., 1991. Reforma da Política Agrícola Comum: As alternativas (1991). Em *A Agricultura Portuguesa e a Política Agrícola Comum - Colectânea de textos publicados entre 1985 e 2016*. Lisboa: AGRO.GES, pp. 67–91.
- Azevedo, M.E., 1996. *A Política Agrícola Comum - Uma Política Controversa na Hora da Mudança*, Coimbra: Livraria Almedina.
- Bandeiras, C.V., 2002. A política agro-ambiental e as novas técnicas agrícolas em Portugal. Disponível em: [http://sper.pt/oldsite/VCHER/Pdfs/Claudia\\_Band.pdf](http://sper.pt/oldsite/VCHER/Pdfs/Claudia_Band.pdf) [Acedido Junho 14, 2017].
- Calvário, R.M.O., 2010. *Política de Desenvolvimento Rural na União Europeia: Agricultura, Ambiente e Território*. Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia.
- Coleman, W.D. & Tangermann, S., 1999. The 1992 CAP Reform, the Uruguay Round and the Commission: Conceptualizing Linked Policy Games. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 37(3), pp.385–405. Available at: <http://doi.wiley.com/10.1111/1468-5965.00170>.
- Comissão das Comunidades Europeias, 1991. Desenvolvimento e futuro da Política Agrícola Comum. *Boletim das Comunidades Europeias*, Suplemento(5/91).
- Comissão Europeia, 1999. *Agenda 2000 Para uma União reforçada e alargada (Versão final 31.8)*, Bruxelas. Disponível em: [http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/comissao\\_europeia/ue\\_agenda\\_2000.pdf](http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/comissao_europeia/ue_agenda_2000.pdf).
- Conselho da União Europeia, 1999. Regulamento (CE) N.º1259/1999 do Conselho de 17 de Maio de 1999. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 160, pp.113–118.
- Conselho da União Europeia, 2003. Regulamento (CE) N.º 1782/2003 do Conselho de 29 de Setembro de 2003.

- Jornal Oficial da União Europeia*, L 270, pp.1–69.
- Conselho da União Europeia, 2005a. Regulamento (CE) N° 1290/2005 do Conselho de 21 de Junho de 2005. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 209 de 1, pp.1–11.
- Conselho da União Europeia, 2005b. Regulamento (CE) N° 1698/2005 do Conselho, de 20 de Setembro de 2005. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 277, pp.1–11.
- Conselho das Comunidades Europeias, 1992. Regulamento (CEE) N° 2078 /92 do Conselho de 30 de Junho de 1992. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 215, pp.85–90.
- Cordovil, F.C. et al., 2004. *A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia - Factos e políticas, futuro e opções*, Cascais: PRINCIPIA, Publicações Universitárias e Científicas.
- Cunha, A., 2004. *A Política Agrícola Comum na Era da Globalização*, Coimbra: Livraria Almedina.
- Cunha, A., 2010. *Manual da Disciplina: Política Agrícola Comum*. Porto: Universidade Católica Portuguesa/Porto.
- Cunha, A. & Swinbank, A., 2011. *The 1999 Agenda 2000 Reform*, Oxford: Oxford Scholarship Online.
- European Commissionates, 2004. Cross-compliance. , (1782). Disponível em: [http://bookshop.europa.eu/en/the-2003-cap-reform-pbKF6004733/downloads/KF-60-04-733-EN-C/KF6004733ENC\\_002.pdf;pgid=lq1Ekni0.1ISR00OK4MycO9B0000eEKCzMcb;sid=sNEDBM23ohMDBJnrbK6do6-S\\_blddsptgl=?FileName=KF6004733ENC\\_002.pdf&SKU=KF6004733ENC\\_PDF&CatalogueNu](http://bookshop.europa.eu/en/the-2003-cap-reform-pbKF6004733/downloads/KF-60-04-733-EN-C/KF6004733ENC_002.pdf;pgid=lq1Ekni0.1ISR00OK4MycO9B0000eEKCzMcb;sid=sNEDBM23ohMDBJnrbK6do6-S_blddsptgl=?FileName=KF6004733ENC_002.pdf&SKU=KF6004733ENC_PDF&CatalogueNu).
- Europeu, P., 2017. O FINANCIAMENTO DA PAC. *Fichas técnicas sobre a União Europeia*, 1.
- Europeu, P. & Conselho da União Europeia, 2013. Regulamento (CE) N° 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro de 2013. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 347, pp.549–607.
- Fearne, A., 1997. The History and Development of the CAP 1945-1990. Em C. Ritson & D. Harvey, eds. *The Common Agricultural Policy*. Newcastle: CAB International, pp. 11–55.
- Fennel, R., 1987. *The Common Agricultural Policy of the European Community 2ª*, Oxford: BSP Professional Books.
- Kelch, D. & Normile, M.A., 2004. *CAP Reform of 2003-04*. Washington: Economic Research Service/USDA. Available at: [www.ers.usda.gov](http://www.ers.usda.gov).
- Mahe, L.P. & Roe, T.L., 1996. The Political Economy of Reforming the 1992 CAP Reform. *American Journal of Agricultural Economics*, 78(5), pp.1314–1323.
- OECD, 2004. *Analysis of the 2003 CAP Reform*, Paris.
- Publicações, S. das, Pagamento único por exploração. *Síntese da legislação da União Europeia*. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:l11089> [Acedido Fevereiro 3, 2017].
- Reis, A.M. dos, 2006. *A Política de Desenvolvimento Rural da UE para 2007- 2013*, Disponível em: [http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/geral/files/politica\\_desenvolvimento\\_rural\\_ue.pdf](http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/geral/files/politica_desenvolvimento_rural_ue.pdf).
- Santos, M.Â.R., 2010. *Políticas de Financiamento ao Desenvolvimento Rural Análise Comparativa : Portugal e Astúrias*. Instituto Superior Técnico - Universidade Técnica de Lisboa.
- Swinbank, A., 1993. CAP reform, 1992. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 31(3), pp.359–372.
- Swinbank, A., 1997. The New CAP. Em C. Ritson & D. Harvey, eds. *The Common Agricultural Policy*. Reading, pp. 95–111.

Varela, J.A. dos S., 1988. *A Política Agrícola Comum e a sua aplicação à Agricultura Portuguesa - Política de Estruturas e Reformas*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Vareta, M.L.S.C., 2014. *A Política Agrícola Comum ( PAC ) e o Comércio Internacional*. Insituto Superior de Contabilidade e Admnistração do Porto.

Whitby, M., 1995. *The European Environment and CAP Reform - Policies and Prospects for Conservation* M. Whitby, ed., Michigan: CAB International Publishing.

<http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>

[www.INE.pt](http://www.INE.pt)

[www. IFAP.pt](http://www.IFAP.pt)

## **Anexos**



**Anexo I – Evolução do N.º de Exploração, UTA, SAU e SAC entre 1999 e 2013 em Portugal e por NUTs II**

|                               | N.º Exp., N.º UTA e SAU e SAC(ha) |           |           | Variação em %<br>1999-2009 | Variação em %<br>2009 -2013 | Variação em %<br>1999 -2013 |
|-------------------------------|-----------------------------------|-----------|-----------|----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
|                               | 1999                              | 2009      | 2013      |                            |                             |                             |
| N.º de explorações            |                                   |           |           |                            |                             |                             |
| <20 ha                        | 389.619                           | 283.071   | 240.814   | -27                        | -15                         | -38                         |
| ≥ 20 ha                       | 22.993                            | 22.195    | 23.604    | -3                         | 6                           | 3                           |
| Total                         | 412.612                           | 305.266   | 264.418   | -26                        | -13                         | -36                         |
| Nº de UTA                     |                                   |           |           |                            |                             |                             |
| <20 ha                        | 455.000                           | 310.051   | 265.095   | -32                        | -14                         | -42                         |
| ≥ 20 ha                       | 66.200                            | 57.343    | 60.410    | -13                        | 5                           | -9                          |
| Total                         | 521.200                           | 367.394   | 325.505   | -30                        | -11                         | -38                         |
| Superfície agrícola utilizada |                                   |           |           |                            |                             |                             |
| <20 ha                        | 1.144.131                         | 889.494   | 813.580   | -22                        | -9                          | -29                         |
| ≥ 20 ha                       | 2.719.109                         | 2.778.652 | 2.828.010 | 2                          | 2                           | 4                           |
| Total                         | 3.863.240                         | 3.668.146 | 3.641.590 | -5                         | -1                          | -6                          |
| Superfície agrícola cultivada |                                   |           |           |                            |                             |                             |
| <20 ha                        | 1.060.800                         | 812.800   | 737.500   | -23                        | -9                          | -30                         |
| ≥ 20 ha                       | 1.891.500                         | 1.502.700 | 1.596.100 | -21                        | 6                           | -16                         |
| Total                         | 2.952.300                         | 2.315.500 | 2.333.600 | -22                        | 1                           | -21                         |

| NUTS II           | Variação 1999-2013 (%) |         |       |       |         |       |       |         |       |       |         |       |
|-------------------|------------------------|---------|-------|-------|---------|-------|-------|---------|-------|-------|---------|-------|
|                   | Explorações            |         |       | UTA   |         |       | SAU   |         |       | SAC   |         |       |
|                   | <20ha                  | ≥ 20 ha | Total | <20ha | ≥ 20 ha | Total | <20ha | ≥ 20 ha | Total | <20ha | ≥ 20 ha | Total |
| <b>Portugal</b>   | -38                    | 3       | -36   | -42   | -9      | -38   | -29   | 4       | -6    | -30   | -16     | -21   |
| <b>Continente</b> | -39                    | 1       | -37   | -43   | -10     | -39   | -27   | 4       | -6    | -30   | -17     | -22   |
| Norte             | -29                    | 10      | -28   | -36   | 6       | -33   | -15   | 96      | 15    | -21   | 6       | -14   |
| Centro            | -48                    | -3      | -47   | -53   | -22     | -50   | -40   | -4      | -23   | -39   | -2      | -25   |
| Lisboa            | -51                    | -6      | -49   | -37   | -10     | -84   | -68   | -4      | -19   | -46   | -18     | -29   |
| Alentejo          | -31                    | -3      | -30   | -40   | -10     | -25   | -26   | 2       | 0     | -32   | -22     | -23   |
| Algarve           | -41                    | 7       | -39   | -33   | 0       | -30   | -26   | 18      | -10   | -28   | 2       | -18   |
| <b>Açores</b>     | -44                    | 21      | -39   | -36   | 6       | -27   | -33   | 22      | -2    | -38   | 19      | -7    |
| <b>Madeira</b>    | -17                    | -100    | -17   | -3    | 0       | -3    | -4    | -61     | -7    | -4    | -100    | -6    |

## Anexo II – Ocupação da SAU e respectivas variações entre 1999 e 2013

|  | Área (ha) |         |         | Taxa de Crescimento Médio Anual % |            |            |
|--|-----------|---------|---------|-----------------------------------|------------|------------|
|  | 1999      | 2009    | 2013    | 1999-2009                         | 2009 -2013 | 1999 -2013 |
| <b>TERRA ARÁVEL</b>                                  | 1761672   | 1173127 | 1100861 | -4,0                              | -1,6       | -3,3       |
| <b>Culturas temporárias</b>                          | 1399372   | 831592  | 864900  | -5,1                              | 1,0        | -3,4       |
| Cereais para grão                                    | 602270    | 345941  | 305900  | -5,4                              | -3,0       | -4,7       |
| Cereais de Sequeiro                                  | 377857    | 221289  | 172213  | -5,2                              | -6,1       | -5,5       |
| Milho grão   | 163693    | 94727   | 111792  | -5,3                              | 4,2        | -2,7       |
| Arroz  | 25113     | 28470   | 30177   | 1,3                               | 1,5        | 1,3        |
| Leguminosas secas                                    | 25724     | 13239   | 9318    | -6,4                              | -8,4       | -7,0       |
| Oleaginosas (girassol)                               | 50154     | 21346   | 18030   | -8,2                              | -4,1       | -7,0       |
| Culturas industriais                                 | 74537     | 24923   | 19239   | -10,4                             | -6,3       | -9,2       |
| Culturas hortícolas                                  | 50772     | 48002   | 42645   | -0,6                              | -2,9       | -1,2       |
| Culturas forrageiras                                 | 542131    | 462703  | 433258  | -1,6                              | -1,6       | -1,6       |
| Prados temporários                                   | 37245     | 31661   | 35576   | -1,6                              | 3,0        | -0,3       |
| Flores e plantas                                     | 1123      | 1643    | 2733    | 3,9                               | 13,6       | 6,6        |
| <b>Pousios</b>                                       | 410887    | 341534  | 333072  | -1,8                              | -0,6       | -1,5       |
| <b>HORTA FAMILIAR</b>                                | 21615     | 19695   | 15381   | -0,9                              | -6,0       | -2,4       |
| <b>CULTURAS PERMANENTES</b>                          | 711628    | 690725  | 708765  | -0,3                              | 0,6        | 0,0        |
| <b>Frutos frescos</b>                                | 52746     | 40127   | 43060   | -2,7                              | 1,8        | -1,4       |
| Citrinos   | 23453     | 16930   | 17972   | -3,2                              | 1,5        | -1,9       |
| Frutos sub-tropicais                                 | 2612      | 3048    | 3790    | 1,6                               | 5,6        | 2,7        |
| Frutos de casca rija                                 | 80470     | 115150  | 139981  | 3,6                               | 5,0        | 4,0        |
| Olival   | 335028    | 335841  | 340284  | 0,0                               | 0,3        | 0,1        |
| Vinha  | 215041    | 177831  | 162208  | -1,9                              | -2,3       | -2,0       |
| Outras culturas permanentes                          | 2277      | 1799    | 1470    | -2,3                              | -4,9       | -3,1       |
| <b>PRADOS E PASTAGENS PERMANENTES</b>                | 1436823   | 1827899 | 1872252 | 2,4                               | 0,6        | 1,9        |
| <b>Prados e pastagens permanentes em terra limpa</b> | 711543    | 892980  | 916578  | 2,3                               | 0,7        | 1,8        |
| Melhorados e semeados                                | 305252    | 322849  | 329497  | 0,6                               | 0,5        | 0,5        |
| Pobres   | 406291    | 570131  | 587081  | 3,4                               | 0,7        | 2,7        |
| <b>Prados e pastagens permanentes sob coberto</b>    | 725280    | 919801  | 943654  | 2,4                               | 0,6        | 1,9        |
| Melhorados e semeados                                | 220838    | 137267  | 222728  | -4,6                              | 12,9       | 0,1        |
| Pobres   | 504443    | 782534  | 720925  | 4,5                               | -2,0       | 2,6        |
| <b>Superfície Agrícola Utilizada (SAU)</b>           | 3863240   | 3668145 | 3641590 | -0,5                              | -0,2       | -0,4       |
| <b>Superfície Agrícola Cultivada (SAC)</b>           | 2952506   | 2315480 | 2333584 | -2,4                              | 0,2        | -1,7       |
| <b>Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU)</b>      | 202916    | 127691  | 100959  | -4,5                              | -5,7       | -4,9       |
| <b>Superfície Agrícola Total</b>                     | 4066156   | 3795836 | 3742549 | -0,7                              | -0,4       | -0,6       |

|  | Varição em % 1999-2009 | Varição em % 2009 -2013 | Varição em % 1999 - 2013 |
|--|------------------------|-------------------------|--------------------------|
| <b>TERRA ARÁVEL</b>                                  | -33                    | -6                      | -38                      |
| <b>Culturas temporárias</b>                          | -41                    | 4                       | -38                      |
| Cereais para grão                                    | -43                    | -12                     | -49                      |
| Cereais de Sequeiro                                  | -41                    | -22                     | -54                      |
| Milho grão   | -42                    | 18                      | -32                      |
| Arroz  | 13                     | 6                       | 20                       |
| Leguminosas secas                                    | -49                    | -30                     | -64                      |
| Oleaginosas (girassol)                               | -57                    | -16                     | -64                      |
| Culturas industriais                                 | -67                    | -23                     | -74                      |
| Culturas hortícolas                                  | -5                     | -11                     | -16                      |
| Culturas forrageiras                                 | -15                    | -6                      | -20                      |
| Prados temporários                                   | -15                    | 12                      | -4                       |
| Flores e plantas                                     | 46                     | 66                      | 143                      |
| <b>Pousios</b>                                       | -17                    | -2                      | -19                      |
| <b>HORTA FAMILIAR</b>                                | -9                     | -22                     | -29                      |
| <b>CULTURAS PERMANENTES</b>                          | -3                     | 3                       | 0                        |
| Frutos frescos                                       | -24                    | 7                       | -18                      |
| Citrinos   | -28                    | 6                       | -23                      |
| Frutos sub-tropicais                                 | 17                     | 24                      | 45                       |
| Frutos de casca rija                                 | 43                     | 22                      | 74                       |
| Olival   | 0                      | 1                       | 2                        |
| Vinha  | -17                    | -9                      | -25                      |
| Outras culturas permanentes                          | -21                    | -18                     | -35                      |
| <b>PRADOS E PASTAGENS PERMANENTES</b>                | 27                     | 2                       | 30                       |
| <b>Prados e pastagens permanentes em terra limpa</b> | 25                     | 3                       | 29                       |
| Melhorados e semeados                                | 6                      | 2                       | 8                        |
| Pobres   | 40                     | 3                       | 44                       |
| <b>Prados e pastagens permanentes sob coberto</b>    | 27                     | 3                       | 30                       |
| Melhorados e semeados                                | -38                    | 62                      | 1                        |
| Pobres   | 55                     | -8                      | 43                       |
| <b>Superfície Agrícola Utilizada (SAU)</b>           | -5                     | -1                      | -6                       |
| <b>Superfície Agrícola Cultivada (SAC)</b>           | -22                    | 1                       | -21                      |
| <b>Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU)</b>      | -37                    | -21                     | -50                      |
| <b>Superfície Agrícola Total</b>                     | -7                     | -1                      | -8                       |

### Anexo III – Evolução do efectivo pecuário entre 1999 e 2013

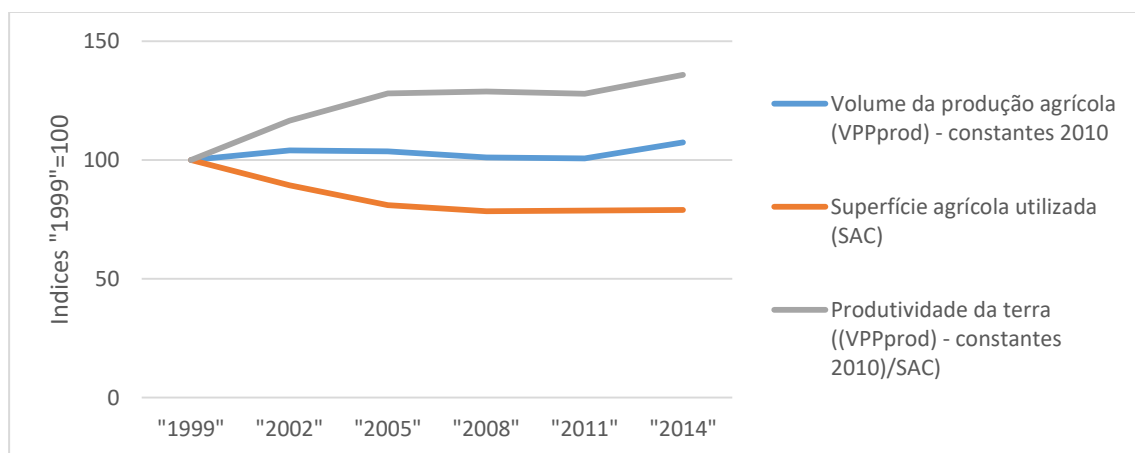
|                      | 1999      | Nº de cabeças<br>2013 | Varição do efectivo<br>pecuário (%) |
|----------------------|-----------|-----------------------|-------------------------------------|
| <b>Bovinos</b>       | 1.415.188 | 1.407.269             | -0,6                                |
| Vacas leiteiras      | 355.731   | 264.795               | -25,6                               |
| Vacas aleitantes     | 341.262   | 381.876               | 11,9                                |
| Outros bovinos       | 718.195   | 760.599               | 5,9                                 |
| <b>Ovinos</b>        | 2.929.765 | 2.074.000             | -29,2                               |
| Ovelhas reprodutoras | 2.428.937 | 1.634.000             | -32,7                               |
| Outros ovinos        | 500.828   | 439.000               | -12,3                               |

|                     |           |           |       |
|---------------------|-----------|-----------|-------|
| <b>Caprinos</b>     | 537.241   | 398.000   | -25,9 |
| Cabras reprodutoras | 456.431   | 334.000   | -26,8 |
| Outros caprinos     | 80.810    | 64.000    | -20,8 |
| <b>Suíños</b>       | 2.418.426 | 2.014.000 | -16,7 |
| Porcas reprodutoras | 334.142   | 223.000   | -33,3 |
| Outros suínos       | 2.084.284 | 1.791.000 | -14,1 |

#### Anexo IV – Evolução do Rácio capital/trabalho entre “1999” e “2014”

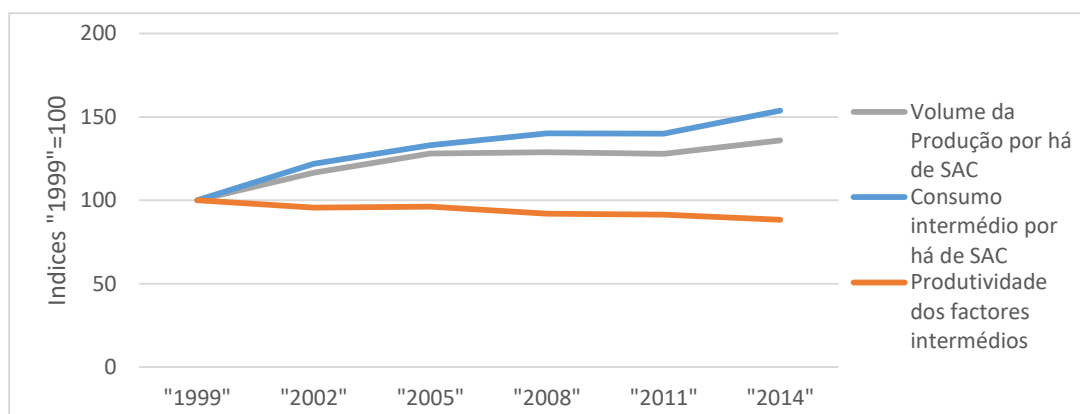
|   | Índices ("1999"=100) |        |        |        | Variação em %      |                    |                    |                    |
|---|----------------------|--------|--------|--------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|   | "1999"               | "2005" | "2011" | "2014" | "1999" -<br>"2005" | "2005" -<br>"2011" | "2011" -<br>"2014" | "1999" -<br>"2014" |
| Consumo de bens de capital fixo (CCF) a preços constantes | 100                  | 99     | 90     | 89     | -1                 | -9                 | -1                 | -11                |
| Volume de mão-de-obra agrícola (UTA)                      | 100                  | 88     | 71     | 65     | -12                | -19                | -10                | -35                |
| Rácio capital/trabalho (CCF/UTA)                          | 100                  | 113    | 126    | 138    | 13                 | 11                 | 10                 | 38                 |

#### Anexo V – Evolução da Produtividade da terra entre “1999” e “2014”



|                               | TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL (%/ANO) |                    |                    |                    |
|-------------------------------|---|--------------------|--------------------|--------------------|
|                               | "1999" -<br>"2005"                      | "2005" -<br>"2011" | "2011" -<br>"2014" | "1999" -<br>"2014" |
| Volume da produção agrícola   | 0,6                                     | -0,5               | 2,2                | 0,5                |
| Superfície agrícola cultivada | -3,5                                    | -0,5               | 0,1                | -1,6               |
| Produtividade da terra        | 4,2                                     | 0,0                | 2,0                | 2,1                |

## Anexo VI – Evolução da Produtividade dos factores intermédios entre “1999” e “2014”



|  | TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL (%/ANO) |                 |                 |                 |
|--|---|-----------------|-----------------|-----------------|
|  | "1999" - "2005"                         | "2005" - "2011" | "2011" - "2014" | "1999" - "2014" |
| Volume da produção por ha de SAC       | 4,2                                     | 0,0             | 2,0             | 2,1             |
| Consumo intermédio por ha de SAC       | 4,9                                     | 0,9             | 3,2             | 2,9             |
| Produtividade dos factores intermédios | -0,6                                    | -0,9            | -1,1            | -0,8            |

**Anexo VII – Conta cultura do milho para o triénio “2014”, “2005” e “1999”**

|   |            |       |
|---|------------|-------|
| Actividade                              | Milho Grão |       |
| Ano                                     | "2014"     |       |
| Produtividade p.principal - em natureza | 13882,24   | Kg/ha |
| Produtividade p.principal - comercial   | 12736,00   | Kg/ha |
| Preço p.principal                       | 0,17       | €/Kg  |
| Produtividade p.secundário              | 0,00       | Kg/ha |
| Preço p.secundário                      |            | €     |
| Período de permanência                  | 7          | Meses |

|     |    |
|-----|----|
| JCC | 6% |
| GG  | 3% |

| Operação                        | Prestação de Serviços | Consumos Intermédios      |            |              |                |               |
|---------------------------------|-----------------------|---------------------------|------------|--------------|----------------|---------------|
|                                 |                       | Designação                | Quantidade | Unidades     | Preço Unitário | Valor (€/ha)  |
| Monda Química (herbicida total) | 20,0                  | Rondup Ultra              | 3,0        | Litro        | 9,2            | 27,7          |
| Gradagem                        | 40,0                  |                           |            |              |                |               |
| Transporte Adub/Fit/Sem         | 20,0                  |                           |            |              |                |               |
| Adubação de Fundo               | 20,0                  | FertiDap 18-46-0          | 500,0      | Quilo        | 0,6            | 280,0         |
|                                 |                       | Cloreto de Potássio (60%) | 225,0      | Quilo        | 0,5            | 108,0         |
| Passagem de Chisel              | 70,0                  |                           |            |              |                |               |
| Passagem de Rototerra           | 70,0                  |                           |            |              |                |               |
| Sementeira                      | 60,0                  | Milho Grão FAO 600        | 1,8        | 50 MK Poncho | 132,0          | 237,6         |
| Monda Química                   | 20,0                  | Lumax                     | 4,0        | Litro        | 14,0           | 56,0          |
| Tratamento Fitossanitário       | 20,0                  | Karate +                  | 0,2        | Litro        | 75,0           | 15,0          |
| Adubação de Cobertura           |                       | Nutrifluid 32N            | 0,6        | Tonelada     | 300,0          | 180,0         |
| Sacha                           | 40,0                  |                           |            |              |                |               |
| Ceifa e debulha                 | 110,0                 |                           |            |              |                |               |
| Transporte do produto           | 20,0                  |                           |            |              |                |               |
| Secagem                         |                       | Secagem Cereais           | 13882,2    | Quilo        | 0,0            | 208,2         |
| <b>Total</b>                    | <b>510,0</b>          |                           |            |              |                | <b>1112,5</b> |

|                    | Mão-de-obra (não especializada) |              |           | Equipamento             |                     | Água                     |            |                |              |
|--------------------|---------------------------------|--------------|-----------|-------------------------|---------------------|--------------------------|------------|----------------|--------------|
|                    | Horas                           | Preço (€/ha) | Custo (€) | Custos Variáveis (€/ha) | Custos fixos (€/ha) | Designação               | Quantidade | Preço unitário | Custo (€/ha) |
| Rega (pivot 50 ha) | 3                               | 4,95         | 14,85     | 126,35                  | 83,77               | Água (m3)                | 6500       | 0,025          | 162,5        |
|                    |                                 |              |           |                         |                     | Água (comp. Fixa por ha) | 1          | 50             | 50           |

| Índices de Preços (todas as culturas) |                    |                         |                              |                          |                    |
|---------------------------------------|--------------------|-------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------|
|                                       | Sementes e Plantas | Energia e Lubrificantes | Adubos e Correctivos do solo | Produtos fitossanitários | Serviços Agrícolas |
| "2014"                                | 100                | 100                     | 100                          | 100                      | 100                |
| "2005"                                | 98                 | 69                      | 62                           | 74                       | 88                 |
| "1999"                                | 88                 | 60                      | 56                           | 77                       | 70                 |

| Índices de Preços (todas as culturas) |               |     |             |                            |   |
|---------------------------------------|---------------|-----|-------------|----------------------------|---|
|                                       | Electricidade | Gas | Mão-de-obra | Manutenção de equipamentos | Equipamentos (consumo de capital fixo equipamentos) |
| "2014"                                | 100           | 100 | 100         | 100                        | 100   |
| "2005"                                | 64            | 65  | 82          | 95                         | 86  |
| "1999"                                | 54            | 43  | 67          | 73                         | 54  |

| Grupo                                 | "2014"        | "2005"         | "1999"         |
|---------------------------------------|---------------|----------------|----------------|
|                                       | Gasto (€/há)  |                |                |
| Prestação de serviços                 | 510,0         | 448,80         | 357,00         |
| Secagem cereais                       | 208,2         | 135,35         | 89,54          |
| Adubos                                | 568,0         | 353,52         | 316,33         |
| Herbicidas e insecticidas             | 98,7          | 72,87          | 75,49          |
| Sementes                              | 237,6         | 232,85         | 209,09         |
| Água                                  | 212,5         | 136,00         | 114,75         |
| Equipamento de rega -Custos variáveis | 126,35        | 120,03         | 92,24          |
| Custos fixos                          | 83,77         | 72,04          | 45,24          |
| Mão-de-obra (rega)                    | 14,85         | 12,18          | 9,95           |
| <b>TOTAL</b>                          | <b>2060,0</b> | <b>1583,64</b> | <b>1309,62</b> |

**“2014”**

| Custos (€/ha) |                       |                 |                    |              |           |             |                 |
|---------------|-----------------------|-----------------|--------------------|--------------|-----------|-------------|-----------------|
|               |                       |                 | Equipamento (rega) |              |           |             |                 |
| M.O.          | Aquisição de serviços | C.I. (com água) | Custos variáveis   | Custos fixos | G.G.      | J.C.C.      | TOTAL (s/renda) |
| 14,85         | 510,00                | 1324,99         | 126,35             | 83,77        | 39,749808 | 35,01913464 | <b>2134,73</b>  |

| Receitas (€/ha)   |               |         |         |           |                  |       |                |
|-------------------|---------------|---------|---------|-----------|------------------|-------|----------------|
| Valor da Produção |               |         | Ajudas  |           |                  |       | Receita Total  |
| P. principal      | P. secundário | Total   | Comerc. | Agro-amb. | Pagamento compl. | Total |                |
| 2165,12           |               | 2165,12 |         |           | 82,78            | 82,78 | <b>2247,90</b> |

| Síntese de Resultados         | €/ha     |
|-------------------------------|----------|
| RT (Receitas Totais)          | 2.247,90 |
| CT (Custos Totais s/renda)    | 2.134,73 |
| MB (Margem Bruta)             | 236,69   |
| RFE (Rend. Empres. Fundiário) | 113,17   |

**“2005”**

|   |            |       |
|---|------------|-------|
| Actividade                              | Milho Grão |       |
| Ano                                     | "2005"     |       |
| Produtividade p.principal - em natureza | 9362,01    | Kg/ha |
| Produtividade p.principal - comercial   | 8589,00    | Kg/ha |
| Preço p.principal                       | 0,14       | €/Kg  |
| Produtividade p.secundário              | 0,00       | Kg/ha |
| Preço p.secundário                      |            | €     |
| Período de permanência                  | 7          | Meses |



| Custos (€/ha) |                       |                 |                    |              |            |             |                 |
|---------------|-----------------------|-----------------|--------------------|--------------|------------|-------------|-----------------|
|               |                       |                 | Equipamento (rega) |              |            |             |                 |
| M.O.          | Aquisição de serviços | C.I. (com água) | Custos variáveis   | Custos fixos | G.G.       | J.C.C.      | TOTAL (s/renda) |
| 12,177        | 448,80                | 930,59          | 120,03             | 72,0422      | 27,9176861 | 26,72844515 | 1638,29         |

| Receitas (€/ha)   |               |         |         |           |                  |        |               |
|-------------------|---------------|---------|---------|-----------|------------------|--------|---------------|
| Valor da Produção |               |         | Ajudas  |           |                  |        | Receita Total |
| P. principal      | P. secundário | Total   | Comerc. | Agro-amb. | Pagamento compl. | Total  |               |
| 1236,82           |               | 1236,82 |         |           | 435,00           | 435,00 | 1671,82       |

| Síntese de Resultados         | €/ha     |
|-------------------------------|----------|
| RT (Receitas Totais)          | 1.671,82 |
| CT (Custos Totais s/renda)    | 1.638,29 |
| MB (Margem Bruta)             | 133,49   |
| RFE (Rend. Empres. Fundiário) | 33,53    |

**“1999”**

|   |            |       |
|---|------------|-------|
| Actividade                              | Milho Grão |       |
| Ano                                     | "2005"     |       |
| Produtividade p.principal - em natureza | 9921,18    | Kg/ha |
| Produtividade p.principal - comercial   | 9102,00    | Kg/ha |
| Preço p.principal                       | 0,14       | €/Kg  |
| Produtividade p.secundário              | 0,00       | Kg/ha |
| Preço p.secundário                      |            | €     |
| Período de permanência                  | 7          | Meses |

| Custos (€/ha) |                       |                 |                    |              |             |           |                 |
|---------------|-----------------------|-----------------|--------------------|--------------|-------------|-----------|-----------------|
|               |                       |                 | Equipamento (rega) |              |             |           |                 |
| M.O.          | Aquisição de serviços | C.I. (com água) | Custos variáveis   | Custos fixos | G.G.        | J.C.C.    | TOTAL (s/renda) |
| 9,9495        | 357,00                | 805,20          | 92,24              | 45,2358      | 24,15591199 | 22,375298 | 1356,15         |

| Receitas (€/ha)   |               |         |               |           |                  |        |               |
|-------------------|---------------|---------|---------------|-----------|------------------|--------|---------------|
| Valor da Produção |               |         | Ajudas        |           |                  |        | Receita Total |
| P. principal      | P. secundário | Total   | Co-financiada | Agro-amb. | Pagamento compl. | Total  |               |
| 1228,77           |               | 1228,77 | 228,16        |           | 394,03           | 622,19 | 1850,96       |

| Síntese de Resultados         | €/ha     |
|-------------------------------|----------|
| RT (Receitas Totais)          | 1.850,96 |
| CT (Custos Totais s/renda)    | 1.356,15 |
| MB (Margem Bruta)             | 564,20   |
| RFE (Rend. Empres. Fundiário) | 494,81   |

| Médias dos 3 anos   |        |
|---------------------|--------|
| Co-financiada (€/t) | 25,07  |
| Arvenses (€/ha)     | 394,03 |

**Anexo VIII – Conta cultura do tomate para o triénio “2014”, “2005” e “1999”**

|   |          |       |
|---|----------|-------|
| Actividade                              | Tomate   |       |
| Ano                                     | 2014     |       |
| Produtividade p.principal - em natureza |          | Kg/ha |
| Produtividade p.principal - comercial   | 83161,00 | Kg/ha |
| Preço p.principal                       | 0,0741   | €/Kg  |
| Produtividade p.secundário              | 0        | Kg/ha |
| Preço p.secundário                      |          | €     |
| Período de permanência                  | 7        | Meses |

| Operação                    | Prestação de Serviços | Consumos Intermedios |            |          |                |              |
|-----------------------------|-----------------------|----------------------|------------|----------|----------------|--------------|
|                             |                       | Designação           | Quantidade | Unidades | Preço Unitário | Valor (€/ha) |
| Lavoura                     | 75                    | Metame Sódio         | 210        | Quilo    | 1,10           | 231,0        |
| Gradagem                    | 40                    | Foskamónio 7-18-27   | 300        | Quilo    | 0,55           | 166,3        |
| Armação do terreno          | 40                    | Amicote 6-12-20      | 300        | Quilo    | 0,49           | 146,4        |
| Transporte Adub/Fit/Sem     | 20                    | Artist               | 1,5        | Quilo    | 39,04          | 58,6         |
| Adubação de Fundo           | 20                    | Sencor Wg            | 1          | Quilo    | 53,75          | 53,8         |
| Gradagem                    | 40                    | Targa Gold           | 1,5        | Litro    | 44,87          | 67,3         |
| Monda Química               | 20                    | Tomate               | 35000      | Planta   | 0,02           | 612,5        |
| Plantação                   | 155                   |                      |            |          |                |              |
| Transporte de plantas       | 20                    |                      |            |          |                |              |
| Sacha                       | 50                    | Fita de Rega         | 6600       | Metro    | 0,04           | 283,8        |
| Tratamentos Fitossanitários | 120                   | Nutrifluid 7-21-0    | 100        | Litro    | 0,40           | 39,8         |
| Colheita                    | 1000                  | Nutrifluid 12-6-6    | 1000       | Litro    | 0,29           | 291,0        |
| Transporte até à fábrica    | 750                   | Nutrifluid 4-4-12    | 1000       | Litro    | 0,26           | 260,0        |
|                             |                       | Nutrifluid 0-0-14,5  | 500        | Litro    | 0,22           | 112,0        |
|                             |                       | Melody Cobre         | 1,3        | Quilo    | 25,36          | 33,0         |
|                             |                       | Teldor               | 1,5        | Quilo    | 77,53          | 116,3        |
|                             |                       | Mocap 10 G           | 10         | Quilo    | 9,78           | 97,8         |

|              |               |                |     |       |       |               |
|--------------|---------------|----------------|-----|-------|-------|---------------|
|              |               | MesuroI 50     | 1,5 | Litro | 64,99 | 97,5          |
|              |               | Confidor O tec | 0,5 | Litro | 84,00 | 42,0          |
|              |               | Decis          | 0,5 | Litro | 34,01 | 17,0          |
|              |               | Seguro         | 1,0 | ha    | 150,0 | 150,0         |
| <b>TOTAL</b> | <b>2350,0</b> |                |     |       |       | <b>2876,0</b> |

|                         | Mão-de-obra (não especializada) |              |           | Equipamento             |                     | Água                     |            |                |              |
|-------------------------|---------------------------------|--------------|-----------|-------------------------|---------------------|--------------------------|------------|----------------|--------------|
|                         | Horas                           | Preço (€/ha) | Custo (€) | Custos Variáveis (€/ha) | Custos fixos (€/ha) | Designação               | Quantidade | Preço unitário | Custo (€/ha) |
| Rega gota-a-gota (fita) | 4                               | 4,95         | 19,8      | 118,00                  | 214,72              | Água (m3)                | 4500       | 0,025          | 112,5        |
|                         |                                 |              |           |                         |                     | Água (comp. Fixa por ha) | 1          | 50             | 50           |

| Grupo                                 | "2014"         | "2005"         | "1999"         |
|---------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
|                                       | Gasto (€/há)   |                |                |
| Prestação de serviços                 | 2350,0         | 2068,00        | 1645,00        |
| Fita de Rega                          | 283,8          | 244,07         | 153,25         |
| Adubos                                | 1246,5         | 775,82         | 694,22         |
| Herbicidas, insecticidas e fungicidas | 583,1          | 430,72         | 446,18         |
| Plantas                               | 612,5          | 600,25         | 539,00         |
| Água                                  | 162,5          | 104,00         | 87,75          |
| Equipamento de rega -Custos variáveis | 118,00         | 112,10         | 86,14          |
| Custos fixos                          | 214,72         | 184,66         | 115,95         |
| Mão-de-obra (rega)                    | 19,8           | 16,24          | 13,27          |
| Seguro                                | 150            | 100,00         | 75,00          |
| <b>TOTAL</b>                          | <b>5740,99</b> | <b>4635,86</b> | <b>3855,75</b> |

**“2014”**

| Custos (€/ha) |                       |                 |                    |              |      |        |                 |
|---------------|-----------------------|-----------------|--------------------|--------------|------|--------|-----------------|
|               |                       |                 | Equipamento (rega) |              |      |        |                 |
| M.O.          | Aquisição de serviços | C.I. (com água) | Custos variáveis   | Custos fixos | G.G. | J.C.C. | TOTAL (s/renda) |
| 19,8          | 2350,0                | 3038,5          | 118,0              | 214,7        | 91,2 | 98,0   | 5930,1          |

| Receitas (€/ha)   |               |        |         |           |                  |       |               |
|-------------------|---------------|--------|---------|-----------|------------------|-------|---------------|
| Valor da Produção |               |        | Ajudas  |           |                  |       | Receita Total |
| P. principal      | P. secundário | Total  | Comerc. | Agro-amb. | Pagamento compl. | Total |               |
| 6162,2            |               | 6162,2 |         |           | 240,0            | 240,0 | 6402,2        |

| Síntese de Resultados         | €/ha     |
|-------------------------------|----------|
| RT (Receitas Totais)          | 6.402,23 |
| CT (Custos Totais s/renda)    | 5.930,10 |
| MB (Margem Bruta)             | 778,00   |
| RFE (Rend. Empres. Fundiário) | 472,13   |

**“2005”**

|   |          |       |
|---|----------|-------|
| Actividade                              | Tomate   |       |
| Ano                                     | 2005     |       |
| Produtividade p.principal - em natureza |          | Kg/ha |
| Produtividade p.principal - comercial   | 80095,00 | Kg/ha |
| Preço p.principal                       | 0,07777  | €/Kg  |
| Produtividade p.secundário              |          | Kg/ha |
| Preço p.secundário                      |          | €     |
| Período de permanência                  | 7        | Meses |

| Custos (€/ha) |                       |                 |                    |              |             |             |                 |
|---------------|-----------------------|-----------------|--------------------|--------------|-------------|-------------|-----------------|
|               |                       |                 | Equipamento (rega) |              |             |             |                 |
| M.O.          | Aquisição de serviços | C.I. (com água) | Custos variáveis   | Custos fixos | G.G.        | J.C.C.      | TOTAL (s/renda) |
| 16,236        | 2068,00               | 2254,86         | 112,10             | 184,6592     | 67,64588062 | 78,79564994 | <b>4782,30</b>  |

| Receitas (€/ha)   |               |         |         |           |                  |         |                |
|-------------------|---------------|---------|---------|-----------|------------------|---------|----------------|
| Valor da Produção |               |         | Ajudas  |           |                  |         | Receita Total  |
| P. principal      | P. secundário | Total   | Comerc. | Agro-amb. | Pagamento compl. | Total   |                |
| 6228,99           |               | 6228,99 |         |           | 2708,00          | 2708,00 | <b>8936,99</b> |

| Síntese de Resultados         | €/ha     |
|-------------------------------|----------|
| RT (Receitas Totais)          | 8.936,99 |
| CT (Custos Totais s/renda)    | 4.782,30 |
| MB (Margem Bruta)             | 4.406,99 |
| RFE (Rend. Empres. Fundiário) | 4.154,69 |

**“1999”**

|   |          |       |
|---|----------|-------|
| Actividade                              | Tomate   |       |
| Ano                                     | 2014,00  |       |
| Produtividade p.principal - em natureza | 0,00     | Kg/ha |
| Produtividade p.principal - comercial   | 67202,00 | Kg/ha |
| Preço p.principal 1999/2000             | 0,09     | €/Kg  |
| Produtividade p.secundário              | 0,00     | Kg/ha |
| Preço p.secundário                      | 0,00     | €     |
| Período de permanência                  | 7,00     | Meses |

| Custos (€/ha) |                       |                 |                    |              |             |           |                 |
|---------------|-----------------------|-----------------|--------------------|--------------|-------------|-----------|-----------------|
|               |                       |                 | Equipamento (rega) |              |             |           |                 |
| M.O.          | Aquisição de serviços | C.I. (com água) | Custos variáveis   | Custos fixos | G.G.        | J.C.C.    | TOTAL (s/renda) |
| 13,266        | 1645,00               | 1995,40         | 86,14              | 115,9488     | 59,86185248 | 66,261946 | 3981,87         |

| Receitas (€/ha)   |               |         |               |           |                  |       |               |
|-------------------|---------------|---------|---------------|-----------|------------------|-------|---------------|
| Valor da Produção |               |         | Ajudas        |           |                  |       | Receita Total |
| P. principal      | P. secundário | Total   | Co-financiada | Agro-amb. | Pagamento compl. | Total |               |
| 5978,29           |               | 5978,29 |               |           |                  | 0,00  | 5978,29       |

| Síntese de Resultados         | €/ha     |
|-------------------------------|----------|
| RT (Receitas Totais)          | 5.978,29 |
| CT (Custos Totais s/renda)    | 3.981,87 |
| MB (Margem Bruta)             | 2.172,23 |
| RFE (Rend. Empres. Fundiário) | 1.996,42 |

#### Anexo IX – Conta cultura do arroz para o triénio “2014”, “2005” e “1999”

|   |         |       |
|---|---------|-------|
| Actividade                              | Arroz   |       |
| Ano                                     | "2014"  |       |
| Produtividade p.principal - em natureza |         | Kg/ha |
| Produtividade p.principal - comercial   | 6283,00 | Kg/ha |
| Preço p.principal                       | 0,24    | €/Kg  |
| Produtividade p.secundário              |         | Kg/ha |
| Preço p.secundário                      |         | €     |
| Período de permanência                  | 6       | Meses |

| Operação                          | Prestação de Serviços | Consumos Intermédios     |            |            |                |              |
|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------|------------|------------|----------------|--------------|
|                                   |                       | Designação               | Quantidade | Unidades   | Preço Unitário | Valor (€/ha) |
| Lavoura                           | 75,0                  | FoskaSuper (NPK) 7-14-14 | 500        | Quilo      | 0,35           | 175,0        |
| Construção e Limpeza (manutenção) | 70,0                  | Arroz                    | 0,38       | Saco 500kg | 403,20         | 153,2        |
| Adubação de Fundo                 | 20,0                  | Ronstar                  | 1,5        | Litro      | 35,36          | 53,0         |
| Transporte Adub/Fit/Sem           | 20,0                  | Herbinexa 40 K           | 1,5        | Litro      | 4,12           | 6,2          |
| Gradagem Cruzada                  | 70,0                  | Ureia 46%                | 200        | Quilo      | 0,54           | 107,5        |
| Nivelamento do Canteiro           | 80,0                  |                          |            |            |                |              |
| Sementeira                        | 30,0                  |                          |            |            |                |              |
| Transporte Adub/Fit/Sem           | 20,0                  |                          |            |            |                |              |
| Monda Química (avião)             | 60,0                  |                          |            |            |                |              |
| Adubação de Cobertura (avião)     | 35,0                  |                          |            |            |                |              |
| Colheita                          | 130,0                 |                          |            |            |                |              |
| Transporte até à exploração       | 20,0                  |                          |            |            |                |              |
|                                   |                       | Secagem Cereais          | 6283,0     | Quilo      | 0,04           | 219,9        |
| <b>Total</b>                      | <b>630,0</b>          |                          |            |            |                | <b>714,9</b> |

|                   | Mão-de-obra (não especializada) |              |           | Equipamento             |                     | Água                     |            |                |              |
|-------------------|---------------------------------|--------------|-----------|-------------------------|---------------------|--------------------------|------------|----------------|--------------|
|                   | Horas                           | Preço (€/ha) | Custo (€) | Custos Variáveis (€/ha) | Custos fixos (€/ha) | Designação               | Quantidade | Preço unitário | Custo (€/ha) |
| Rega (alagamento) | 19                              | 4,95         | 94,05     | 0,00                    | 160                 | Água (m3)                | 11000      | 0,025          | 275          |
|                   |                                 |              |           |                         |                     | Água (comp. Fixa por ha) | 1          | 50             | 50           |



| Grupo                                 | "2014"        | "2005"         | "1999"         |
|---------------------------------------|---------------|----------------|----------------|
|                                       | Gasto (€/há)  |                |                |
| Prestação de serviços                 | 630,0         | 554,40         | 441,00         |
| Secagem cereais                       | 219,9         | 142,94         | 94,56          |
| Adubos                                | 282,5         | 175,84         | 157,35         |
| Herbicidas e insecticidas             | 59,2          | 43,74          | 45,31          |
| Sementes                              | 153,2         | 150,15         | 134,83         |
| Água                                  | 325           | 208,00         | 175,50         |
| Equipamento de rega -Custos variáveis | 0,00          | 0,00           | 0,00           |
| Custos fixos                          | 160,00        | 137,60         | 86,40          |
| Mão-de-obra (rega)                    | 94,05         | 77,12          | 63,01          |
| <b>TOTAL</b>                          | <b>1923,9</b> | <b>1489,79</b> | <b>1197,96</b> |

**"2014"**

| Custos (€/ha) |                       |                 |                    |              |             |             |                 |
|---------------|-----------------------|-----------------|--------------------|--------------|-------------|-------------|-----------------|
|               |                       |                 | Equipamento (rega) |              |             |             |                 |
| M.O.          | Aquisição de serviços | C.I. (com água) | Custos variáveis   | Custos fixos | G.G.        | J.C.C.      | TOTAL (s/renda) |
| 94,05         | 630,00                | 1039,86         | 0,00               | 160          | 31,19592675 | 25,51590228 | <b>1980,63</b>  |

| Receitas (€/ha)   |               |         |         |           |                  |        |                |
|-------------------|---------------|---------|---------|-----------|------------------|--------|----------------|
| Valor da Produção |               |         | Ajudas  |           |                  |        | Receita Total  |
| P. principal      | P. secundário | Total   | Comerc. | Agro-amb. | Pagamento compl. | Total  |                |
| 1480,2748         |               | 1480,27 |         |           | 194,00           | 194,00 | <b>1674,27</b> |

| Síntese de Resultados         | €/ha     |
|-------------------------------|----------|
| RT (Receitas Totais)          | 1.674,27 |
| CT (Custos Totais s/renda)    | 1.980,63 |
| MB (Margem Bruta)             | -115,16  |
| RFE (Rend. Empres. Fundiário) | -306,35  |

**“2005”**

|   |         |       |
|---|---------|-------|
| Actividade                              | Arroz   |       |
| Ano                                     | "2005"  |       |
| Produtividade p.principal - em natureza |         | Kg/ha |
| Produtividade p.principal - comercial   | 6130,00 | Kg/ha |
| Preço p.principal                       | 0,20    | €/Kg  |
| Produtividade p.secundário              |         | Kg/ha |
| Preço p.secundário                      |         | €     |
| Período de permanência                  | 6       | Meses |

| Custos (€/ha) |                       |                 |                    |              |             |             |                 |
|---------------|-----------------------|-----------------|--------------------|--------------|-------------|-------------|-----------------|
|               |                       |                 | Equipamento (rega) |              |             |             |                 |
| M.O.          | Aquisição de serviços | C.I. (com água) | Custos variáveis   | Custos fixos | G.G.        | J.C.C.      | TOTAL (s/renda) |
| 77,121        | 554,40                | 720,67          | 0,00               | 137,6        | 21,62010636 | 19,45035478 | 1530,86         |

| Receitas (€/ha)   |               |         |         |           |                  |        |               |
|-------------------|---------------|---------|---------|-----------|------------------|--------|---------------|
| Valor da Produção |               |         | Ajudas  |           |                  |        | Receita Total |
| P. principal      | P. secundário | Total   | Comerc. | Agro-amb. | Pagamento compl. | Total  |               |
| 1234,58           |               | 1234,58 | 24,52   |           | 435,00           | 459,52 | 1694,10       |

| Síntese de Resultados         | €/ha     |
|-------------------------------|----------|
| RT (Receitas Totais)          | 1.694,10 |
| CT (Custos Totais s/renda)    | 1.530,86 |
| MB (Margem Bruta)             | 322,46   |
| RFE (Rend. Empres. Fundiário) | 163,24   |

**“1999”**

|   |         |       |
|---|---------|-------|
| Actividade                              | Arroz   |       |
| Tecnologia                              |         |       |
| Ano                                     | "1999"  |       |
| Produtividade p.principal - em natureza |         | Kg/ha |
| Produtividade p.principal - comercial   | 6134,00 | Kg/ha |
| Preço p.principal                       | 0,30    | €/Kg  |
| Produtividade p.secundário              |         | Kg/ha |
| Preço p.secundário                      |         | €     |
| Período de permanência                  | 6       | Meses |

| Custos (€/ha) |                       |                 |                    |              |            |             |                 |
|---------------|-----------------------|-----------------|--------------------|--------------|------------|-------------|-----------------|
|               |                       |                 | Equipamento (rega) |              |            |             |                 |
| M.O.          | Aquisição de serviços | C.I. (com água) | Custos variáveis   | Custos fixos | G.G.       | J.C.C.      | TOTAL (s/renda) |
| 63,0135       | 441,00                | 607,54          | 0,00               | 86,4         | 18,2262758 | 16,00153203 | <b>1232,18</b>  |

| Receitas (€/ha)   |               |         |               |           |                  |        |                |
|-------------------|---------------|---------|---------------|-----------|------------------|--------|----------------|
| Valor da Produção |               |         | Ajudas        |           |                  |        | Receita Total  |
| P. principal      | P. secundário | Total   | Co-financiada | Agro-amb. | Pagamento compl. | Total  |                |
| 1834,68           |               | 1834,68 | 0,00          |           | 280,00           | 280,00 | <b>2114,68</b> |

| Síntese de Resultados         | €/ha     |
|-------------------------------|----------|
| RT (Receitas Totais)          | 2.114,68 |
| CT (Custos Totais s/renda)    | 1.232,18 |
| MB (Margem Bruta)             | 987,12   |
| RFE (Rend. Empres. Fundiário) | 882,50   |

#### Anexo X – Conta cultura do olival para o triénio “2014”, “2005” e “1999”

Simulação de um ano em plena produção (6º), com uma amortização do custo de instalação mais juros, produtividade média de 10t/ha e rendimento de 15%

|   |          |       |
|---|----------|-------|
| Actividade                              | Olival   |       |
| Ano                                     | "2014"   |       |
| Produtividade p.principal - em natureza | 11000,00 | Kg/ha |
| Produtividade p.principal - comercial   | 1650,00  | Kg/ha |
| Preço p.principal                       | 2,90     | €/Kg  |
| Produtividade p.secundário              |          | Kg/ha |
| Preço p.secundário                      |          | €     |
| Período de permanência                  | 12       | Meses |

| Operação                         | Prestação de Serviços | Consumos Intermédios |            |          |                            |              |
|----------------------------------|-----------------------|----------------------|------------|----------|----------------------------|--------------|
|                                  |                       | Designação           | Quantidade | Unidades | Preço Unitário (€/unidade) | Valor (€/ha) |
| Poda                             | 50,0                  | Oxicloreto 50%       | 5,1        | Quilo    | 6,00                       | 30,6         |
| Destroçar lenha da poda          | 45,0                  | Cuprital (3x)        | 5,1        | Quilo    | 9,80                       | 50,0         |
| Destroçar erva na entrelinha (2) | 70,0                  | Solubor              | 2,55       |          | 4,00                       | 10,2         |
| Transporte adubo                 | 20,0                  | Score (2x)           | 0,51       |          | 65,00                      | 33,2         |
| Adubação (sólido)                | 20,0                  | Calpus (5x)          | 12,75      |          | 4,50                       | 57,4         |
| Tratamentos foliares (9)         | 180,0                 | Judo (5x)            | 0,51       |          | 45                         | 23,0         |
| Aplicações de herbicidas (3)     | 60,0                  | Dimetoato (2x)       | 2,55       |          | 5,8                        | 14,8         |
| Adubações cobertura com a rega   | *                     | Nordox (3x)          | 5,95       |          | 12,00                      | 71,4         |
| Colheita                         | 440,0                 | Flint                | 0,12       |          | 130                        | 15,6         |
| Transporte azeitona              | 110,0                 | Oxifluorfena         | 0,15       |          | 8                          | 1,2          |
| Transformação (maquia)           | 385,0                 | Glifosato (3x)       | 4,5        |          | 3                          | 13,5         |
|                                  |                       | Musketeer            | 0,5        |          | 33,0                       | 16,5         |
|                                  |                       | Tomahawk             | 0,5        |          | 20,0                       | 10,0         |
|                                  |                       | 20_5_10              | 200,0      |          | 0,4                        | 86,0         |
|                                  |                       | 12_3_6               | 300,0      |          | 0,30                       | 90,0         |
|                                  |                       | 6_3_12               | 200,0      |          | 0,3                        | 75,0         |
| <b>Total</b>                     | <b>1380,0</b>         |                      |            |          |                            | <b>598,2</b> |

|                    | Mão-de-obra (não especializada) |              |           | Água                     |            |                |              |
|--------------------|---------------------------------|--------------|-----------|--------------------------|------------|----------------|--------------|
|                    | Horas                           | Preço (€/ha) | Custo (€) | Designação               | Quantidade | Preço unitário | Custo (€/ha) |
| Rega (gota-a-gota) | 5                               | 4,95         | 24,75     | Água (m3)                | 4000       | 0,025          | 100          |
|                    |                                 |              |           | Água (comp. Fixa por ha) | 1          | 50             | 50           |

| Grupo                                 | "2014"        | "2005"         | "1999"         |
|---------------------------------------|---------------|----------------|----------------|
|                                       | Gasto (€/há)  |                |                |
| Prestação de serviços                 | 445,0         | 391,60         | 311,50         |
| Adubos                                | 251,0         | 156,22         | 139,79         |
| Herbicidas, insecticidas e fungicidas | 347,2         | 256,48         | 265,68         |
| Água                                  | 150           | 96,00          | 81,00          |
| Equipamento de rega -Custos variáveis | 0,00          | 0,00           | 0,00           |
| Investimento - Custos fixos           | 1500,00       | 1290,00        | 810,00         |
| Mão-de-obra (rega)                    | 24,75         | 20,30          | 16,58          |
| Colheita, transporte e transformação  | 935           | 748            | 505,75         |
| <b>TOTAL</b>                          | <b>3653,0</b> | <b>2958,59</b> | <b>2130,30</b> |

**"2014"**

| Custo de instalação anualizado |           |
|--------------------------------|-----------|
| Amortização (€)                | Juros (€) |
| 1000                           | 500       |
| <b>1.500,00 €</b>              |           |

| Custos (€/ha) |                       |                 |                    |              |          |            |                 |
|---------------|-----------------------|-----------------|--------------------|--------------|----------|------------|-----------------|
|               |                       |                 | Equipamento (rega) |              |          |            |                 |
| M.O.          | Aquisição de serviços | C.I. (com água) | Custos variáveis   | Custos fixos | G.G.     | J.C.C.     | TOTAL (s/renda) |
| 24,75         | 1380,00               | 748,25          |                    | 1.500,00 €   | 22,44735 | 64,5207705 | <b>3739,96</b>  |

| Receitas (€/ha)   |               |         |                  |           |                  |         |
|-------------------|---------------|---------|------------------|-----------|------------------|---------|
| Valor da Produção |               |         | Ajudas           |           |                  |         |
| P. principal      | P. secundário | Total   | Ajuda à Produção | Agro-amb. | Pagamento compl. | Total   |
| 4785              |               | 4785,00 |                  |           |                  | 4785,00 |

| Síntese de Resultados         | €/ha     |
|-------------------------------|----------|
| RT (Receitas Totais)          | 4.785,00 |
| CT (Custos Totais s/renda)    | 3.739,96 |
| MB (Margem Bruta)             | 2.567,48 |
| RFE (Rend. Empres. Fundiário) | 1.045,04 |

**“2005”**

|   |          |       |
|---|----------|-------|
| Actividade                              | Olival   |       |
| Ano                                     | "2005"   |       |
| Produtividade p.principal - em natureza | 10000,00 | Kg/ha |
| Produtividade p.principal - comercial   | 1500,00  | Kg/ha |
| Preço p.principal                       | 2,70     | €/Kg  |
| Produtividade p.secundário              |          | Kg/ha |
| Preço p.secundário                      |          | €     |
| Período de permanência                  | 12       | Meses |

| Custos (€/ha) |                       |                 |                    |              |             |             |                 |
|---------------|-----------------------|-----------------|--------------------|--------------|-------------|-------------|-----------------|
|               |                       |                 | Equipamento (rega) |              |             |             |                 |
| M.O.          | Aquisição de serviços | C.I. (com água) | Custos variáveis   | Custos fixos | G.G.        | J.C.C.      | TOTAL (s/renda) |
| 20,3          | 1139,60               | 508,70          |                    | 1290,0       | 15,26099981 | 49,90682981 | 3023,76         |

| Receitas (€/ha)   |               |         |                  |           |                  |         |               |
|-------------------|---------------|---------|------------------|-----------|------------------|---------|---------------|
| Valor da Produção |               |         | Ajudas           |           |                  |         | Receita Total |
| P. principal      | P. secundário | Total   | Ajuda à Produção | Agro-amb. | Pagamento compl. | Total   |               |
| 4050,00           |               | 4050,00 | 1302,00          |           |                  | 1302,00 | 5352,00       |

| Síntese de Resultados         | €/ha     |
|-------------------------------|----------|
| RT (Receitas Totais)          | 5.352,00 |
| CT (Custos Totais s/renda)    | 3.023,76 |
| MB (Margem Bruta)             | 3.633,50 |
| RFE (Rend. Empres. Fundiário) | 2.328,24 |

**“1999”**

|   |         |       |
|---|---------|-------|
| Actividade                              | Olival  |       |
| Ano                                     | "1999"  |       |
| Produtividade p.principal - em natureza | 8500,00 | Kg/ha |
| Produtividade p.principal - comercial   | 1275,00 | Kg/ha |
| Preço p.principal                       | 1,70    | €/Kg  |
| Produtividade p.secundário              |         | Kg/ha |
| Preço p.secundário                      |         | €     |
| Período de permanência                  | 12      | Meses |



| Custos (€/ha) |                       |                 |                    |              |             |           |                 |
|---------------|-----------------------|-----------------|--------------------|--------------|-------------|-----------|-----------------|
|               |                       |                 | Equipamento (rega) |              |             |           |                 |
| M.O.          | Aquisição de serviços | C.I. (com água) | Custos variáveis   | Custos fixos | G.G.        | J.C.C.    | TOTAL (s/renda) |
| 16,6          | 817,25                | 486,47          |                    | 810,0        | 14,59412752 | 39,549451 | 2184,45         |

| Receitas (€/ha)               |               |          |                  |           |                  |         |               |
|-------------------------------|---------------|----------|------------------|-----------|------------------|---------|---------------|
| Valor da Produção             |               |          | Ajudas           |           |                  |         | Receita Total |
| P. principal                  | P. secundário | Total    | Ajuda à Produção | Agro-amb. | Pagamento compl. | Total   |               |
| 2167,50                       |               | 2167,50  | 1227,83          |           |                  | 1227,83 | 3395,33       |
| Síntese de Resultados         |               | €/ha     |                  |           |                  |         |               |
| RT (Receitas Totais)          |               | 3.395,33 |                  |           |                  |         |               |
| CT (Custos Totais s/renda)    |               | 2.184,45 |                  |           |                  |         |               |
| MB (Margem Bruta)             |               | 2.035,47 |                  |           |                  |         |               |
| RFE (Rend. Empres. Fundiário) |               | 1.210,88 |                  |           |                  |         |               |

#### Anexo XI – Conta cultura da vinha para o triénio “2014”, “2005” e “1999”

|   |         |       |
|---|---------|-------|
| Actividade                              | Vinha   |       |
| Ano                                     | "2014"  |       |
| Produtividade p.principal - em natureza | 7200,00 | Kg/ha |
| Produtividade p.principal - comercial   | 7200,00 | Kg/ha |
| Preço p.principal                       | 0,51    | €/Kg  |
| Produtividade p.secundário              |         | Kg/ha |
| Preço p.secundário                      |         | €     |
| Período de permanência                  | 12      | Meses |

| Operação  | Prestação de Serviços | Consumos Intermédios (AgroGes) |            |          |                            |              |
|---|-----------------------|--------------------------------|------------|----------|----------------------------|--------------|
|   |                       | Designação                     | Quantidade | Unidades | Preço Unitário (€/unidade) | Valor (€/ha) |
| Podar, atar e empa                                    | 350,0                 | Fio de plástico                | 2          | Quilo    | 1,55                       | 3,1          |
| Recolha da lenha                                      | 45,0                  | Ronagro                        | 8          | Litro    | 4,97                       | 39,8         |
| Destroçar erva da entrelinha                          | 35,0                  | Enxofre Ultra D                | 24         | Quilo    | 3,30                       | 79,2         |
| Transporte de adubo                                   | 20,0                  | Milraz Combi                   | 5          | Quilo    | 26,56                      | 132,8        |
| Adubação de fundo                                     | 25,0                  | Milraz Cobre                   | 5          | Quilo    | 13,73                      | 68,6         |
| Aplicação de herbicida na linha                       | 25,0                  | Mikal M Flash                  | 4          | Quilo    | 10,98                      | 43,9         |
| Tratamentos fitossanitários (7)                       | 175,0                 | Teldor                         | 3          | Quilo    | 77,53                      | 232,6        |
| Adubação de cobertura (com rega) *                    |                       | Decis                          | 1          | Litro    | 34,01                      | 34,0         |
| Desladroamento  | 60,0                  | Estrume                        | 2000       | Quilo    | 0,02                       | 48,0         |
| Despampanar (desfolha e desponta com despampanadeira) | 60,0                  | FoskaSuper (PK) 0-20-20        | 300        | Quilo    | 0,40                       | 120,0        |
| Vindima (máquina de vindimar)                         | 250,0                 | Nitrolusal 27%                 | 250        | Quilo    | 0,40                       | 98,8         |
| Transporte da uva                                     | 20,0                  |                                |            |          |                            |              |
| <b>Total</b>  | <b>1065,0</b>         |                                |            |          |                            | <b>900,8</b> |

|                    | Mão-de-obra (não especializada) |              |           | Água                     |            |                |              |
|--------------------|---------------------------------|--------------|-----------|--------------------------|------------|----------------|--------------|
|                    | Horas                           | Preço (€/ha) | Custo (€) | Designação               | Quantidade | Preço unitário | Custo (€/ha) |
| Rega (gota-a-gota) | 5                               | 4,95         | 24,75     | Água (m3)                | 2000       | 0,025          | 50           |
|                    |                                 |              |           | Água (comp. Fixa por ha) | 1          | 50             | 50           |

| Grupo                                 | "2014"        | "2005"         | "1999"         |
|---------------------------------------|---------------|----------------|----------------|
|                                       | Gasto (€/há)  |                |                |
| Prestação de serviços                 | 1065,0        | 937,20         | 745,50         |
| Adubos                                | 266,8         | 166,05         | 148,59         |
| Herbicidas, insecticidas e fungicidas | 630,9         | 466,01         | 482,74         |
| Água                                  | 100           | 64,00          | 54,00          |
| Equipamento de rega -Custos variáveis | 0,00          | 0,00           | 0,00           |
| Investimento - Custos fixos           | 1250,00       | 1075,00        | 675,00         |
| Mão-de-obra (rega)                    | 24,75         | 20,30          | 16,58          |
| <b>TOTAL</b>                          | <b>3337,5</b> | <b>2728,56</b> | <b>2122,41</b> |

**"2014"**

| Custos (€/ha) |                       |                 |                    |              |           |             |                 |
|---------------|-----------------------|-----------------|--------------------|--------------|-----------|-------------|-----------------|
|               |                       |                 | Equipamento (rega) |              |           |             |                 |
| M.O.          | Aquisição de serviços | C.I. (com água) | Custos variáveis   | Custos fixos | G.G.      | J.C.C.      | TOTAL (s/renda) |
| 24,75         | 1065,00               | 1000,83         |                    | 1.250,00 €   | 30,024924 | 62,87567172 | <b>3433,48</b>  |

| Receitas (€/ha)   |               |         |         |           |                  |        |                |
|-------------------|---------------|---------|---------|-----------|------------------|--------|----------------|
| Valor da Produção |               |         | Ajudas  |           |                  |        | Receita Total  |
| P. principal      | P. secundário | Total   | Comerc. | Agro-amb. | Pagamento compl. | Total  |                |
| 3672              |               | 3672,00 |         | 189       |                  | 189,00 | <b>3861,00</b> |

| Síntese de Resultados         | €/ha     |
|-------------------------------|----------|
| RT (Receitas Totais)          | 3.861,00 |
| CT (Custos Totais s/renda)    | 3.433,48 |
| MB (Margem Bruta)             | 1.707,54 |
| RFE (Rend. Empres. Fundiário) | 427,52   |

**“2005”**

|   |         |       |
|---|---------|-------|
| Actividade                              | Olival  |       |
| Ano                                     | "2005"  |       |
| Produtividade p.principal - em natureza | 6030,00 | Kg/ha |
| Produtividade p.principal - comercial   | 6030,00 | Kg/ha |
| Preço p.principal                       | 0,30    | €/Kg  |
| Produtividade p.secundário              |         | Kg/ha |
| Preço p.secundário                      |         | €     |
| Período de permanência                  | 12      | Meses |

| Custos (€/ha) |                       |                 |                    |              |             |             |                 |
|---------------|-----------------------|-----------------|--------------------|--------------|-------------|-------------|-----------------|
|               |                       |                 | Equipamento (rega) |              |             |             |                 |
| M.O.          | Aquisição de serviços | C.I. (com água) | Custos variáveis   | Custos fixos | G.G.        | J.C.C.      | TOTAL (s/renda) |
| 20,3          | 937,20                | 696,07          |                    | 1075,0       | 20,88203821 | 49,62449936 | <b>2799,07</b>  |

| Receitas (€/ha)   |               |         |                  |           |                  |       |                |
|-------------------|---------------|---------|------------------|-----------|------------------|-------|----------------|
| Valor da Produção |               |         | Ajudas           |           |                  |       | Receita Total  |
| P. principal      | P. secundário | Total   | Ajuda à Produção | Agro-amb. | Pagamento compl. | Total |                |
| 1809,00           |               | 1809,00 |                  | 0         |                  | 0,00  | <b>1809,00</b> |

| Síntese de Resultados         | €/ha     |
|-------------------------------|----------|
| RT (Receitas Totais)          | 1.809,00 |
| CT (Custos Totais s/renda)    | 2.799,07 |
| MB (Margem Bruta)             | 105,81   |
| RFE (Rend. Empres. Fundiário) | -990,07  |

**“1999”**

|   |         |       |
|---|---------|-------|
| Actividade                              | Olival  |       |
| Ano                                     | "1999"  |       |
| Produtividade p.principal - em natureza | 4549,00 | Kg/ha |
| Produtividade p.principal - comercial   | 4549,00 | Kg/ha |
| Preço p.principal                       | 0,28    | €/Kg  |
| Produtividade p.secundário              |         | Kg/ha |
| Preço p.secundário                      |         | €     |
| Período de permanência                  | 12      | Meses |

| Custos (€/ha) |                       |                 |                    |              |             |           |                 |
|---------------|-----------------------|-----------------|--------------------|--------------|-------------|-----------|-----------------|
|               |                       |                 | Equipamento (rega) |              |             |           |                 |
| M.O.          | Aquisição de serviços | C.I. (com água) | Custos variáveis   | Custos fixos | G.G.        | J.C.C.    | TOTAL (s/renda) |
| 16,6          | 745,50                | 685,32          |                    | 675,0        | 20,55970021 | 43,541491 | <b>2186,51</b>  |

| Receitas (€/ha)   |               |         |                  |           |                  |       |                |
|-------------------|---------------|---------|------------------|-----------|------------------|-------|----------------|
| Valor da Produção |               |         | Ajudas           |           |                  |       | Receita Total  |
| P. principal      | P. secundário | Total   | Ajuda à Produção | Agro-amb. | Pagamento compl. | Total |                |
| 1273,72           |               | 1273,72 |                  |           |                  | 0,00  | <b>1273,72</b> |

| Síntese de Resultados         | €/ha     |
|-------------------------------|----------|
| RT (Receitas Totais)          | 1.273,72 |
| CT (Custos Totais s/renda)    | 2.186,51 |
| MB (Margem Bruta)             | -217,23  |
| RFE (Rend. Empres. Fundiário) | -912,79  |

**Anexo XII – Conta cultura das pastagens para o triénio “2014”, “2005” e “1999”**

|                      |     |  |
|----------------------|-----|--|
| 1 Maioral /150 vacas |     | Ordenado de 1 maioral já com segurança social e seguro |
| Ha                   | 375 | 900/mês  |

| Mão-de-obra (maioral) (375ha) |       |       |             |
|-------------------------------|-------|-------|-------------|
| Ordenado (com SS)             | Meses | MO    | MO/ha       |
| 1000                          | 14    | 14000 | 37,33333333 |

|   |          |                 |
|---|----------|-----------------|
| Actividade                              | Pastagem | 0,40            |
| Ano                                     | "2014"   | 80% Fertilidade |
| Produtividade p.principal - em natureza | 0,32     | Bezerros/ha     |
| Produtividade p.principal - comercial   | 0,32     | Bezerros/ha     |
| Preço p.principal                       | 571,00   | €/Bezerro       |
| Produtividade p.secundário              |          | Kg/ha           |
| Preço p.secundário                      |          | €               |
| Período de permanência                  | 12       | Meses           |

| Operação  | Prestação de Serviços | Consumos Intermédios |            |          |                            |              |
|---|-----------------------|----------------------|------------|----------|----------------------------|--------------|
|   |                       | Designação           | Quantidade | Unidades | Preço Unitário (€/unidade) | Valor (€/ha) |
| Gradagem  | 30,0                  | Superfosfato 18%     | 130        | Quilo    | 0,28                       | 36,4         |
| Transporte de adubo                                       | 20,0                  |                      |            |          |                            |              |
| Adubação de cobertura                                     | 20,0                  |                      |            |          |                            |              |
| Veterinário (Saneamento e serviços eventuais)<br>25€/vaca | 10,0                  |                      |            |          |                            |              |
| <b>Total</b>  | <b>80,0</b>           |                      |            |          |                            | <b>36,4</b>  |

| Grupo                 | "2014"       | "2005"        | "1999"        |
|-----------------------|--------------|---------------|---------------|
|                       | Gasto (€/há) |               |               |
| Prestação de serviços | 70,0         | 61,60         | 49,00         |
| Adubos                | 36,4         | 22,66         | 20,27         |
| Serviços veterinários | 10,00        | 9,75          | 7,91          |
| Mão-de-obra (maioral) | 37,33        | 30,61         | 25,01         |
| <b>TOTAL</b>          | <b>153,7</b> | <b>124,61</b> | <b>102,20</b> |

**“2014”**

| Custos (€/ha) |                       |       |                    |              |       |         |                 |
|---------------|-----------------------|-------|--------------------|--------------|-------|---------|-----------------|
|               |                       |       | Equipamento (rega) |              |       |         |                 |
| M.O.          | Aquisição de serviços | C.I.  | Custos variáveis   | Custos fixos | G.G.  | J.C.C.  | TOTAL (s/renda) |
| 37,33333333   | 80,00                 | 36,40 |                    |              | 1,092 | 3,52476 | 158,35          |

| Receitas (€/ha)   |               |        |                |           |                  |       |               |
|-------------------|---------------|--------|----------------|-----------|------------------|-------|---------------|
| Valor da Produção |               |        | Ajudas         |           |                  |       | Receita Total |
| P. principal      | P. secundário | Total  | Vaca aleitante | Agro-amb. | Pagamento compl. | Total |               |
| 182,72            |               | 182,72 | 48             | 19        |                  | 67,00 | 249,72        |

| Síntese de Resultados         | €/ha   |
|-------------------------------|--------|
| RT (Receitas Totais)          | 249,72 |
| CT (Custos Totais s/renda)    | 158,35 |
| MB (Margem Bruta)             | 92,46  |
| RFE (Rend. Empres. Fundiário) | 91,37  |

**“2005”**

|   |          |             |
|---|----------|-------------|
| Actividade                              | Pastagem |             |
| Ano                                     | "2005"   |             |
| Produtividade p.principal - em natureza | 0,32     | Bezerros/ha |
| Produtividade p.principal - comercial   | 0,32     | Bezerros/ha |
| Preço p.principal                       | 429,00   | €/Bezerro   |
| Produtividade p.secundário              |          | Kg/ha       |
| Preço p.secundário                      |          | €           |
| Período de permanência                  | 12       | Meses       |



| Custos (€/ha) |                       |       |                  |              |             |             |                 |
|---------------|-----------------------|-------|------------------|--------------|-------------|-------------|-----------------|
|               |                       |       | Equipamento      |              |             |             |                 |
| M.O.          | Aquisição de serviços | C.I.  | Custos variáveis | Custos fixos | G.G.        | J.C.C.      | TOTAL (s/renda) |
| 30,6          | 61,60                 | 32,40 |                  | 0,0          | 0,972020143 | 2,849180747 | 128,44          |

| Receitas (€/ha)   |               |        |                          |           |                  |       |               |
|-------------------|---------------|--------|--------------------------|-----------|------------------|-------|---------------|
| Valor da Produção |               |        | Ajudas                   |           |                  |       | Receita Total |
| P. principal      | P. secundário | Total  | Vaca aleitante 200€/vaca | Agro-amb. | Pagamento compl. | Total |               |
| 137,28            |               | 137,28 | 80,00                    |           | 12,00            | 92,00 | 229,28        |

| Síntese de Resultados         | €/ha   |
|-------------------------------|--------|
| RT (Receitas Totais)          | 229,28 |
| CT (Custos Totais s/renda)    | 128,44 |
| MB (Margem Bruta)             | 101,82 |
| RFE (Rend. Empres. Fundiário) | 100,84 |

**“1999”**

|   |          |             |
|---|----------|-------------|
| Actividade                              | Pastagem |             |
| Ano                                     | "1999"   |             |
| Produtividade p.principal - em natureza | 0,32     | Bezerros/ha |
| Produtividade p.principal - comercial   | 0,32     | Bezerros/ha |
| Preço p.principal                       | 357,00   | €/Bezerro   |
| Produtividade p.secundário              |          | Kg/ha       |
| Preço p.secundário                      |          | €           |
| Período de permanência                  | 12       | Meses       |

| Custos (€/ha) |                       |       |                  |              |  |             |           |                 |
|---------------|-----------------------|-------|------------------|--------------|--|-------------|-----------|-----------------|
|               |                       |       | Equipamento      |              |  |             |           |                 |
| M.O.          | Aquisição de serviços | C.I.  | Custos variáveis | Custos fixos |  | G.G.        | J.C.C.    | TOTAL (s/renda) |
| 25,0          | 56,91                 | 20,27 |                  | 0,0          |  | 0,608159601 | 2,3337818 | 105,14          |

| Receitas (€/ha)   |               |        |                |           |                       |                |        |                  |
|-------------------|---------------|--------|----------------|-----------|-----------------------|----------------|--------|------------------|
| Valor da Produção |               |        | Ajudas         |           |                       |                |        | Receita<br>Total |
| P. principal      | P. secundário | Total  | Vaca aleitante | Agro-amb. | Prémio extensificação | Paga. Complem. | Total  |                  |
| 114,24            |               | 114,24 | 61,20          |           | 40,00                 | 12,00          | 101,20 | 215,44           |

| Síntese de Resultados         | €/ha   |
|-------------------------------|--------|
| RT (Receitas Totais)          | 215,44 |
| CT (Custos Totais s/renda)    | 105,14 |
| MB (Margem Bruta)             | 110,91 |
| RFE (Rend. Empres. Fundiário) | 110,30 |